



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS
PÚBLICAS**

MÔNICA SILLAN DE OLIVEIRA

**EMPODERAMENTO, FORMAÇÃO CIDADÃ E PROJETOS DE VIDA NA
SOCIOEDUCAÇÃO INFANTOJUVENIL, NA PERSPECTIVA DA GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS: UM ESTUDO SOBRE A EXPERIÊNCIA DA FRENTE DE
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA CARENTE – FACC**

FORTALEZA – CEARÁ

2014

MÔNICA SILLAN DE OLIVEIRA

EMPODERAMENTO, FORMAÇÃO CIDADÃ E PROJETOS DE VIDA NA
SOCIOEDUCAÇÃO INFANTOJUVENIL, NA PERSPECTIVA DA GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS: UM ESTUDO SOBRE A EXPERIÊNCIA DA FRENTE DE
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA CARENTE – FACC

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Helena de Paula Frota.

FORTALEZA – CEARÁ

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Oliveira, Mônica Sillan de.

Empoderamento, formação cidadã e projetos de vida na socioeducação infantojuvenil, na perspectiva da garantia dos direitos humanos: um estudo sobre a experiência da Frente de Assistência à Criança Carente - FACC [recurso eletrônico] / Mônica Sillan de Oliveira. - 2014.

1 CD-ROM: il.; 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 145 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas, Fortaleza, 2014.

Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Orientação: Prof.ª Dra. Maria Helena de Paula Frota.

1. Infância e juventude. 2. Direitos humanos. 3. Cultura de paz. 4. Sociabilidade. I. Título.

MÔNICA SILLAN DE OLIVEIRA

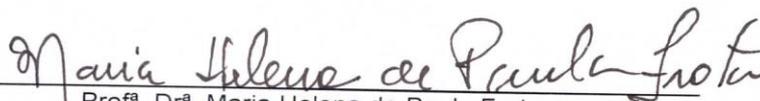
EMPODERAMENTO, FORMAÇÃO CIDADÃ E PROJETOS DE VIDA NA SOCIOEDUCAÇÃO INFANTOJUVENIL, NA PERSPECTIVA DA GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS: UM ESTUDO SOBRE A EXPERIÊNCIA DA FRENTE DE ASSISTÊNCIA À CRIANÇA CARENTE - FACC

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas.

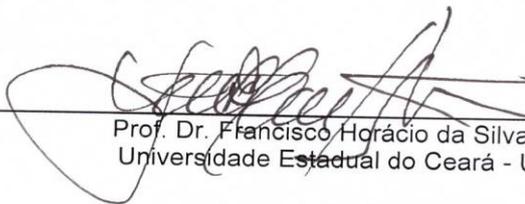
Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Aprovada em: 26/06/2014.

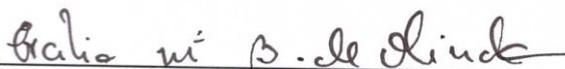
BANCA EXAMINADORA



Prof^a. Dr^a. Maria Helena de Paula Frota
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Prof. Dr. Francisco Horácio da Silva Frota
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Prof^a. Dr^a. Ercília Maria Braga de Olinda
Universidade Federal do Ceará - UFC

“Se o mundo é bom para as crianças, o mundo é bom prá todo mundo”.

(Letra criada pelas crianças e adolescentes participantes da 8ª CNDCA).

AGRADECIMENTOS

Ao Ser Supremo que todos os dias declara seu amor e fé por mim, quando me permite assistir ao nascer do sol de cada manhã.

À minha mãe, a D. Francisca, minha referência de valentia e honra.

Às minhas preciosidades emprestadas de Deus: minha Angélica, por quem nutri e continuo nutrindo meus sonhos de desenvolvimento pessoal e profissional e meu Lucas, com quem aprendo a entender as novas gerações.

Aos meus queridos irmãos e irmã, especialmente, ao Carlos e ao João Batista (Nem), meus dois pais e cuidadores.

Ao querido Andreisson Quintela, companheiro de todas as horas e momentos, sempre disposto a me apoiar e a construir comigo dias melhores.

À equipe da Frente de Assistência à Criança Carente (FACC), para além de colegas de trabalho, companheiros de sonhos por uma sociedade melhor: Ana Lídia Honorato, Mauricélia Maia, Edglê Mendonça, Maria Oliveira, Rose Barbosa, Carlos Zanata, Fernando Prado e Ada Melo.

À minha Orientadora, amiga, incentivadora, professora Doutora Helena Frota, por quem tenho profunda admiração e respeito, com a certeza de que sem seu apoio eu não teria logrado êxito nesta empreitada.

Ao caríssimo professor doutor Francisco Horácio da Silva Frota e à companheira de tantos encontros e reencontros nesta jornada de vida, professora doutora Ercília Braga, por contribuírem com relevantes intervenções por ocasião das minhas bancas de qualificação e dissertação.

Às crianças, adolescentes e jovens atendidos e egressos da FACC que colaboraram de bom grado participando deste trabalho, e muito especialmente, à Sara Leite, Diana Desirre, Evely Ramos, César Nogueira, Antônio Gonçalves Júnior, Filémon e Serginho Oliveira, minhas/meus heroínas/heróis com as/os quais aprendo a difícil tarefa de ser resiliente.

A todas as crianças e adolescentes que residem nas periferias desse nosso estado e que prescindem de políticas públicas e sociais que lhes possibilitem sonhar e realizar projetos de vidas altruístas.

RESUMO

Este estudo que tem por temática: **Empoderamento, Formação Cidadã e Projetos de Vida na Socioeducação Infantojuvenil, na perspectiva da Garantia dos Direitos Humanos:** Um Estudo sobre a Experiência da Frente de Assistência à Criança Carente – FACC, surgiu na busca em investigar como a socioeducação de crianças, adolescentes e jovens na perspectiva da garantia de direitos humanos vivenciada na Frente de Assistência à Criança Carente (FACC) pode contribuir para o empoderamento, formação cidadã e construção de projetos de vida dos grupos atendidos pela proposta. A motivação principal para tal surgiu a partir da minha atuação profissional na comunidade do Lagamar, através da intervenção social da organização e na militância enquanto membro da sociedade civil, a partir da indicação da referida organização, principalmente nos espaços de controle social voltados para a Política de Garantia de Direitos Humanos da Criança e do Adolescente do Ceará. A organização tem mais de vinte e cinco anos de trabalho social na referida comunidade e em seu currículo institucional é uma constante o atendimento das demandas sociais da população, com foco na atenção direta à crianças e adolescentes na perspectiva da implementação de ações promocionais e preventivas sociais. Durante essa vigência de atuação a organização atravessou momentos diferenciados no cenário sociopolítico nacional e local, o que a conduziu a estratégias de ação diferenciada. O período escolhido para o foco desse estudo centra-se no período de 2007 a 2013, por ocasião da experimentação da pedagógica freiriana na área programática associada a estratégias metodológicas e criação de tecnologias sociais na perspectiva da garantia dos direitos humanos infanto-juvenis, visando contribuir na construção de padrões de sociabilidade fomentadores de uma cultura de paz nas relações familiares e comunitárias. A pesquisa compreendeu estudo bibliográfico, investigação documental e imagética, resgatando a memória institucional indexada, com brevidade, ao resgate das lutas travadas pela comunidade do Lagamar. A fim de compreender os possíveis impactos gerados pelo trabalho da organização no público atendido dentro da referida proposta, o trabalho de campo voltou-se para a escuta dos envolvidos, através da realização de grupos focais, aplicação de ferramentas para construção de diagnóstico, rodas de conversas, subsidiando o monitoramento, avaliação e construção de ações estratégicas para o enfrentamento das demandas sociais trazidas pelos grupos. O estudo revelou aspectos e conquistas positivas no âmbito das relações sociofamiliares, na empoderamento pessoal e social dos adolescentes e jovens, através da adoção de projetos de vida altruístas.

Palavras-chave: Infância e juventude; Direitos humanos; Cultura de paz; Sociabilidade.

ABSTRACT

This study that has as theme: **Empowerment, Citizenship Education and Life's Project in the Children and Youth socioeducation, in view of the Guarantee of Human Rights: A Study about the Experience of *Frente de Assistência à Criança Carente* – FACC**, came in seeking to investigate how the socioeducation children, adolescents and young people in view of the guarantee of human rights experienced in *Frente de Assistência à Criança Carente* (FACC) can contribute to empowerment, citizenship training and building life projects of the groups served by the proposal. The main motivation for this came from my professional work in the Lagamar community, through the social intervention of the organization and in the militancy as a member of civil society, from the indication of that organization, especially in areas of social control aimed at Guarantee's Policy of Human rights of Children and Adolescents of Ceará. The organization has over twenty-five years of social work in that community and its institutional curriculum is a constant the care of the social needs of the population, with a focus on direct attention to children and adolescents in the context of the implementation of promotional actions and social preventives. During this validity of performance the organization across different moments in national and local socio-political scenario, which led to different strategies of action. The period chosen for the focus of this study focuses on the period from 2007 to 2013, during the trial of Freire's pedagogy in the program area associated with the methodological strategies and creation of social technologies from the perspective of ensuring the human rights of children and youth, order to contribute the construction of patterns of sociability promoters of a culture of peace in family and community relationships. The research included literature research, desk research and imagery, rescuing the indexed institutional memory, briefly, to the redemption of the struggles waged by the Lagamar community. In order to understand the possible impacts generated by the organization's work in the public served within the said proposal, the fieldwork turned to listening to those involved, by conducting of focus groups, application building tools for the diagnosis, wheels conversations, supporting the monitoring, evaluation and construction of strategic actions to addressing social demands brought by the groups. The study revealed positive aspects and achievements within the social-familial relationships, personal and social empowerment of adolescents and young people, through the adoption of altruistic life projects.

Keywords: Childhood and youth; Human right; Culture of peace; Sociability.

RESUMEN

Este estudio tiene como temática: *Empoderamiento, Formación Ciudadana y Proyecto de vida em la socioeducación de la Infancia y la Juventud, en vista de la Garantía de los Derechos Humanos Un Estudio sobre la experiencia de Frente de Assistência à Criança Carente – FACC*, surgió de la búsqueda de investigar cómo es la socioeducación de los niños, los adolescentes y los jóvenes, a fin de garantizar los derechos humanos con experiencia en *Frente de Assistência à Criança Carente (FACC)* lo cual puede contribuir al empoderamiento, formación ciudadana y proyectos de vida de construcción de los grupos atendidos por la propuesta. La principal motivación surgió de mi trabajo profesional en la comunidad Lagamar a través de la intervención de la organización social y la militancia como miembro de la sociedad civil, de la indicación de esa organización, especialmente en las zonas de control social dirigidos a la política de Garantía de los Derechos Humanos de la Niñez y la Adolescencia de Ceará. La organización cuenta con más de veinticinco años de trabajo social en la comunidad y su currículo institucional está constantemente cumpliendo con las necesidades sociales de la población, con un enfoque en la atención directa a los niños y adolescentes en el contexto de la aplicación de las acciones sociales de promoción y prevención . Durante este tiempo de acción de la organización en diferentes momentos en el escenario nacional y local socio-político, lo que llevó a diferentes estrategias de acción. El periodo elegido para el enfoque de este estudio se centra en el período comprendido entre 2007 y 2013, durante el juicio del área del programa pedagógico de Freire asociado con las estrategias metodológicas y la creación de tecnologías sociales desde la perspectiva de garantizar los derechos humanos de los niños y jóvenes, para contribuir a la construcción de patrones de sociabilidad promotores de una cultura de paz en las relaciones familiares y comunitarias. La investigación incluyó literatura de investigación, investigación documental y de imágenes, rescatando la memoria institucional indexada, brevemente, a la amortización de las luchas de la comunidad Lagamar. Con el fin de entender los posibles impactos generados por el trabajo de la organización en el público atendido dentro de dicha propuesta, em el trabajo de campo se volvió a escuchar a los implicados, mediante la realización de grupos focales, herramientas para la construcción de aplicaciones para el diagnóstico, mesas de conversaciones, el apoyo a la supervisión, la evaluación y la construcción de acciones estratégicas para hacer frente a las demandas sociales presentadas por los grupos. El estudio reveló los aspectos positivos y los logros dentro de las relaciones socio-familiares, fortalecimiento personal y social de los adolescentes y jóvenes, a través de la adopción de los proyectos de vida altruista.

Palabras clave: Niños y jóvenes; Derechos humanos; Cultura de paz; Sociabilidad.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Número de atendimentos diretos realizados pela organização entre 2004 e 2013.....	25
Gráfico 2 – Total de recursos financeiros recebidos pela organização no período de 2004 a 2013.....	26
Gráfico 3 – Taxa de Mortalidade Infantil, segundo as Grandes Regiões – 2000 a 2010.....	47
Gráfico 4 – Nível de ocupação da população por faixa de idade.....	58
Gráfico 5 – Disque Direitos Humanos – Módulo Criança e Adolescente – Total de Denúncias Brasil por ano.....	59
Gráfico 6 – Violação dos Direitos por Estado e por Gênero – 2009 a 2014....	61
Gráfico 7 – Violações por direito violado – 2009 a 2014.....	62
Gráfico 8 – Violações por agente violador – 2009 a 2014.....	62
Gráfico 9 – Taxa de Mortalidade Infantil por mil nascidos vivos no Brasil – 2000 a 2014.....	63
Gráfico 10 – Número de homicídios de adolescentes/jovens – 2011.....	66
Gráfico 11 – Ordenamento das UF segundo Taxas de Homicídio Juvenis (por 100 mil). Brasil, 2011.....	67
Gráfico 12 – Taxas de violência letal na população jovem.....	71
Gráfico 13 – Taxas de homicídios.....	80
Gráfico 14 – População atendida pelo FACC por faixa etária e ano.....	87
Gráfico 15 – Quantidade de crianças entre 0 e 4 anos.....	88
Gráfico 16 – Participação de crianças entre 0 e 4 anos na educação infantil..	88
Gráfico 17 – Quantidade de adolescentes/jovens matriculados no ensino fundamental por ano.....	89
Gráfico 18 – Quantidade de adolescentes/jovens matriculados no ensino médio por ano.....	89
Gráfico 19 – Quantidade de pessoas analfabetas por ano.....	89
Gráfico 20 – Quantidade de adolescentes/jovens entre 15 e 19 anos no ensino superior por ano.....	90
Gráfico 21 – População que não estuda por ano.....	90
Gráfico 22 – Causas de mortes na população entre 0 e 15 anos.....	90

Gráfico 23 – Participação nas atividades – 2006.....	104
Gráfico 24 – Atividades desenvolvidas – 2006.....	104
Gráfico 25 – Levantamento programático de 2011 a 2013.....	111
Gráfico 26 – Percentual de inscritos por gênero.....	112
Gráfico 27 – Percentual de inscritos por faixa etária.....	112
Gráfico 28 – Percentual de inscritos por grau de instrução.....	112
Gráfico 29 – Percentual de inscritos por desempenho escolar.....	113
Gráfico 30 – Percentual de inscritos por período escolar.....	113
Gráfico 31 – Percentual de participação.....	113
Gráfico 32 – Percentual de jovens por gênero.....	114
Gráfico 33 – Percentual de jovens por escolaridade.....	114
Gráfico 34 – Percentual de jovens no ensino formal.....	115
Gráfico 35 – Percentual de jovens no mundo do trabalho.....	115
Gráfico 36 – Percentual de jovens com projeto de vida assertivo.....	115
Figura 1 – Cartograma – proporção de crianças de 4 a 5 anos de idade que não frequentam escola ou creche – Brasil – 2010.....	48
Figura 2 – Crianças e adolescentes responsáveis pelos domicílios.....	56
Figura 3 – <i>Ranking</i> denúncias de abuso sexual por Estado.....	60
Figura 4 – Índice de Homicídios na Adolescência no Brasil – 2009.....	64
Figura 5 – Evolução da logomarca da FACC de 2000 a 2011.....	72
Figura 6 – Foto aérea da sede da FACC no Lagamar anterior à atual.....	73
Figura 7 – Fachada da localização da primeira sede da FACC na Rua Aspirante Mendes no ano 2000 e atualmente.....	73
Figura 8 – Reforma da nova sede doada por doadores alemães – 2003.....	74
Figura 9 – Vista aérea da localização da FACC em 2014.....	74
Figura 10 – Foto da fachada da FACC em 2004.....	74
Figura 11 – Foto da parte interna da FACC em 2004.....	75
Figura 12 – Mapas de Fortaleza situando a Comunidade do Lagamar no percurso de 40 anos.....	75
Figura 13 – Vista aérea da Comunidade do Lagamar.....	76
Figura 14 – Mapa das favelas de Fortaleza que recebiam atenção do Programa Integrado de Desfavelamento, no ano de 1973.....	78

Figura 15 – Ata de fundação da Frente de Assistência à Criança Carente – 1986.....	82
Figura 16 – Organograma institucional da FACC – 2002.....	82
Figura 17 – Mapa da Regional II.....	84
Figura 18 – Demarcação da área da ZEIS Lagamar.....	85
Figura 19 – Equipamentos públicos no bairro São João do Tauape.....	86
Figura 20 – Atividades da Educação Infantil da FACC em um dos núcleos – Déc. 90.....	93
Figura 21 – Ficha de benefícios da família.....	94
Figura 22 – Trecho da ata de reajuste salarial.....	96
Figura 23 – Fotografia dos objetos adquiridos com recursos de DFC para ser enviada ao financiador e ao padrinho.....	96
Figura 24 – Logomarca do Programa de Voluntariado do Fundo Cristão para Crianças.....	97
Figura 25 – Atividades da educação infantil na FACC – 2005/2006.....	100
Figura 26 – Documento de benefícios eventuais/2006.....	101
Figura 27 – Fotografia do Projeto Olhares em Foco.....	117
Quadro 1 – Demonstrativo dos serviços oferecidos pela FACC nos anos 2001 e 2002.....	98
Quadro 2 – Demonstrativo da educação infantil – 2005 e 2006.....	100

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – <i>Ranking</i> do trabalho Infantil no Brasil – 2012.....	53
Tabela 2 – Comparativo dos dados da PNAD (2006 e 2011).....	53
Tabela 3 – Comparativo dos dados da PNAD (2009 e 2011).....	54
Tabela 4 – Quadro demonstrativo de crianças e adolescentes ocupadas nas Regiões Metropolitanas – 2012.....	55
Tabela 5 – Mapa da Violência – 2012.....	65
Tabela 6 – Taxa de mortes na população jovem – 2012.....	68
Tabela 7 – <i>Ranking</i> de adolescentes privados de liberdade.....	70
Tabela 8 – Situação de moradia dos moradores do Lagamar.....	91

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACEPETI	Agenda de Convergência para Erradicação do Trabalho Infantil
BSM	Plano Brasil Sem Miséria
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CCF	<i>Christian Children's Fund</i>
CDI	Centro de Desenvolvimento Infantil
CEBELA	Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEDCA	Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
CEMAPROS	Centros Maternais Profissionalizantes
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COMDICA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Fortaleza
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro Especializado de Assistência Social
DRP	Diagnóstico Rápido Participativo
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FACC	Frente de Assistência à Criança Carente
FEBEM's	Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor
FUNCI	Fundação da Criança e Família Cidadã
Fundação Nacional DCA	Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHA	Índice de Homicídios de Adolescentes
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LabVida	Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LEV	Laboratório de Estudos da Violência
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MNMMR	Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
MPT	Ministério Público do Trabalho
NICEF	United Nations Children's Fund
ODM	Objetivos do Milênio
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas

PBF	Programa Bolsa Família
PETECA	Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente
PETSS	Programa de Educação Tutorial de Serviço Social
PLA	Plano de Ação Comunitária
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNDHCA	Políticas Nacionais de Garantia de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPCAAM	Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte do Ceará
PR	<i>Progress Report</i>
PROAFA	Programa de Assistência às Favelas
PROJOVEM	Participação Cidadã no Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PRT	Procuradoria Regional do Trabalho
SAM	Serviço de Assistência ao Menor
SDH/PR	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
SEJUS	Secretaria de Justiça do Ceará
SER	Secretaria Executiva Regional
SGD	Sistema de Garantia de Direitos
SGDCA	Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
Sipia CT Web	Sistema de Informação para a Infância e Adolescência Conselho Tutelar Web
SIPIA	Sistema de Informação para a Infância e Adolescência
SNIDH	Sistema Nacional de Indicadores de Direitos Humanos
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	17
2	O DESPERTAR DA CURIOSIDADE INVESTIGATIVA TENDO COMO FOCO OS DIREITOS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	20
2.1	O MOTIVO DA ESCOLHA DA INSTITUIÇÃO.....	23
2.2	A TRAJETÓRIA DA PESQUISA: FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS.....	26
3	SITUAÇÃO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO BRASIL E NO CEARÁ..	41
3.1	A ANÁLISE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS NO IBGE 2010.....	43
3.1.1	Do direito à vida e à saúde de crianças, adolescentes e jovens no Brasil..	44
3.1.2	Dos maus tratos e violências (física, sexual e letal) contra crianças e adolescentes no Brasil e no Ceará.....	48
3.2	ANÁLISE DAS VIOLAÇÕES DO DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E À DIGNIDADE DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS.....	50
3.2.1	Da exploração do trabalho infantil de crianças e adolescentes no Brasil.	51
3.2.2	Dos maus tratos e violências (física, sexual e letal) contra crianças e adolescentes no Brasil e no Ceará.....	58
4	FRENTE DE ASSISTÊNCIA À CRIANÇA CARENTE: RELATO HISTÓRICO DA ATUAÇÃO INSTITUCIONAL NA COMUNIDADE DO LAGAMAR.....	72
4.1	A SINGULARIDADE DA CRIAÇÃO DA INSTITUIÇÃO NA PERSPECTIVA DE RESPONDER ÀS DEMANDAS SOCIAIS DAS FAMÍLIAS DA COMUNIDADE DO LAGAMAR.....	72
4.2	O ALINHAMENTO DA PRÁTICA INSTITUCIONAL COM A POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL A PARTIR DA DÉCADA DE 80: ASSISTÊNCIA OU ASSISTENCIALISMO?.....	91
4.3	A RECONSTRUÇÃO PROGRAMÁTICA INSTITUCIONAL A PARTIR DO RECONHECIMENTO DAS NOVAS DEMANDAS DOS DIREITOS HUMANOS INFANTOJUVENIS NO SÉC. XXI.....	99
5	A PROPOSTA DE SOCIOEDUCAÇÃO ADOTADA PELA FACC E SEUS IMPACTOS NOS PADRÕES DE SOCIABILIDADE DE CRIANÇAS E JOVENS MORADORES DA COMUNIDADE DO LAGAMAR.....	110

5.1	CONHECENDO OS DILEMAS E ADVERSIDADES ENFRENTADAS NO COTIDIANO DAS CRIANÇAS E JOVENS ATENDIDOS PELA FACC.....	110
5.2	HÁ AVANÇOS A RECONHECER NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA FREIREANA ADOTADA PELA FACC?.....	119
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	134
	REFERÊNCIAS.....	138

1 INTRODUÇÃO

O estudo, ora apresentado, concentra esforços no sentido de registrar o histórico e apresentar a experiência de intervenção social da organização não governamental **Frente de Assistência à Criança Carente (FACC)** junto aos segmentos infanto-juvenis e seus familiares, moradores da Comunidade do Lagamar, localizada em Fortaleza-CE.

A história da FACC, ao longo dos seus vinte e seis anos de existência e de serviços prestados ininterruptamente na referida comunidade, reúne intercessões e divergências com as lutas e demandas dessa população, atravessando quase três décadas históricas e marcantes para populações em situações de exclusão social. A organização foi criada mediante intervenção de uma agência de apadrinhamento internacional, com a finalidade de oferecer serviços que contribuíssem para a emancipação social dos grupos atendidos. Basicamente, a história da organização divide-se em dois períodos, que se afastam no que remete à abordagem interventiva.

Os resultados da pesquisa aqui procedida, para além do registro e memória dessa contribuição, tem por interesse apresentar os resultados conquistados pela organização no que diz respeito à adoção do modelo de socioeducação baseado nas ideias de Paulo Freire, associado às noções de cultura de paz enquanto garantia dos direitos humanos de para crianças e jovens¹.

As motivações e razões da escolha desse objeto, bem como os passos metodológicos da pesquisa acadêmica são apresentadas no segundo capítulo.

No terceiro capítulo, apresento um levantamento da situação atual de três dos direitos fundamentais: direitos à vida, à saúde e à educação enquanto direito coletivo. Neste capítulo também procedo a uma breve análise das violações do direito à liberdade, ao respeito e à dignidade, com foco na exploração do trabalho infantil e nos maus tratos e violências (física, sexual e letal), compreendendo-as enquanto as mais alarmantes violações de direitos humanos de crianças e adolescentes. Essa breve análise traz também avanços e garantias, estratégias de enfrentamento do poder público e da sociedade civil na busca de mitigar e erradicar, para fazer valer o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8069/90), à luz de todas intenções

¹ Os adolescentes serão incluídos na categoria sociológica juventude (s), mesmo que esta não limite faixa etária de forma rígida. De acordo com a Lei n.º 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) adolescente é o ser humano entre 12 e 18 anos de idade (BRASIL, 1990).

assinadas nos protocolos e metas pelo Brasil. Este terceiro capítulo colabora com o entendimento das questões mais sentidas pelas crianças e jovens pobres nas favelas do nosso país. Serve, para tanto, como forma de esclarecimento de que segmento populacional estou tratando neste estudo, quando trago elementos dessa análise que versam sobre a realidade local do nosso estado e capital, cenário onde se dá a atenção da organização Frente de Assistência à Criança Carente (FACC).

No quarto capítulo trago uma contextualização, resgatando memórias e histórias de vidas, que ora coadunam, ora afastam-se da história da organização. Nesse capítulo tive a preocupação de realmente apresentar a FACC. Utilizando também a pesquisa documental foi possível registrar desde sua criação até o redimensionamento da sua prática pedagógica, quando adota o pensamento **freireano**, associado às noções de cultura de paz, na perspectiva de fazer uma socioeducação que proporcione o empoderamento, a formação cidadã e contribua com a elaboração de projetos de vida afirmativos de crianças e jovens residentes na comunidade do Lagamar. Ainda, nesse capítulo, foi possível estabelecer uma relação entre os avanços e desafios vividos na dinâmica e cultura organizacional e os fenômenos e episódios políticos e históricos ocorridos no país e no cenário local, que tiveram embates na coletividade do Lagamar.

Enfim, no quinto e último capítulo, focalizo a proposta de socioeducação adotada pela FACC, através da pesquisa-ação, que se deu através da coleta audiovisual dos depoimentos dos jovens egressos, a qual logo em seguida comporá o vídeo institucional da organização, através da realização de grupos focais para avaliação acerca da contribuição da proposta na vida das crianças e adolescentes ainda em formação e por fim, pelas memórias e depoimentos espontâneos de lideranças que acompanham de “longe” ou de “perto” o desenvolvimento do trabalho socioeducativo da organização. Nesse capítulo, compreendi ser relevante traçar o perfil do coletivo atendido pela organização. Para tal, fiz um levantamento de condicionantes que revelam quem são esses meninos e meninas e quais são os dilemas e adversidades enfrentadas no seu cotidiano. Esse conjunto de medidas foi estruturado como forma de oferecer argumentos que possibilitem compreender quais impactos a referida proposta gerou na sociabilidade de crianças e jovens moradores da comunidade do Lagamar.

Por fim, teço minhas considerações finais evidenciando que os avanços buscados pela organização no que remete ao seu modelo de socioeducação foram

perceptíveis pelos atendidos e que a partir da implementação da socioeducação baseada na estratégia freireana aliada à Cultura de Paz, as crianças e jovens em atendimento ou já egressos conseguem praticar o exercício da autonomia e da busca por projetos de vida afirmativos, cada um no seu tempo, nas suas condições e limites.

2 O DESPERTAR DA CURIOSIDADE INVESTIGATIVA TENDO COMO FOCO OS DIREITOS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Meu primeiro contato com a questão da infância e juventude se deu na década de 90. À época eu cursava Serviço Social na Universidade Estadual do Ceará (UECE) e cumpria estágio supervisionado no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Fortaleza (COMDICA), sob a presidência da Socióloga Maria das Graças Sá Gadelha, a Graça Gadelha. O Conselho estava com mais de três anos de sua criação e necessitava proceder com a inscrição das organizações que prestavam atendimento a crianças e adolescentes na capital, como forma de cumprir o Artigo 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), quando determina:

§ 1º As entidades governamentais e não governamentais deverão proceder à inscrição de seus programas, especificando os regimes de atendimento, na forma definida neste artigo, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual manterá registro das inscrições e de suas alterações, do que fará comunicação ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária.

Éramos duas estagiárias e nos dividíamos para realizar as visitas às entidades, juntamente com a Assistente Social e Conselheira Cláudia Gomes. Uma das entidades que deveria ser por mim visitada localizava-se no Lagamar. Era a organização **Projeto Frente de Assistência à Criança Carente**, a mesma que quase uma década depois retornei para coordenar. Lembro-me de ter visitado uma das unidades da entidade que ficava próxima ao canal do Lagamar, no bairro São João do Tauape, com ruas muito estreitas, pouco asfaltadas e lixo a céu aberto.

Foram dois anos de muito aprendizado ao lado de ativistas dos direitos infanto-juvenis, como Narciso Coelho e José das Graças, membros do primeiro Conselho Tutelar de Fortaleza. Vivenciei os esforços de Graça Gadelha para criar e estruturar o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e em seguida Sylvio Varoni de Castro criar o Pacto de Cooperação com o empresariado e demais órgãos de defesa de direitos para mobilizar doações para esse Fundo.

Devo muito a todas essas pessoas a quem faço menção neste trabalho. Foi a convivência e aprendizado com elas, durante a minha formação profissional, bem como meu deslumbramento pela legislação voltada para a infância brasileira,

que me levaram a escolher tal temática como objeto de interesse não apenas profissional, mas para, além disso, uma razão para me mover por uma trajetória de vida. Constituiu-se algo visceral que me leva há quase vinte anos a lutar, intransigentemente, pelos direitos humanos de crianças e jovens.

Depois desse primeiro contato não consegui mais separar minha vida pessoal e profissional da causa da infância. Minha monografia de graduação foi resultante desse deslumbramento ao ter conhecido e participado dos primeiros passos da democracia representativa dentro da instância de controle social da política da infância e juventude, no início da redemocratização do Brasil.

Conhecer e registrar os desafios que se colocavam para aquele processo inaugural da participação da sociedade na deliberação e monitoramento dessa política foi o que me instigou a apresentar um trabalho acadêmico revelando os avanços e desafios naquele novo modo de exercício democrático.

Minha primeira experiência profissional, como Assistente Social foi numa Unidade de cumprimento de medida socioeducativa, onde atuei por um ano. Em seguida fui trabalhar com crianças e adolescentes com deficiência mental, numa Unidade de Abrigo, também do estado.

Nesta última, permaneci por cinco anos e costumo dizer que foi lá, com aquelas crianças e jovens realmente especiais, no sentido mais amplo do que possa se entender de humanidade, que aprendi a “ser gente” e ser a profissional que me tornei. O contato com situações de extremas violações de direitos dessas pessoas fizeram-me curiosa em criar procedimentos que os salvaguardassem, uma vez que eram duplamente vulneráveis: por estarem em condição peculiar de desenvolvimento e também por serem pessoas com deficiência mental.

Neste campo, tive a oportunidade de atuar ao lado da pedagoga Joana D’arc Ferreira da Silva, então dirigente daquela casa, que me apresentou à matéria dos direitos humanos e ao pensamento de Paulo Freire, ampliando minha visão e minha atuação no cumprimento do projeto ético-político em favor dos segmentos em exclusão, enquanto profissional do Serviço Social.

No final de 2005 quando cheguei para coordenar a Frente de Assistência à Criança Carente encontrei muitos desafios. Dentre tantos, compreendi que o primordial seria encontrar um novo caminho do fazer institucional. Era preciso pensar e construir uma nova cultura organizacional que atendesse às questões surgidas no novo cenário político e social das famílias.

Foi também nesse ano que iniciei minha atuação em sala de aula, para trabalhar a dimensão da Participação Cidadã no Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM)². Uma experiência de grande valia para minha prática profissional com juventude da periferia de Fortaleza. Além do desafio de colaborar para a mudança de vida dessa população, reinventar o Serviço Social na política pública pioneira para esse segmento, criada no Governo Lula, foi muito enriquecedor.

No percurso de seis anos atuei em quatorze escolas municipais e nas comunidades a elas correspondentes, junto com os estudantes, através das ações comunitárias. Na construção do plano de ação comunitária com os jovens tive a oportunidade de conhecer os desafios e potenciais das comunidades e estabelecer diferenças e semelhanças, no que remete ao contexto social.

Em 2011, tive a oportunidade de presidir o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA), ocasião em que pude conhecer a realidade do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) do Ceará e colaborar na construção da sua Política, através da descentralização das ações do CEDCA pelos municípios cearenses.

Assim, passaram-se quase vinte anos de dedicação pessoal e profissional a essa causa, e destes, quase dez foram de incessante busca de possibilidades e de construção de modos de fazer, na perspectiva de gerar mudanças nos padrões de sociabilidade dos grupos, residentes no Lagamar, atendidos na Frente de Assistência à Criança Carente.

Foi quase uma década intervindo na realidade social de mais de oitocentas famílias residentes na segunda mais antiga periferia de Fortaleza e observando avanços, estagnações e retrocessos nesse percurso, registrando passo a passo os processos dessa trajetória, desvelando e acompanhando o cotidiano comunitário de desafios e lutas históricas de gente simples e de luta por condições humanas dignas.

² O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM URBANO) é um programa do Governo Federal que vem sendo executado, em Fortaleza, pela Prefeitura Municipal. O Projovem possibilita a conclusão do Ensino Fundamental, iniciação profissional e inclusão digital, a fim de efetivar oportunidades de continuação dos estudos e trabalho para a juventude. O curso contempla os jovens com idade entre 18 e 29 anos, que sejam alfabetizados e não tenham concluído o Ensino Fundamental. [...] A Participação Cidadã no PROJOVEM tem como objetivo contribuir para que o jovem reconheça seus direitos e deveres de cidadão, para o desenvolvimento de uma cidadania ativa e criadora de novos espaços, motivando e instigando-os a participar da vida da comunidade em que moram e da cidade, através da elaboração e execução do Plano de Ação Comunitária (PLA), (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2014a).

A partir de uma parceria desenvolvida com o Programa de Educação Tutorial de Serviço Social da UECE, conheci a professora Maria Helena de Paula Frota, que com seus questionamentos referentes ao trabalho com a juventude, me estimulou a retornar à sala de aula.

Ingressei no mestrado com a certeza de que a minha contribuição seria a pesquisa na área da Política da Criança e do Adolescente. Inicialmente, pensei que poderia dar continuidade à minha monografia de graduação e investigar acerca das ações descentralizadas do Conselho Estadual da Criança, todavia durante o período acadêmico, nos debates em sala, acrescido das minhas andanças pelo Estado, por ocasião das conferências municipais e regionais, da Caravana Contra o Trabalho Infantil, do Seminário Quem Cala Consente, dialogando acerca da formulação da Política de Direitos Humanos da Criança e do Adolescente, evidenciando posturas e intervenções institucionais e pessoais adultocêntricas com ranço menorista, foi crescente a minha curiosidade em apresentar a experiência da FACC e comprovar cientificamente de que forma e até que ponto a sua proposta de trabalho estava assimilando novas posturas na construção de projetos de vida de crianças e jovens.

2.1 O MOTIVO DA ESCOLHA DA INSTITUIÇÃO

Foram muitas as razões que me motivaram a estudar o caso da instituição Frente de Assistência à Criança Carente (FACC). Creio que uma dessas razões já foi elucidada no texto acima. A segunda motivação surgiu em decorrência da compreensão de que uma instituição que atua na comunidade do Lagamar há quase três décadas, mediante recebimento de recursos, majoritariamente, da cooperação internacional, tem histórico e currículo que justifiquem a relevância da pesquisa acadêmica como forma de registrar sua ação junto às gerações atendidas nesse percurso.

Conhecer sua trajetória de trabalho social dentro da comunidade e sua dinâmica para atender às demandas surgidas em cada período, considerando crenças, visão e cultura organizacional dentro desse processo, também me instigou.

Uma outra motivação diz respeito ao interesse em comprovar, cientificamente, os resultados alcançados pela experiência da instituição a partir da associação da abordagem da educação social **freiriana** às noções de cultura de paz e espiritualidade, na perspectiva da garantia de direitos humanos de crianças, adolescentes e jovens envolvidos nessa prática.

Nessas razões que me movem não há neutralidade, do contrário, há um esforço hercúleo para me afastar emocionalmente do objeto pesquisado de modo a não me tornar míope cientificamente nessa empreitada. Quase um terço da proposta de trabalho da FACC foi estruturada por mim e por um grupo de profissionais das mais diferentes áreas de conhecimento e trabalho.

E alguns destes profissionais estão envolvidos, mais ainda, do ponto de vista pessoal do que eu, porque nasceram, viveram ou ainda vivem na comunidade que eles próprios atuam profissionalmente. É o caso da Psicopedagoga, Ana Lídia Honorato Ribeiro, que há vinte e dois anos vem se dedicando à comunidade em que nasceu; seja pelo acompanhando cotidianamente dos dilemas das crianças e suas famílias, seja coordenando pedagogicamente as ações programáticas. O mesmo se deu com a pedagoga Mauricélia Batista Maia, que já foi criança apadrinhada e atendida pela FACC e há quase vinte anos trabalha para esta comunidade, já tendo educado, pelo menos uma geração, na Educação Infantil.

É, também, o caso do militante e estudante de Serviço Social Edglê Mendonça que faz um trabalho de empoderamento comunitário com as lideranças femininas do Lagamar e da Rose Barbosa que visita sistematicamente às famílias para cumprir com as obrigações do apadrinhamento internacional, na busca de evidências do cotidiano e da participação da criança. Todos estes acima mencionados têm ou tiveram o Lagamar por moradia

Há os que não nasceram na comunidade, mas que atuam nelas há mais de uma década, como a Pedagoga Maria Oliveira Pereira com dezesseis anos e do Analista de Sistemas Francisco Carlos Zanata Lisboa Pereira, com quatorze anos de serviços voltados para esse público.

Estas pessoas, a “velha guarda” da FACC, posso assim tratá-los, pois já passaram por cinco coordenações, cerca de doze diretorias e permaneceram na organização, dado o respeito e atenção que as famílias nutrem por elas, despiram-se das suas práticas consolidadas e lançaram-se ao desafio de revisar a abordagem e redimensionar a cultural organizacional, formando um coletivo com Ada Melo Alves, Fernando Prado de Araújo, Eduarda da Silva, Fernanda Sousa, Michael Barbosa, Artemiro Araújo e Andreisson Quintela, além de mim.

Há outros que vieram, aprenderam, contribuíram e partiram para novas experiências. Outros que estavam atuando de forma equivocada, no que remete às

convicções pessoais e profissionais e em relação ao compromisso ético-político com o público atendido, foram convidados ao estudo e à cooperação, mas não aceitaram.

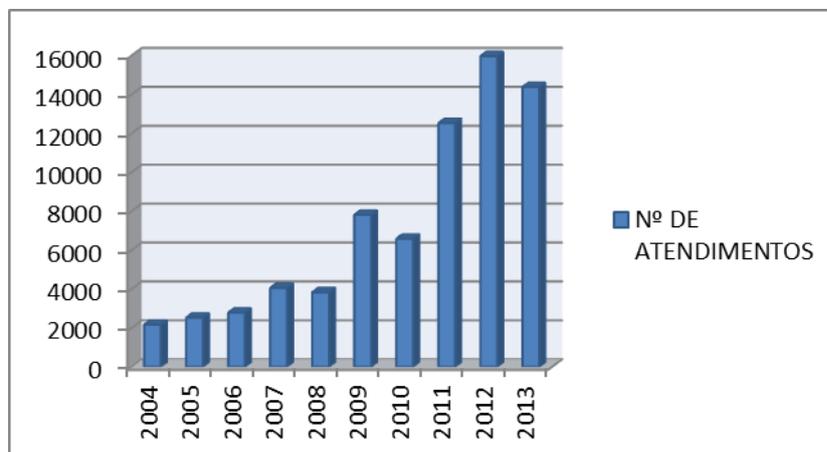
Compreendendo que as instituições são, verdadeiramente, formadas por seres humanos é que também transformo em motivação o empenho desses profissionais. Foram as suas anotações nos diários de campo, colocando suas impressões, registrando suas conquistas e retrocessos na abordagem direta com a criança e com o jovem que guiaram a feitura da proposta.

A instituição FACC é uma personalidade jurídica de direito privado, sem fins econômicos ou lucrativos, de caráter socioassistencial e cultural, portanto de defesa e garantia de direitos humanos e sociais.

Tem um currículo de 26 anos de atuação social, acompanhando a mudança das demandas sociais e políticas dos segmentos populares em exclusão social, na perspectiva de contribuir para a construção de uma cultura de paz social, através da transformação e melhoria das condições de vida de mais de 600 crianças, adolescentes e jovens em integração com famílias e comunidades (FACC, 2013, p. 1).

Numa série histórica de dez anos, compreendida entre 2004 e 2013, foram realizados 72.633 mil atendimentos diretos à comunidade do Lagamar e a um pequeno contingente do público de outros municípios pelas ações, programas e projetos sociais realizados pela organização. Destes, 87,5% foram direcionados, exclusivamente, para crianças, adolescentes e jovens. A média anual, nesse percurso, é em torno de sete mil e duzentas pessoas atendidas diretamente.

Gráfico 1 – Número de atendimentos diretos realizados pela organização entre 2004 e 2013

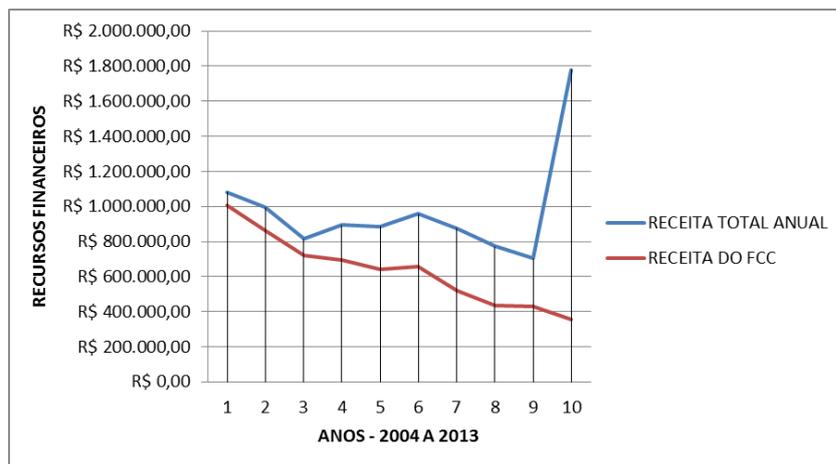


Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir dos Relatórios Anuais da FACC.

De forma indireta estima-se pelo menos o dobro da atenção direta, considerando as ações de incidência em políticas públicas estendidas à população alvo dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente de Fortaleza e do Ceará e do CMAS Fortaleza.

Nesse percurso, movimentou quase 10 milhões de reais³, destes 65% foi do recurso da cooperação internacional, advindos de pessoas físicas, padrinhos e madrinhas alemães que doaram e confiaram na bem utilização desse recurso. As demais fontes derivaram de subvenções sociais, editais e chamadas públicas e doações de diversos gêneros.

Gráfico 2 – Total de recursos financeiros recebidos pela organização no período de 2004 a 2013



Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir dos Balanços Patrimoniais da FACC.

2.2 A TRAJETÓRIA DA PESQUISA: FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS

Do ponto de vista quantitativo os dados da FACC já demonstram sua importância na atenção direta por quase três décadas às famílias residentes na comunidade do Lagamar. Conferir, qualitativamente, quais foram os resultados deste trabalho junto aos que foram beneficiados, através da proposta freiriana, visando o empoderamento, a formação cidadã e a construção dos projetos de vida dos grupos geracionais em desenvolvimento, no período de 2007 a 2013, exerce uma importante contribuição para a comunidade acadêmica e para a própria organização.

³ O último ano apresenta um pico no gráfico. Isso se dar em decorrência do recebimento do recurso proveniente do convênio com a Secretaria de Justiça do Ceará (SEJUS) para implantação do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte do Ceará (PPCAAM).

Visando a compreensão do objeto desse trabalho, considero relevante a revisão dos marcos históricos, políticos e legais referentes à matéria da infância e juventude. A garantia de direitos humanos de crianças e adolescentes no Brasil, mesmo com as conquistas legais, continua sendo um desafio para todos os setores, especialmente para as Políticas Públicas destinadas a esse segmento populacional. Parcela significativa da sociedade brasileira não reconhece enquanto sujeitos de direitos sua infância e juventude.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n.º 8069, promulgada em 1990, inaugurou o paradigma da Proteção Integral, regulamentando direitos de crianças e adolescentes, seguindo as diretrizes do Art. 227 da Constituição Federal de 1988 e ratificando a Declaração Universal dos Direitos da Criança – 1959, a Convenção sobre os Direitos da Criança – 1989, as Regras de Beijing -1985⁴ e o Pacto de San José da Costa Rica - 1969⁵, em contraposição à Doutrina da Situação Irregular do Código de Menores, que se baseava na exclusão, quando tratava a questão da infância enquanto caso de polícia.

A nova doutrina, de acordo com o Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – Fundação Nacional DCA⁶ (2009, p. 17)

[...] expressa direitos da população infanto-juvenil brasileira, pois afirma o valor intrínseco da criança e do adolescente como ser humano, a necessidade de especial respeito à sua condição de pessoa em desenvolvimento, o valor prospectivo da infância e adolescência como portadoras de continuidade do seu povo e o reconhecimento da sua situação de vulnerabilidade.

E, portanto merecedores de proteção integral por parte da família, da sociedade e do Estado; devendo este último atuar mediante políticas públicas e

⁴ Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude recomendadas no 7.º Congresso das Nações Unidas sobre prevenção de delito e tratamento do delinquente, realizado em Milão em 26.08 a 06.09.85 e adotada pela Assembleia Geral em 29.11.85.

⁵ Convenção Americana sobre Direitos Humanos foi adotada no âmbito da Organização dos Estados Americanos, em São José da Costa Rica, em 22 de novembro de 1969. O Brasil somente promulgou-a em 1992, ainda assim o ECA ratifica o Art. 19.

⁶ O Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – Fórum Nacional DCA (2014) é um espaço democrático da sociedade civil que tem como missão garantir a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes, por meio da proposição, articulação e monitoramento das políticas públicas e da mobilização social, para construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

sociais organizadas nos Eixos de Promoção, Proteção e Defesa do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA)⁷.

Por ocasião dos encontros, debates e das convergências de agendas, por parte dos atores sociais que integram o SGDCA, é recorrente a questão da permanência do conflito entre os paradigmas menorista e garantista que tem causado forte interferência na formulação, execução e avaliação das Políticas Públicas para o setor infanto-juvenil.

Na execução da Política de Atendimento, especialmente quando diz respeito à socioeducação para adolescentes autores de ato infracional em cumprimento de medida, é perceptível o “ranço” das práticas fundamentadas na Doutrina da Situação Irregular, que conforme Costa (2010):

Os principais obstáculos para a garantia dos direitos da criança são a falta de compromisso ético-político de muitos dirigentes de políticas públicas, que ainda permanecem insensíveis para essa causa. Na sociedade civil, ainda subsiste em grande parte a mentalidade de que o Estatuto é uma legislação inaplicável à realidade brasileira por ser inspirada em ideias prevalecentes nos países mais avançados do Primeiro Mundo. Nos órgãos de atendimento protetivos e, principalmente, socioeducativos, prevalece, em grande parte, as culturas assistencialistas e correccional-repressiva, que violam a integridade física, psicológica e moral de muitas crianças e adolescentes pelas práticas frequentemente sistemáticas da negligência, da discriminação, da violência, da crueldade e da opressão.

Este fator agregado a outras condicionalidades como a atual conjuntura de terceirização e quarteirização dos trabalhadores, com perda de garantias trabalhistas e precarização da formação profissional, a não priorização da execução orçamentária da infância e o protecionismo político têm dificultado a gestão intersetorial.

A Política Nacional e do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, em construção e implementação desde 2009 por ocasião das conferências dos direitos da criança e do adolescente, agregada a todos os Planos específicos (Plano da Primeira Infância, Plano de Convivência Familiar e

⁷ O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal. Compete ao Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente promover, defender e controlar a efetivação dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, coletivos e difusos, em sua integralidade, em favor de todas as crianças e adolescentes, de modo que sejam reconhecidos e respeitados como sujeitos de direitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento; colocando-os a salvo de ameaças e violações a quaisquer de seus direitos, além de garantir a apuração e reparação dessas ameaças e violações – Resolução nº 113/2006 do CONANDA – (CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 2006).

Comunitária, Plano de Enfrentamento à Violência Sexual, Plano de Combate ao Trabalho Infantil, Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE⁸), busca oferecer soluções para este conflito, apresentando diretrizes orientadoras de todas as ações desenvolvidas pelas Políticas Públicas e Sociais voltadas para o segmento infanto-juvenil.

Assim como as demais políticas de garantias de direitos humanos (idoso, mulher, pessoa com deficiência etc.), a Política de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes deve se efetivar a partir do conjunto articulado de programas, projetos, ações e orçamento das políticas setoriais nas três esferas de governo, embora nestes 22 anos de existência do ECA o acúmulo de ações estejam concentradas na Política da Assistência Social.

Segundo a Lei n.º 8069/90 crianças e adolescentes são pessoas em condição peculiar de desenvolvimento e estipula o início e término de cada fase, colocando-os em dois grupos etários: de zero a doze anos incompletos (infância) e de doze a dezoito anos incompletos (adolescência), respectivamente (BRASIL, 1990).

A palavra infância, infante e suas derivações, conforme Freitas (2003) tem origem latina e sua semântica remete a noção de ausência de fala, ou seja, aquele que não fala. Essa ausência de fala imposta pela não escuta, ou desqualificação da escuta por parte da sociedade adulta, acarreta invisibilidade e nulidade desses sujeitos, reconhecidos legalmente enquanto detentores de direitos, em nível mundial no final da década de 50, pela intervenção da Organização das Nações Unidas (ONU), como já fora relatado anteriormente e no Brasil no início da década de 90.

Todavia, legalidade não significa legitimidade e essa legitimidade, não apenas do segmento infanto-juvenil, como de todos os demais que compõem as ditas minorias sociais, em estado de exclusão social e negação de direitos, não logrou êxito no reconhecimento de seus direitos legais, malgrado anos de lutas e movimentos sociopolíticos.

Pereira-Pereira (2006, p. 72) trata de exclusão social, as “necessidades humanas básicas”, que se diferenciam de carências materiais porque diz respeito “aos efeitos do não atendimento contínuo de necessidades socialmente

⁸ O SINASE é o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução de medida socioeducativa. Esse sistema nacional inclui os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todas as políticas, planos, e programas específicos de atenção a esse público.

compartilhadas”. Portanto, há duas necessidades cruciais: a dimensão material ou biológica e a de autonomia, sem a qual, torna-se impossível a participação e a escolha genuína e informada.

Estas duas necessidades são cruciais, dizem os autores, porque se não forem simultaneamente satisfeitas as pessoas ficarão impedidas de definir valores e crenças e de perseguir quaisquer fins humano-sociais. A inclusão da autonomia no conjunto das necessidades humanas básicas revela a preocupação dos autores de não restringir essas necessidades à dimensão material ou biológica, pelo simples fato de o ser humano não ser só um ser da natureza. Na verdade ele é um ser eminentemente social que só se desenvolve livre de constrangimentos sobre a sua capacidade de criar, agir e decidir (PEREIRA-PEREIRA, 2006, p. 74).

O não reconhecimento dos direitos é fruto da organização social e processo histórico, cuja matriz advém de uma lógica patriarcal, colonialista, escravista e elitista, seguida, continuamente, pela lógica do capital. Ambas as lógicas se entrecruzam numa mesma identidade, dadas as suas formas de expressão naturalizantes da negação de direitos humanos, a partir da sujeição e redução dos sujeitos à condição menor valia, que conforme Elias tem seu lugar relegado nesse todo social: o lado de fora.

O lado de fora é o lugar que a sociedade brasileira tem destinado à sua infância e juventude. Esse fenômeno, que se retrata pelo abandono da sociedade e do Estado à infância e juventude brasileira, atravessa séculos e gerações. No século XIX, na década de 30, a questão dos abandonados de tão crítica virou romance literário numa tônica de denúncia, imediatamente silenciado pelo Estado, numa fogueira em praça pública.

Amado (1983) desnuda o universo de um “bando de crianças delinquentes”, que passou a ser conhecido de os “capitães da areia” porque tinham por “quartel-general” o cais. Para o leitor desavisado acerca do período histórico em que a obra foi escrita só cabe observar alguns elementos estranhos ao tempo presente, já que a ótica acerca da “delinquência juvenil”, assim como a cobrança por ações punitivas, imediatistas e não educativas se confundem com o discurso praticado na sociedade atual:

O que se faz necessário é uma urgente providência da policia e do juizado de menores no sentido da extinção desse bando e para que recolham esses precoces criminosos, que já não deixam a cidade dormir em paz o seu sono tão merecido, aos Institutos de reforma de crianças ou às prisões. Passemos agora a relatar o assalto de ontem, do qual foi vítima um honrado comerciante da nossa praça, que teve sua residência furtada em mais de

um conto de réis e um seu empregado ferido pelo desalmado chefe dessa malta de jovens bandidos (AMADO, 1983, p. 5).

Freitas (2003) identifica o alvoroço social vivido nesse período da história do país e refere que a infância tornou-se uma questão candente para o Estado e para as políticas não governamentais, para o planejamento econômico e sanitário, para legisladores, psicólogos, educadores e antropólogos, para a criminologia e para a comunicação de massa. Para o autor, infância define-se enquanto uma construção cultural e histórica compreende-se que as abstrações numéricas não podem dar conta de sua variabilidade.

Ariès (1981, p. 4) identifica, no histórico das sociedades, o modo como os infantes eram tratados pela “velha sociedade tradicional”:

Afirmo que essa sociedade via mal a criança, e pior ainda o adolescente. A duração da infância era reduzida a seu período mais frágil, enquanto o filhote do homem ainda não conseguia bastar-se; a criança então, mal adquiria algum desembaraço físico, era logo misturada aos adultos, e partilhava de seus trabalhos e jogos. De criancinha pequena, ela se transformava imediatamente em homem jovem, sem passar pelas etapas da juventude, que talvez fossem praticadas antes da Idade Média e que se tornaram aspectos essenciais das sociedades evoluídas de hoje.

Groppo (2008, p. 8) agrega ao novo conceito de adolescência e juventude quando lhe reconhece enquanto categoria social, ampliando, desse modo, a definição de juventude, quando deixa de considerá-la exclusivamente enquanto grupo etário passando à “concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a eles atribuídos”.

Na construção histórica e cultural da infância no Brasil constam registros desde as linhas cartográficas de Caminha (1500) com o infanticídio na colonização, o abandono por mais de um século na Roda dos Expostos, o recolhimento pelas famílias de criação dada a ausência de política estatal, as primeiras práticas filantrópicas de assistência para pobres, delinquentes e com problemas mentais, a vigência do Código de Menores de 1927, as Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (FEBEM's) na década de 60, o Projeto Casulo da Legião Brasileira de Assistência no final década de 70, até os Estatutos de 1990 e de 2013, da Criança e do Adolescente e o da Juventude, respectivamente, abrangendo a fase da vida do ser em desenvolvimento e afirmação social de 0 (zero) aos 29 (vinte e nove) anos de idade.

Freitas (2003) atribui, a este histórico, a permanência de representações da sociedade acerca da infância sempre na perspectiva futurística, do “vir-a-ser”, desfavorecendo a construção processual, como se fosse possível adiar a garantia de direitos de crianças e adolescentes para as futuras gerações.

Os dois protocolos, dos quais o Brasil é signatário, e que fundamentam na atualidade toda a discussão e a base da Política de garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, quais sejam: Convenção sobre os Direitos da Criança – Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), aprovada em Assembleia Geral da ONU, em 1989 e a Lei n.º 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, apregoam que a infância tem direito à proteção integral por parte da família, da sociedade e do Estado:

Considerando que importa preparar plenamente a criança para viver uma vida individual na sociedade e ser educada no espírito dos ideais proclamados na Carta das Nações Unidas e, em particular, num espírito de paz, dignidade, tolerância, liberdade e solidariedade. (Preambulo da Convenção)

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. [...]

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (Arts. 3 e 4 do ECA). (BRASIL, 1990; UNICEF, 2004).

A proposta de trabalho da FACC pretende contribuir com a melhoria nos padrões de sociabilidade desse público, estreitando o pensamento de Freire às noções de cultura de paz e direitos humanos. Para embasar este estudo firmaremos nosso conceito de paz aliada aos direitos humanos, a partir do pensar de Bobbio (1992, p. 4): “Sem direitos humanos reconhecidos e protegidos, não há democracia. Sem democracia não há solução pacífica. [...] Haverá paz quando todos forem cidadãos do mundo”.

É a “paz perpétua” kantiana, que rompe com a perspectiva religiosa como única para a busca do estado de paz mundial pela unidade dos desejos de todos os povos, evocada por Bobbio em sua obra, onde ele próprio nomeia-a de paz positiva, quando amplia o conceito de violência direta para violências estrutural e cultural enquanto resultado da desigualdade de poder e da injustiça social.

Pensar a paz não apenas nas situações de guerra requer a radicalidade das mudanças sociopolíticas, baseadas na justiça social, portanto requer abolição de modelos totalitários e absolutos em detrimento da democracia. Hannah Arendt, em seus estudos sobre violência, regimes totalitários e antissemitas, portanto, refletindo acerca do conceito de paz e direitos humanos, compreende que a cidadania (pressuposto para a pacificidade) é o **direito a ter direitos**, e esses direitos se constroem no espaço público comum e somente na comunidade política é possível à afirmação dos direitos humanos (LAFER, 1997).

Segundo Bobbio (1992, p. 16), direitos humanos são direitos históricos porque se constroem nas lutas, gradualmente, portanto “são fins desejáveis que merecem ser perseguidos”. Contudo, questiona a definição de direitos humanos, sobretudo quando se trata dos direitos à liberdade e igualdade, quando diz que os seres humanos não são livres nem nascem iguais; para ele esta seria uma criação artificial de um estado civil.

Direitos de liberdade e direitos sociais são incompatíveis, uma vez que para sua proteção necessita-se restringir a proteção de outros. [...] as sociedades em que vivemos negocia as liberdades em troca de poder. A efetivação de uma maior proteção dos direitos do homem está ligada ao desenvolvimento global da civilização humana (BOBBIO, 1992, p. 43,45).

O sonho do modelo burguês de sociedade, fundamentado na Liberdade, Igualdade e Fraternidade, ditado na primeira Declaração dos Direitos Humanos, (especificamente dos direitos do homem), há mais de duzentos anos, a qual inspirou a criação de tratados e protocolos legais em matéria de cidadania e sociabilidade entre as nações, é posta em dúvida acerca da sua efetividade tanto por Bobbio como por Santos. Bobbio (1992) afirma ser um crescente do problema do crescimento dos direitos humanos, o fenômeno do processo de descolonização.

Santos (2009) considera que a aplicação dos direitos humanos fica prejudicada na sua universalidade, uma vez que somente a cultura ocidental tem se colocado enquanto globalização hegemônica, a qual ele denomina de “localismo globalizado”. Para uma globalização contra hegemônica – **cosmopolismo** – na sua aplicabilidade, afirma Santos (2009, p. 13), os direitos humanos “têm de ser reconceitualizados como multiculturais”.

O autor levanta questionamentos acerca do real papel dos direitos humanos no modelo neoliberal, fazendo uma crítica cortante ao conceito

homogeneidade na globalização, quando desfaz a ilusão da construção **ideal** e **linear** das garantias das diversidades dos povos e das nações, a partir da fraternidade e solidariedade. Ele chega a questionar se os direitos humanos pautam-se na justificação da opressão das antigas metrópoles ou na esperança de libertação das colônias antigas e renovadas. E, ainda, associa a esse tema a questão da democracia. **Democracia serve para quem? Para o progresso da maioria, sem respeitar os direitos das minorias?**

Ele refere haver contradições nas lutas por dignidade humana, em decorrência da Carta dos Direitos Humanos ter pretensão universal. E apresenta sua teoria da contra hegemonia dos direitos humanos, colocando a necessidade de:

- a) Luta pelo **pluralismo fundacional** para ruptura com **universalismo eurocêntrico**;
- b) A consolidação dos direitos coletivos enquanto garantia do direitos individuais de todos os segmentos sociais;
- c) A elevação do Estado para o *status* de **Estado social**, que além das garantias civis e políticas, estenda-se às **sociais, econômicas e ambientais**;
- d) Continuidade dos direitos humanos, independente do regime político;
- e) Proteção à dignidade para além da espécie humana.
- f) Reconhecimento e valoração da humanidade diversa e não apenas a **eurocêntrica**, portanto, **não hegemônica**;
- g) Emancipação do ser (humanidade) sobrepujando-se ao **desenvolvimentismo e neocolonialismo**.

O contexto social, político e cultural em que o país se encontra inserido e em especial a Comunidade do Lagamar ressentem-se desta ausência de garantia de direitos humanos, geradores de uma cidadania em sua plenitude. A cultura existente é a do padrão de sociedades submersas na “globalização negativa”⁹ (BAUMAN, 2001),

⁹ O autor assim conceitua a mundialização do capital: “A globalização negativa no sentido de que se aplica a todos os aspectos da vida social que têm uma coisa em comum: trata-se do enfraquecimento, a erosão, a não consideração dos hábitos locais, das necessidades locais”. A “globalização negativa” abraça poderes como as finanças, o capital, o comércio, a informação, a criminalidade, o tráfico de drogas e de armas, o terrorismo etc. Ela não é seguida pela “globalização positiva”. Em nível global, não temos nada de remotamente semelhante à eficácia do instrumento do controle político sobre o poder, da expressão da vontade popular, isto é, da representação e da jurisdição, realidades que se desenvolveram e foram bloqueadas no nível do Estado-nação. À luz dessa discrepância, todas às vezes em que ouço o conceito de “comunidade internacional”, eu

onde o ter subjuga o ser; onde os indivíduos são **mercadorias descartáveis**, integrantes de uma massa supérflua e as relações são pautadas numa lógica em que conquistar poder de consumo substitui qualquer outra relação, qualquer outra lógica.

Este cenário que despreza o direito à vida, revela-se nos altos índices de violências múltiplas na vida privada e na pública, o que nos leva à crença de que quanto maior a ausência e/ou ineficiência das políticas públicas garantidoras de direitos, maior é a distância para a edificação de uma sociedade pacífica.

Elias (1994), acerca dessa relação: indivíduo-sociedade, dentro da vivência comunitária, questiona acerca da possibilidade de se ter uma ordem social que harmonize as necessidades individuais às exigências pela manutenção do todo social. Segundo o autor essa “harmonização” somente seria possível por uma condição:

[...] só pode haver uma vida comunitária mais livre de perturbações e tensões se todos os indivíduos dentro dela gozarem de satisfação suficiente; e só pode haver uma existência individual mais satisfatória se a estrutura social pertinente for mais livre de tensão, perturbação e conflito (ELIAS, 1994, p. 17).

Ainda acerca deste contexto, não nega o contraditório e afirma que a sociedade não é um bloco de cimento e daí sua dinamicidade, suas “tensões e explosões”, afirma, inclusive, que no todo social cada indivíduo tem um lugar que lhe foi dado a partir de um processo histórico:

O declínio alterna-se com a ascensão, a guerra com a paz, as crises com os surtos de crescimento. A vida dos seres humanos em comunidade certamente não é harmoniosa). Portanto, o todo aqui não se aplica, os indivíduos não são unidos socialmente por cimento, portanto a sociedade não é um bloco estático. Na dinâmica social de cada grupo há uma ordem oculta e não diretamente perceptível pelos sentidos. Cada pessoa no turbilhão social faz parte de um determinado lugar, inclusive os famintos e sem tetos dão produtos e componentes da ordem oculta que subjaz à confusão (ELIAS, 1994, p. 21-22).

Bauman (2001) com seu estudo sobre “sociedade moderna (para ele não saímos desse modelo), a **sociedade líquida**¹⁰” nos auxilia na definição de espiritualidade, dissociada para este estudo no trecho a seguir:

choro e rio ao mesmo tempo. Nós ainda nem começamos a construí-la. Os nossos problemas são verdadeiramente globais, mas só possuímos os meios locais para enfrentá-los; e eles são desproporcionadamente inadequados para a tarefa.” (BAUMAN, 2001).

¹⁰ O derretimento dos sólidos levou à progressiva libertação da economia de seus tradicionais embaraços políticos, éticos e culturais. Sedimentou uma nova ordem, definida principalmente em termos econômicos. Essa nova ordem deveria ser mais “sólida” que as ordens que substituíam, porque, diferentemente delas, era imune a desafios por qualquer ação que não fosse econômica.

[...] a busca da felicidade andava de mãos dadas com o aumento do consumo: os lugares naturais de satisfação pessoal eram as lojas, em vez das relações sociais ou das atividades com as quais cada um podia ser útil aos seus semelhantes, cooperando com eles. Essas duas convicções produziram, de fato, uma grande quantidade de miséria material e espiritual, além de atacar gravemente os recursos naturais do planeta inteiro: de um lado, temos vivido acima dos nossos meios; de outro, descobrimos dolorosamente que a felicidade não pode ser comprada. Portanto, a todos nós hoje se pede que mudemos radicalmente a ordem das nossas vidas. [...] Falando de um desejo, de um anseio, entende-se que ele se orienta a uma certa representação da espiritualidade, concebida como algo que poderia conferir um sentido pleno às nossas vidas, preenchendo-as. Evidentemente, constata-se que os prazeres materiais (“da carne”, se diria tempos atrás) não bastam: é preciso um contato com algo que transcenda as nossas ocupações e preocupações cotidianas (BAUMAN, 2014).

Bauman (2014) acredita que a modernidade inquieta nossa individualidade quando nos pressiona a não “sermos”, mas “estarmos nos tornando” e nestes termos o valor das pessoas passa da sua qualidade para sua **vendabilidade**; deixam de ser pessoas e passam a ser consumidoras, não apenas de produtos, mas de padrões, comportamentos e culturas ao ponto de esquecerem-se de quem são, “num processo que mistura valor social e autoestima”.

Sobre os rebatimentos desses modelos de sociabilidade na existência do indivíduo e sobre o modo como esse indivíduo se coloca na estrutura das suas relações com os demais e com ele próprio, no que se refere ao seu comportamento nos “elos da cadeia social”, Elias (1993) crer existir uma **força continua e uniforme** que se exerce sobre a vida individual pela violência cotidiana, que levam ao ajustamento desse indivíduo a essa estrutura social. Ao mudarem os padrões e códigos do **molde social**, muda não apenas um indivíduo isoladamente, mas todo um padrão e estrutura de modo de vida dos indivíduos.

Essa pressão ou compulsão exercida sobre as pessoas causam-lhes **inquietação e insatisfação perpétuas**, que só podem ser satisfeitas em forma modificada, “como, por exemplo, na fantasia, na qualidade de espectadora ou ouvinte, nos devaneios ou nos sonhos” (ELIAS, 1993, p. 204). Em se tratando da infância e juventude, nesse contexto, Elias (1993, p. 198, 205) afirma que:

A maioria das alavancas políticas ou morais capazes de mudar ou reformar a nova ordem foram quebradas ou feitas curtas ou fracas demais, ou de alguma outra forma inadequadas para a tarefa. Não que a ordem econômica, uma vez instalada, tivesse colonizado, reeducado e convertido a seus fins o restante da vida social; essa ordem veio a dominar a totalidade da vida humana porque o que quer que pudesse ter acontecido nessa vida tornou-se irrelevante e ineficaz no que diz respeito à implacável e contínua reprodução dessa ordem (BAUMAN, 2001, p. 5).

Sob o disfarce do que os adultos pensam e planejam, as relações que se formam entre eles e os jovens criam funções e feitos na personalidade destes últimos que eles não pretendem e a que mal conhecem. Não planejados, nesse sentido, surgem aqueles resultados da modelagem social de indivíduos aos quais habitualmente chamados de “anormais”.

...
[...] é a teia de relações em que vive o indivíduo durante a fase mais impressionável, infância e juventude, que se imprime em sua personalidade em formação, tendo sua contrapartida na relação entre suas instancias controladoras, o superego e o ego, e os impulsos da libido.

O autor arremata seu estudo da sociogênese, esclarecendo que: “O que determina a natureza e o grau desses surtos civilizadores é sempre a extensão das interdependências, o nível da divisão de funções e a estrutura interna das próprias funções”. (ELIAS, 1993, p. 207).

Sobre este contexto, Jappe (2013) defende existir pânico e desespero nos sujeitos, como se o terreno ruísse embaixo dos pés, empurrando a todos para uma barbárie na luta por um “bolo” cada vez menor. Para ele a sociedade mundial do trabalho (no capitalismo) se autodestrói depois de ter destruído todas as antigas formas de solidariedade, o que tem sobrado são sujeitos completamente entregues ao princípio da concorrência a todo custo, tanto enquanto indivíduo como enquanto corporações (nação, etnia, família, máfia e gangue). “A humanidade está decididamente mal preparada para enfrentar a dissolução generalizada dos laços sociais e suas bases produtivas” (JAPPE, 2013, p. 115).

Freire (1996, p. 47) reporta-se às resistências física e cultural no mundo, e não a resignação frente às injustiças, enquanto forma de afirmação humana: “A mudança do mundo implica a dialetização entre a denúncia da situação desumanizante e o anúncio de superação, no fundo, o nosso sonho”. E conclui que, nas décadas marcadas pela globalização da economia e pelos avanços tecnológicos as filosofias que melhor nos ajudarão serão aquelas que não desconhecem nem minimizem “o peso da materialidade”, mas não se intimidem na análise histórica e “na compreensão da mudança da realidade, em face do papel espiritual, não necessariamente religiosa do termo, dos sentimentos, dos sonhos e das utopias” (FREIRE, 2000, p. 42).

Neste sentido, o presente trabalho dissertativo traz elementos colhidos por ocasião da pesquisa, na busca de responder às seguintes indagações:

- a) A experiência de educação social desenvolvida pela FACC tem contribuído para o empoderamento, formação cidadã e construção de

projetos de vida afirmativos de crianças, adolescentes e jovens, na busca da sua autonomia, visando uma convivência social diferenciada frente às adversidades vividas pelos mesmos no seu contexto local?

- b) Tem sido possível contribuir para o processo de mudança de realidades sociais, através da implementação de políticas sociais aliadas a estratégias que considerem o indivíduo enquanto ser espiritual?
- c) Aliar políticas sociais a práticas educativas que tratam do indivíduo enquanto ser multidimensional, ressaltando a sua dimensão espiritual, pode contribuir para maior agilidade no processo de conquista de melhores condições humanas e sociais dos grupos atendidos e, portanto, na perspectiva da construção de uma sociedade pacífica?

Adotei a metodologia participativa através da pesquisa-ação, a qual, segundo Thiollent (2003, p. 14):

[...] é “um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo e participativo”.

Aliar pesquisa científica à perspectiva de contribuir para o debate reflexivo e propositivo acerca das negações e violações dos direitos sociais e humanos, vivenciados pelos grupos assistidos pela organização, significa um desafio bastante instigador. Pensar em ações a serem realizadas com e por grupos focais e por pessoas-chaves que evidenciam a operacionalização da proposta da FACC, seja de forma direta, através da participação nas atividades educativas e culturais, seja pela observação contínua desse fazer institucional pelas lideranças locais, significa agregar valor tanto às pessoas e comunidades envolvidas, como para o ambiente institucional.

Os procedimentos metodológicos para a pesquisa seguiram as seguintes etapas:

- a) Pesquisa documental, buscando registros que evidenciem a história de atuação social da organização na comunidade ao longo de mais de vinte anos de sua existência, na perspectiva de sistematizar seu

histórico, situando avanços e desafios na trajetória de trabalho social voltada para a contribuição com a Política de Direitos Infantojuvenis.

Fiz a busca dessas evidências em atas, relatórios, planos, anotações de exercícios das gestões e educadores, diários de campo dos educadores, entrevistas, planejamentos, registros fotográficos e/ou imagens etc.

b) A abordagem com o público-alvo de atenção direta da proposta institucional foi possibilitada através da pesquisa-ação, com grupos focais, compostos por crianças, a partir de 10 anos, adolescentes e jovens, entre 12 e 20 anos incompletos que são atendidos pelos projetos sociais da FACC.

O processo contou com a facilitação de um educador da instituição, através de uma abordagem adaptável ao grupo, na perspectiva de atender ao roteiro de entrevista proposto para esses grupos. Durante a entrevista, com consentimento do grupo, foi realizada gravação fonográfica e contou com a contribuição de um observador, que registrou toda comunicação gestual e indizível, a fim de não perder detalhes imprescindíveis na composição do acervo da pesquisa.

c) A fim de aferir os resultados alcançados pela proposta em médio prazo junto ao público atendido, também foi realizado um estudo com os egressos. Os jovens egressos que participaram dessa metodologia foram escolhidos por três membros da equipe institucional, constituindo, desse modo, uma comissão que se responsabilizou em identificar, sensibilizar e mobilizar os mesmos. Estes membros têm competências institucionais que os validam para tal trabalho: Coordenadora Pedagógica, que acompanha as atividades e o desempenho dos atendidos; o Socioeducador da Juventude, que faz atuação direta e acompanha cotidianamente os jovens e o Socioeducador Comunitário, que acompanha as famílias, faz formação social e política com lideranças locais e tem amplo conhecimento da dinâmica comunitária.

Esta abordagem foi realizada através entrevistas gravadas com recurso audiovisual, que posteriormente serão editadas e irão compor um vídeo institucional. Esta abordagem foi realizada por outros dois educadores, que compreendendo a natureza do estudo propuseram um roteiro que como forma de contribuir com o estudo da organização enquanto caso.

- d) Por fim, procedeu-se com a abordagem com lideranças locais, pessoas que participaram da criação da comunidade e/ou da fundação da organização, que já compuseram diretoria e que acompanham o desenvolvimento institucional, independentemente de conhecerem ou não a proposta de cultura de paz desenvolvida pela mesma.

Com estas pessoas foram realizados quatro encontros em forma de roda de conversa no ano de 2013, contando com demais membros da Rede de organizações do Lagamar, na perspectiva de construção de uma ação denominada Seminário Conhecendo Nosso Chão¹¹, ocasião em que se pretende compreender a dinâmica atual da comunidade. Esta proposta será concluída ainda neste ano.

Com este segmento, foi utilizada, também, a técnica de história oral, corroborando o pensamento de Portelli (1997, p. 7) quando considera que esta técnica torna mais verdadeira porque oportuniza informantes que muitas vezes não dominam a escrita, mas apresentam riqueza de “significados, e por isso contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez”.

Todo o material colhido dessa pesquisa, como de todas as tecnologias de processos de escuta, fundamentam as intervenções sociais adotadas pela organização.

¹¹ Esta proposta surgiu a partir das atividades da extensão universitária com o Programa de Educação Tutorial de Serviço Social (PETSS) da UECE, sob a coordenação da Prof.^a Dr.^a Helena Frota, na comunidade do Lagamar.

3 SITUAÇÃO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO BRASIL E NO CEARÁ

O presente capítulo tem por pretensão contribuir com o debate acerca da garantia de direitos humanos de crianças, adolescentes e jovens, preconizados nas Leis n.º 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente e n.º 12.852/13 – Estatuto da Juventude, assim como as demais legislações competentes para os segmentos, a partir da análise dos dados apresentados por institutos, órgãos setoriais e pesquisadores.

Para tal análise, consideramos ser de extrema relevância estabelecer relação entre os documentos: “Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2010” – SIS do IBGE 2010, “Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2012” – SIS do IBGE 2012, com revisão na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD 2014, Índice de Homicídios na Adolescência 2009/2010, Mapa da Violência de Waiselfisz (2010, 2012, 2013, 2014), Disque 100, dentre outros que apresentam correlação com as diretrizes das Políticas Nacionais de Garantia de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes (PNDHCA) e de Juventude recentemente organizadas no País, através de um processo de construção coletiva, dentro dos espaços deliberativos das conferências municipais, regionais, estaduais e nacional.

A sistematização dos dados referentes a este segmento temático do País dentro do documento SIS do IBGE 2010/2012 – crianças, adolescentes e jovens – foi pensada a partir da concepção apresentadas nas legislações e tratados nacionais e internacionais, sob a responsabilidade do Fundo das Nações Unidas para a Infância – United Nations Children’s Fund (UNICEF)¹², que persegue, na sua prática junto à Organização das Nações Unidas (ONU)¹³, a melhoria da situação de vida de

¹² O Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF está presente no Brasil desde 1950, liderando e apoiando algumas das mais importantes transformações na área da infância e da adolescência no País, como as grandes campanhas de imunização e aleitamento, a aprovação do artigo 227 da Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente, o movimento pelo acesso universal à educação, os programas de combate ao trabalho infantil, as ações por uma vida melhor para crianças e adolescentes no semi-árido brasileiro (UNICEF BRASIL, 2014).

¹³ A Organização das Nações Unidas, também conhecida pela sigla ONU, é uma organização internacional formada por países que se reuniram voluntariamente para trabalhar pela paz e o desenvolvimento mundiais (NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, 2014).

crianças, adolescentes e jovens, mundialmente, enquanto elemento transversal nas metas dos Objetivos do Milênio¹⁴.

Assim, a presente análise, ainda que breve, tem a intenção de buscar nesses documentos, evidenciar em que situação se encontra a infância e juventude no cenário brasileiro no que diz respeito ao cumprimento das metas do milênio, enquanto estratégia para cumprimento da Convenção dos Direitos da Criança¹⁵, da qual este País é signatário, comprometendo-se, com este ato, a empreender todos os esforços no sentido de colocar esse segmento dentro dos padrões de condições dignas de vida e de acesso aos direitos e oportunidades, aceitáveis mundialmente.

Neste sentido, as informações e dados aqui reunidos buscam trazer elementos que nos revelem, através dos dados, como o Brasil, enquanto estado-parte tem se esforçado para por o segmento infanto-juvenil da população a salvo de toda e qualquer forma de omissão e/ou ação que transgrida sua dignidade humana. Quais avanços e retrocessos? Quais desafios de maior relevância e aspectos intermitentes que se colocam na atualidade na efetivação de direitos humanos de crianças e adolescentes no País?

Um avanço significativo diz respeito à criação do Comitê Técnico de Acompanhamento do Sistema Nacional de Indicadores de Direitos Humanos (SNIDH), pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, através da Portaria n.º 619, de 22.05.2012, que tem por objetivo definir o marco metodológico de elaboração do SNIDH, bem como acompanhar o processo de sua construção, que adota por referencial metodológico o Relatório da ONU.

¹⁴ Em 2000, a ONU, ao analisar os maiores problemas mundiais, estabeleceu 8 Objetivos do Milênio – ODM, que no Brasil são chamados de 8 Jeitos de Mudar o Mundo – que devem ser atingidos por todos os países até 2015. São eles: 1. Erradicar a extrema pobreza e a fome; 2. Atingir a educação básica de qualidade para todos; 3. Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia da mulher; 4. Reduzir a mortalidade infantil; 5. Melhorar a saúde materna; 6. Combater a AIDS, a malária e outras doenças; 7. Garantir a sustentabilidade ambiental; 8. Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento (BRAGA; SOSA; NOGUEIRA, 2005).

¹⁵ A situação crítica vivida pela infância ainda no início deste século, agravada pelo flagelo que representou a Primeira Guerra Mundial, levou a Sociedade de Nações, precursora da atual ONU, a adotar a primeira Declaração em que se recolhiam os direitos da criança, no ano de 1924, conhecida como Declaração de Genebra. Tal Declaração – um texto breve e genérico, composto de cinco artigos –, não obstante a ausência de coercitividade representou um marco inicial. Assentava as bases para o reconhecimento e proteção dos direitos da infância, além de cristalizar mudanças em relação à concepção sobre a autonomia e os direitos da criança e do adolescente. A Declaração de Genebra trazia à luz, ademais, o importante conceito denominado interesse superior da criança, mais tarde retomado e desenvolvido pela Convenção de 1989 (Trecho extraído do texto “A Convenção sobre os Direitos da Criança em seu Décimo Aniversário: Avanços, Efetividade e Desafios”, Anderson Pereira de Andrade – promotor de justiça do Ministério Público do Distrito Federal e territórios).

Apesar de todos esses dispositivos legais para proteção, as pesquisas apresentam situações de violações em todos os direitos fundamentais. Para este trabalho, fez-se recorte nas dimensões: vida e saúde, educação, integridade física, emocional e sexual, trabalho forçado.

3.1 A ANÁLISE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS NO IBGE 2010

Para compreendermos a situação da infância e adolescência no Brasil devemos conhecer, minimamente, acerca dos marcos legais, dos paradigmas e marcos teóricos que servem de base para tudo que diz respeito a esse segmento, seja a análise de seus indicadores, seja na construção de diretrizes para a Política, seja para movimentos, lutas e ações de prevenção, proteção e enfrentamento de direitos, ordenados no Sistema de Garantia de Direitos (SGD), no qual se propõe aliar organismos governamentais, não governamentais e sociedade civil organizada, na luta intransigente pela efetivação dos direitos de nossos infantes.

No caso específico da análise dos indicadores sociais do segmento crianças, adolescentes e jovens do IBGE (2010, p. 148) toma-se por referência o que dispõe o UNICEF, que desde a década de cinquenta vem investindo técnica e financeiramente em projetos e ações no Brasil, “com vistas à sobrevivência, ao desenvolvimento e à proteção de crianças e adolescentes, colaborando assim para a superação dos desafios que a pobreza, a violência, as doenças e a discriminação impõem à infância e à adolescência”.

Assim, a organização das temáticas dentro deste segmento, assim como a distribuição etária, está alinhada com as esferas prioritárias de ações estabelecidas pelo UNICEF, com adaptações à realidade brasileira:

Nesse sentido, as tabulações selecionadas estão referidas a quatro dessas esferas: sobrevivência e desenvolvimento infantil; igualdade na educação básica; proteção infantil; e crianças, adolescentes e jovens como foco de políticas públicas (IBGE, 2010, p. 148).

Esse ordenamento por faixa etária torna-se de difícil para nossa compreensão, uma vez que no IBGE SIS o agrupamento etário foi ordenado conforme orientação dos padrões dos ciclos educacionais, (com exceção dos dados

referentes ao mercado de trabalho), enquanto os limites etários em tudo que se refere aos direitos de crianças e adolescentes segue o dispositivo legal no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n.º 8069/90 (BRASIL, 1990):

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Quando nos referimos ao segmento infanto-juvenil, estamos falando de quase 78 milhões, representando mais de 38% da população do país entre zero e 24 anos até 2014. O público infantoadolescente do Ceará representa 34% do total de aproximadamente 8.842.791 de habitantes, mais de 51% do sexo feminino; destes cerca de 70% se autodeclaram negros e pardos. 75% residem em área urbana. 22% têm serviço de energia elétrica e 26% tem água encanada.

A constatação do IBGE é que ainda somos, essencialmente, um País jovem, embora estejamos “amadurecendo”. Contudo, esta maturação do país ainda não nos trouxe ao status de uma nação que respeita os direitos de suas crianças, ainda não somos uma sociedade que protege e cuida da sua infância. Isto não significa que não estejamos empenhados em empreender esforços para que o sejamos, mas os dados estatísticos do IBGE (2010b) revelam problemáticas seculares enfrentadas pelo país, em relação às condições de indignidade em que vive sua população infantoadolescente sem grandes transformações.

Das políticas públicas ofertadas para esse segmento, optamos pelo recorte apenas das duas que estão no eixo da promoção da PDHCA apresentam maior representação nos Planos Plurianuais do País e do Ceará: Educação e Saúde.

3.1.1 Do direito à vida e à saúde de crianças, adolescentes e jovens no Brasil

Quando nos referimos, por exemplo, à garantia do direito à vida e saúde¹⁶ nos deparamos com o quadro ainda grave, onde a cada mil crianças nascidas vinte e quatro morrem até um ano de idade, embora tenha ocorrido uma redução em quase

¹⁶ Art. 7º A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência. Artigo disposto na Lei n.º 8069/90 (BRASIL, 1990).

50% em quase duas décadas, o Brasil ainda se encontra entre os cem países com maiores índices de mortalidade infantil.

Este indicador tem significativa relevância em nível mundial porque está estreitamente ligado a outras condições das famílias, essenciais para debelar este quadro: falta de acompanhamento no pré-natal e de planejamento familiar¹⁷, pobreza extrema¹⁸, gravidez na adolescência, dificuldade de acesso aos serviços de saneamento básico e água potável, fome e desnutrição tanto materna quanto infantil.

Neste sentido, o País deu um passo importante através dos Programas Fome Zero¹⁹ e Bolsa Família²⁰, mas existem outras ações que necessitam ser implementadas, em caráter de urgência, como, por exemplo, a efetivação das diretrizes do Plano da Primeira Infância²¹, bem como implementação do Plano Plurianual 2012-2015, especificamente no que remete ao desenvolvimento territorial, uma vez que a dificuldade de acesso ao saneamento básico, por exemplo, afeta em maior número as

¹⁷ O Relatório sobre a Situação da População Mundial 2012 estima que 3 milhões de bebês deixariam de morrer em seu primeiro ano de vida se mais 120 milhões de mulheres tivessem acesso ao planejamento familiar (FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2012).

¹⁸ Apesar da tendência positiva do aumento de renda no Brasil, a distribuição do bolo cresce bem devagar. Em 1992, segundo relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), os 20% mais pobres detinham somente 3% da renda nacional. Em 2002, o percentual subiu para 4,2, o que é realmente muito pouco. Por isso, o Brasil continua sendo um dos países mais desiguais do mundo. Uma das mais graves formas da desnutrição é provocada pelo aleitamento materno por tempo insuficiente, bem como pela carência de nutrientes fundamentais para o desenvolvimento infantil. A desnutrição pode comprometer o potencial da criança e predispor a inúmeras doenças (CAMARGO, 2005).

¹⁹ O **FOME ZERO** é uma estratégia impulsionada pelo governo federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. Tal estratégia se insere na promoção da segurança alimentar e nutricional buscando a inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome. Atua a partir de quatro eixos articuladores: acesso aos alimentos, fortalecimento da agricultura familiar, geração de renda e articulação, mobilização e controle social (BRASIL. MDS, 2014).

²⁰ O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), que tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 70 mensais, e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos. O Bolsa Família possui três eixos principais focados na transferência de renda, condicionalidades e ações e programas complementares. A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Já as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade (PORTAL BRASIL, 2013).

²¹ Neste Plano estão traçadas as diretrizes gerais e os objetivos e metas que o País deverá realizar em cada um dos direitos da criança afirmados pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, pelas leis que se aplicam aos diferentes setores, como educação, saúde, assistência, cultura, convivência familiar e comunitária e outros que lhe dizem respeito. Ele deve ser entendido como expressão da vontade nacional de cumprir os compromissos internacionais assumidos pelo País em documentos como a Convenção dos Direitos da Criança, o Plano de Educação de Dacar 2000/2015, os objetivos do Milênio, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, documentos dos quais o Brasil é signatário e com os quais está comprometido (REDE NACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA, 2010).

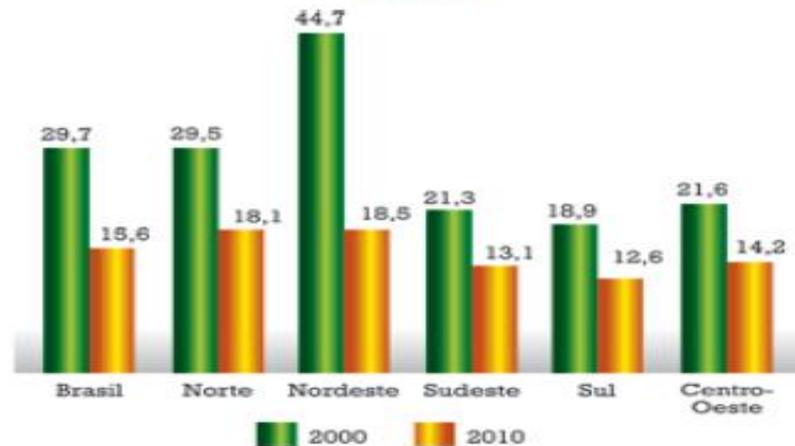
populações que residem na região Nordeste, conforme o SIS do IBGE (2010, p. 151, grifo da autoria):

O acesso aos serviços de saneamento básico também é de fundamental importância para a saúde das crianças, seja no domicílio em que vivem, seja na escola, onde estas passam boa parte do dia. Em 2009, quase 60% das crianças até 14 anos de idade (46,3 milhões) residiam em domicílios em que pelo menos um serviço de saneamento (água, esgoto ou lixo) não era adequado, isto é: ou não havia abastecimento de água por meio de rede geral, ou o esgotamento sanitário não se dava via rede geral ou fossa séptica, ou ainda o lixo não era coletado. Quando tais formas inadequadas de saneamento existiam simultaneamente no domicílio, cerca de 5 milhões de crianças (10,9%) estavam seriamente expostas a riscos de doenças, e essa proporção chegou a atingir **19,2% das crianças nordestinas**.

- a) A cada mil crianças nascidas, vinte quatro morrem até um ano de idade, embora tenha ocorrido uma redução em quase 50% em quase duas décadas no País;
- b) No Brasil, 52,2% dos óbitos concentra-se na primeira semana de vida e 1/3, no período pós-neonatal;
- c) A estimativa para a taxa mundial, em 2011, foi de 22 óbitos por 100 mil nascidos vivos. A taxa brasileira igualou-se à da América Latina e Caribe (10 por 100 mil), mas ainda representou o dobro das taxas registradas por países vizinhos, como Chile e Uruguai (5 por 100 mil), sendo superior, também, à da Argentina (7 por 100 mil);
- d) O Brasil ainda se encontra entre os 100 países com maiores índices de mortalidade infantil;
- e) No Ceará, apesar de ter uma queda nos indicadores, há, ainda 17% dos nascidos com déficit de peso. Entre 0 a 06 dias de nascidos, morrem em torno de 18%.

Gráfico 1 – Taxa de Mortalidade Infantil, segundo as Grandes Regiões – 2000 a 2010

Taxa de mortalidade infantil*, segundo as Grandes Regiões, 2000/2010



Fonte: Censo 2010, IBGE.

*Óbitos de crianças menores de um ano, por mil nascidos vivos

Fonte: Palácio do Planalto da Presidência da República (BRASIL, 2012b).

Outro importante indicador da qualidade da saúde geralmente considerado é o percentual de nascidos vivos com baixo peso ao nascer. As crianças consideradas com baixo peso ao nascer são as que nascem com menos de 2.500g, independente do tempo de gestação. As causas mais comuns para esta ocorrência seriam o parto prematuro ou desnutrição materna. Verifica-se um aumento no percentual de nascidos vivos com baixo peso ao nascer, nas três regiões investigadas. No Ceará, a variação foi de 17,19%, enquanto, no Nordeste, 7,04%, e no Brasil, 3,8%.

Um dos objetivos acordados nas Metas do Milênio foi a redução da Taxa de Mortalidade Infantil em 2/3 entre 1990 e 2015. A Taxa de Mortalidade Infantil, em 1990, no Ceará era 69,93%, Nordeste, 74,30% e Brasil, 47,81%. Considerando a meta a ser alcançado em 2015, Ceará 23,10%, Nordeste, 24,77 %, Brasil, 15,94 %, apenas o Brasil ainda não alcançou, mas está bem próximo (IPECE, 2010, p. 24).

Dentre os riscos à saúde: mais de 50% não praticam atividade física, e mais de 20% mantêm relação sexual sem uso de preservativos, fazem uso de drogas lícitas, como tabaco e álcool.

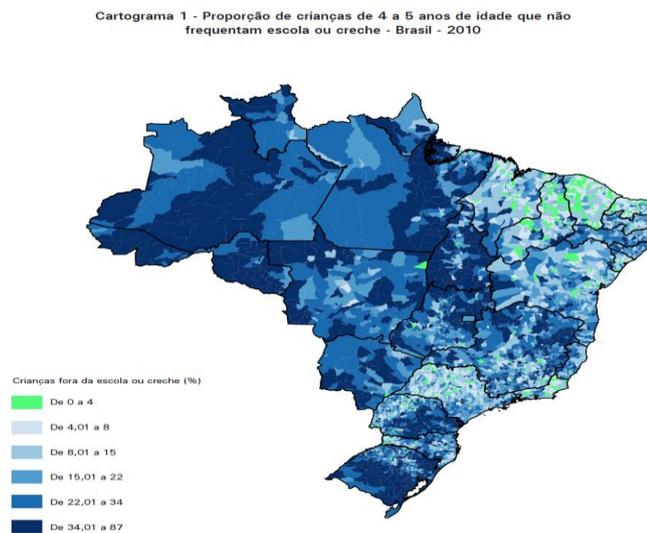
3.1.2 Do direito à educação enquanto direito coletivo de crianças, adolescentes e jovens no Brasil e no Ceará

Em contrapartida a todas as situações de violação de direitos, o IBGE (2010b) apresenta os dados referentes à situação das políticas públicas para o segmento, lançando um olhar prioritário sobre a educação, por ser esta a segunda meta do milênio – “2. Atingir a educação básica de qualidade para todos”. O estudo foca na igualdade de oportunidade de acesso, na universalização do ensino e no cruzamento entre aspectos de alta relevância, como condição socioeconômica e de gênero.

Há um desnivelamento no acesso à educação decorrente do nível de rendimento familiar, sobretudo nos ciclos não obrigatórios. Este dado é preocupante, principalmente quando diz respeito à educação infantil que deve ser ofertada pelas creches e pré-escola, e é exatamente no estrato social mais pobre, onde os pais/responsáveis necessitam estar no mercado de trabalho. Na maior parte do País crianças entre 4 e 5 anos não frequentam escola ou creche, com maior déficit nas regiões Norte, Centro-Oeste e Sul.

Em 2012, a proporção de crianças com idade de dois e três anos que frequentavam creche era 2,9 vezes maior para o quinto mais rico em relação ao quinto mais pobre da distribuição de rendimento mensal familiar *per capita*. Vale ressaltar que, em 2002, essa razão era ainda maior: 4,1 vezes.

Figura 1 – Cartograma – proporção de crianças de 4 a 5 anos de idade que não frequentam escola ou creche – Brasil – 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Fonte: IBGE (2010b).

Os demais ciclos são comprometidos, principalmente pela necessidade das crianças, adolescentes e jovens abandonarem a escola para praticarem atividades que gerem renda, ou tentam conciliar as duas atividades.

- a) “Apenas 14,7% desses jovens declararam somente estudar e 15,6% conciliavam trabalho e estudo. Cerca da metade, 46,7%, declararam somente trabalhar. Note-se que 17,8% informaram realizar afazeres domésticos.” (IBGE, 2010a).

No cruzamento da escolaridade e permanência na escola os indicadores mostram um avanço em relação ao acesso das minorias sociais à educação. Mulheres, negros e residentes em áreas rurais apresentam maior frequência, quebrando um padrão histórico do País.

Porém, quando se discute a qualidade do ensino oferecido da educação pública, o quadro é bastante grave. No grupo etário de 7 a 14 anos é onde se encontra o quadro mais agravante:

- a) Quase dois milhões de crianças não sabem ler ou escrever, e em sua maioria estão na região Nordeste, 54% do total do País;
- b) Em relação ao direito à educação de qualidade no Ceará há distorção nos anos de estudos entre área urbana e rural, numa média de 02 anos. Em relação à educação privada e pública a variação é 10% para 39%, respectivamente; 16% de crianças até 10 anos de idade são analfabeta, embora frequentem a escola;

Isto é bastante significativo para um País que apresenta em seu Plano Plurianual até 2015 a perspectiva de desenvolvimento humano sustentável. Significa que, uma vez abandonados na fase infantil da educação, as demais séries todas serão cursadas com extremo déficit de aprendizagem em relação aos alunos do ensino particular, o que inviabiliza, portanto, a entrada desse estrato social nos cursos superiores, onde são oferecidas as formações profissionais com possíveis cargos de mando do País.

Além do grave comprometimento em todas as demais áreas dos direitos humanos. Acesso à educação é considerado direito fundamental e coletivo, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que compreende que:

[...] o processo de construção de uma sociedade igualitária, democrática e justa, na medida em que concebe a educação como direito inalienável de todos os seres humanos, devendo, portanto, ser ofertada a toda e qualquer pessoa. Mais ainda: propugna e eleva a educação à condição de único processo capaz de tornar humano os seres humanos. Isto significa que a educação não apenas se caracteriza como um direito da pessoa, mas, fundamentalmente, é seu elemento constitutivo (DIAS, 2012, p. 1).

O fenômeno mais recente, não menos grave ainda no cenário da educação diz respeito às formas de violência, desde os manifestos no interior ou no trajeto até a escola:

- a) O *bullying* (violência psicológica e física) é responsável pelo afastamento da vida escolar de quase 10% das crianças e adolescentes e vitimizando diretamente mais de 5% dos estudantes;
- b) Medo de se deslocar até a escola pelos alunos, representa 6% do motivo de evasão.

3.2 ANÁLISE DAS VIOLAÇÕES DO DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E À DIGNIDADE DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS

Os dados do IBGE (2010b) enfatizam na SIS que agregadas a outras fontes nos revelam um País ainda com cultura adultocêntrica que ainda não aprendeu a ter uma postura protetiva, desconhece a legislação vigente e os protocolos, cartas e legislações internacionais dos quais o País é signatário. O conceito de adultocentrismo, aqui compreendido, é o adotado por Nogueira Neto (2004):

Relações de discriminação, negligência, exploração e violência, isto é, de dominação sobre crianças e adolescentes, num claro (mas raramente reconhecido) processo de hegemonia social, cultural, econômica e jurídica do mundo adulto em detrimento do mundo infantoadolescente.

O Brasil por partilhar de protocolos e leis referendadas pela Convenção de 89 e pela Constituição de 88 trata esse segmento populacional enquanto sujeitos de direitos, comprometendo-se em assegurar, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade em desenvolvimento, oferecendo-lhes proteção integral e prioridade absoluta, condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento. Como expressa a Lei n.º 8069, em seu Artigo 4º (BRASIL, 1990):

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

A situação das condições de vida da infância e juventude apresentado pelas pesquisas oficiais de várias fontes revela dados de exclusão social, manifesta pela violência estrutural sentida nas comunidades, especialmente naquelas com baixos índices de desenvolvimento humano. Há violações dos direitos fundamentais referentes à Liberdade, Respeito e Dignidade (integridade física, moral, emocional e espiritual), à Convivência Familiar e Comunitária, à Profissionalização e Proteção no Trabalho Adolescente, contudo o extermínio de adolescentes e jovens pela violência letal, enquanto crime atentatório contra a vida – considerado enquanto o bem mais precioso neste mundo – é impactante e desafiador na pauta atual do Sistema.

3.2.1 Da exploração do trabalho infantil de crianças e adolescentes no Brasil

No relacionado ao fenômeno do Trabalho Infantil, Medeiros (2011)²² afirma ser um problema ligado à questão cultural, e não à baixa renda familiar e só pode ser mudada por meio da educação. O trabalho infantil acarreta riscos à saúde, ao desenvolvimento integral, compromete a aprendizagem escolar, além de ser uma das “portas” para outras formas de violações dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

O Brasil ainda tem 6% de suas crianças de 10 a 14 anos trabalhando, segundo os dados do Censo 2010. Isso corresponde a um milhão de crianças. É quase como se todas as crianças da cidade de São Paulo estivessem trabalhando. Mais grave ainda é a persistência desse problema, pois a proporção de crianças trabalhando no país não teve redução expressiva desde meados da década de 90. O crescimento da economia brasileira, a queda da desigualdade social e a diminuição da pobreza não foram capazes de mudar expressivamente esse cenário (MEDEIROS, 2011).

O ECA, art. 60 institui ser proibido qualquer tipo de trabalho para menores de 14 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, em consonância com a Constituição Federal de 88. O Decreto n.º 6.481, de 12 de junho de 2008, sancionado no Governo Lula, em complementação ao decreto n.º 3.597, de 12 de

²² Marcelo Medeiros é professor de sociologia da Universidade de Brasília, especialista em desigualdade social, e pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

setembro de 2000, que não apresentou lista das piores formas consideradas pelo país. O Decreto n.º 6481 conhecido como o decreto das Piores Formas de Trabalho Infantil regulamenta os artigos 3º, alínea “d”, e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), listando as seguintes formas enquanto piores:

- I - todas as formas de escravidão ou práticas análogas, tais como venda ou tráfico, cativeiro ou sujeição por dívida, servidão, trabalho forçado ou obrigatório;
- II - a utilização, demanda, oferta, tráfico ou aliciamento para fins de exploração sexual comercial, produção de pornografia ou atuações pornográficas;
- III - a utilização, recrutamento e oferta de adolescente para outras atividades ilícitas, particularmente para a produção e tráfico de drogas; e
- IV - o recrutamento forçado ou compulsório de adolescente para ser utilizado em conflitos armados. (BRASIL, 2008).

Trabalho infantil é considerado análogo a trabalho escravo por órgãos de proteção ao trabalho no país e no mundo, por isso o debate e as principais ações de maior relevância no sentido de enfrentamento e promoção vêm ocorrendo nas dependências das Procuradorias e dos Ministérios do Trabalho. O Ministério Público do Trabalho (MPT)/Procuradoria Regional do Trabalho (PRT) Ceará em cinco anos tem desenvolvido um trabalho de alto impacto nessa violação, através de ações estratégicas, programáticas e de responsabilização que tem servido de modelo para o Brasil e para outros países latinos.

Na pessoa do procurador-chefe da PRT/CE, Antônio de Oliveira Lima, (que tem histórico pessoal de trabalho infantil na roça quando criança), o Ceará saiu do 4º para o 12º lugar no *ranking* nacional do trabalho infantil, conforme tabela em anexo. Uma das iniciativas do Procurador diz respeito à criação do Programa de Educação contra a Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (PETECA) e uma Agenda de Convergência para Erradicação do Trabalho Infantil (ACEPETI), com união de esforços dos setores públicos e privados com adesão de mais de 150 municípios cearenses. A organização dos dados dessa violação é feita pelo MPT/CE e tem sido utilizada pelos demais MPT's dos estados que têm aderido às estratégias de enfrentamento praticadas no Ceará. Vejamos o *ranking* do fenômeno do trabalho infantil no Brasil, a partir dos dados sistematizados da PNAD (IBGE, 2012):

Tabela 1 – Ranking do trabalho Infantil no Brasil – 2012

RANKING DO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL – 5 A 17 ANOS – PNAD 2012

ESTADOS E DISTRITO FEDERAL

F. ETÁRIA	5 a 9 ANOS				10 a 14 ANOS				15 a 17 ANOS				5 a 17 ANOS			
	TOTAL	OCUPADAS	ÍNDICE	RANK	TOTAL	OCUPADAS	ÍNDICE	RANK	TOTAL	OCUPADAS	ÍNDICE	RANK	TOTAL	OCUPADAS	ÍNDICE	RANK
Brasil	14.976.794	81.231	0,54%		16.717.955	797.453	4,77%		10.444.705	2.638.856	25,27%		42.139.454	3.517.540	8,35%	
AC	81.676	1.141	1,40%	3º	90.821	12.186	13,42%	1º	50.077	14.093	28,14%	10º	222.574	27.420	12,32%	3º
AL	275.471	589	0,21%	20º	333.189	14.720	4,42%	19º	220.739	51.213	23,20%	20º	829.399	66.522	8,02%	20º
AM	398.627	4.007	1,01%	6º	402.295	34.052	8,46%	5º	227.361	47.747	21,00%	21º	1.028.283	85.806	8,34%	19º
AP	78.541	-	0,00%	24º	88.877	984	1,11%	25º	58.098	4.924	8,48%	27º	225.516	5.908	2,62%	27º
BA	1.174.099	8.689	0,74%	10º	1.326.537	89.923	6,78%	8º	816.543	207.199	25,38%	14º	3.317.179	305.811	9,22%	13º
CE	686.401	3.748	0,55%	12º	795.393	39.459	4,96%	13º	552.306	130.226	23,58%	19º	2.034.100	173.433	8,53%	17º
DF	211.734	-	0,00%	24º	225.669	1.452	0,64%	27º	126.623	18.879	14,91%	25º	564.026	20.331	3,60%	25º
ES	277.444	522	0,19%	21º	300.430	13.581	4,52%	17º	180.774	55.914	30,93%	5º	758.648	70.017	9,23%	12º
GO	480.550	2.457	0,51%	16º	485.473	22.105	4,55%	16º	335.652	98.653	29,39%	9º	1.301.675	123.215	9,47%	11º
MA	747.207	6.061	0,81%	9º	715.365	73.509	10,28%	3º	419.802	128.822	30,69%	6º	1.882.374	208.392	11,07%	5º
MG	1.424.709	11.758	0,83%	8º	1.682.099	77.469	4,61%	15º	1.071.605	295.137	27,54%	11º	4.178.413	384.364	9,20%	14º
MS	182.129	419	0,23%	19º	197.614	8.375	4,24%	20º	140.256	35.586	25,37%	15º	519.999	44.380	8,53%	16º
MT	270.001	1.667	0,62%	11º	295.430	16.666	5,64%	10º	176.261	58.753	33,33%	4º	741.692	77.086	10,39%	7º
PA	779.359	12.834	1,65%	2º	838.936	81.781	9,75%	4º	470.792	128.166	27,22%	12º	2.089.087	222.781	10,66%	6º
PB	290.392	3.056	1,05%	5º	353.995	15.894	4,49%	18º	213.368	53.801	25,22%	16º	857.755	72.751	8,48%	18º
PE	714.632	3.530	0,49%	17º	859.369	30.258	3,52%	22º	502.780	103.805	20,65%	22º	2.076.781	137.593	6,63%	22º
PI	261.789	2.833	1,08%	4º	283.880	35.699	12,58%	2º	207.395	69.695	33,60%	3º	753.064	108.227	14,37%	1º
PR	769.590	4.048	0,53%	13º	827.694	45.281	5,47%	11º	545.552	164.207	30,10%	7º	2.142.836	213.536	9,97%	10º
RJ	1.114.311	-	0,00%	24º	1.241.883	9.442	0,76%	26º	789.328	89.321	11,32%	26º	3.145.522	98.763	3,14%	26º
RN	255.223	1.209	0,47%	18º	264.310	10.280	3,89%	21º	177.818	29.636	16,67%	24º	697.351	41.125	5,90%	23º
RO	137.082	698	0,51%	15º	148.907	12.315	8,27%	6º	98.499	35.072	35,61%	2º	384.488	48.085	12,51%	2º
RR	50.373	-	0,00%	24º	56.328	1.924	3,42%	23º	34.981	5.947	17,00%	23º	141.682	7.871	5,56%	24º
RS	676.964	3.541	0,52%	14º	843.167	42.406	5,03%	12º	557.016	166.448	29,88%	8º	2.077.147	212.395	10,23%	8º
SC	412.903	688	0,17%	22º	516.836	25.461	4,93%	14º	326.207	118.368	36,29%	1º	1.255.946	144.517	11,51%	4º
SE	173.717	1.699	0,98%	7º	199.884	15.977	7,99%	7º	130.880	33.316	25,46%	13º	504.481	50.992	10,11%	9º
SP	2.911.407	3.396	0,12%	23º	3.199.035	57.132	1,79%	24º	1.930.203	473.039	24,51%	18º	8.040.645	533.567	6,64%	21º
TO	140.463	2.641	1,88%	1º	144.539	9.122	6,31%	9º	83.789	20.889	24,93%	17º	368.791	32.652	8,85%	15º

Fonte: Tabela elaborada pelo MPT/CE (PRT 7ª REGIÃO) com base nos dados do IBGE (PNAD, 2012). (PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CONTRA A EXPLORAÇÃO O TRABALHO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 2013).

Seguem as tabelas que retratam a redução ou aumento do trabalho infantil em duas séries (de cinco e de dois anos) no País e nas unidades federativas:

Tabela 2 – Comparativo dos dados da PNAD (2006 e 2011)

(continua)

RANKING NACIONAL DO TRABALHO INFANTIL (5 a 17 ANOS)							
Unidade da Federação	PNAD 2006			PNAD 2011			VARIAÇÃO
	Crianças e adolescentes ocupadas	Taxa Ocupação	Posição no Ranking	Crianças e adolescente s ocupadas	Taxa Ocupação	Posição no Ranking	Percentual de redução ou aumento
Acre	30.368	14,69%	7º	28.692	12,43%	3º	5,52%
Alagoas	119.530	13,56%	11º	72.509	8,13%	20º	39,34%
Amapá	9.012	4,76%	25º	6.701	3,18%	26º	25,64%
Amazonas	90.589	9,43%	23º	119.400	11,52%	6º	-31,80%
Bahia	500.245	13,89%	10º	363.609	10,60%	8º	27,31%
Ceará	329.930	15,05%	4º	206.781	9,99%	12º	37,33%
Distrito Federal	22.592	3,93%	27º	18.423	3,37%	25º	18,45%
Espírito Santo	98.015	11,80%	18º	71.731	9,64%	13º	26,82%
Goiás	138.055	10,07%	22º	108.939	8,40%	18º	21,09%
Maranhão	326.294	17,09%	2º	230.470	12,34%	4º	29,37%
Mato Grosso	98.615	13,38%	12º	66.996	9,28%	16º	32,06%
Mato G. do Sul	62.058	10,85%	20º	36.665	6,63%	22º	40,92%
Minas Gerais	598.183	13,03%	16º	394.292	9,59%	15º	34,09%
Pará	268.597	12,95%	17º	223.911	10,51%	10º	16,64%
Paraíba	119.228	13,15%	15º	75.851	8,88%	17º	36,38%
Paraná	317.855	13,21%	14º	249.185	11,24%	7º	21,60%
Pernambuco	306.849	13,99%	9º	119.242	5,70%	24º	61,14%
Piauí	144.847	17,41%	1º	118.761	14,48%	1º	18,01%

Tabela 2 – Comparativo dos dados da PNAD (2006 e 2011)

(conclusão)

RANKING NACIONAL DO TRABALHO INFANTIL (5 a 17 ANOS)							
Unidade da Federação	PNAD 2006			PNAD 2011			VARIAÇÃO
	Crianças e adolescentes ocupadas	Taxa Ocupação	Posição no Ranking	Crianças e adolescentes ocupadas	Taxa Ocupação	Posição no Ranking	Percentual de redução ou aumento
Rio de Janeiro	125.719	4,12%	26 ^o	101.674	3,15%	27 ^o	19,13%
Rio G. do Norte	79.424	10,54%	21 ^o	55.727	7,39%	21 ^o	29,84%
Rio G. do Sul	320.185	13,31%	13 ^o	222.340	10,58%	9 ^o	30,56%
Rondônia	65.618	14,97%	5 ^o	48.814	11,93%	5 ^o	25,61%
Roraima	17.914	14,56%	8 ^o	12.847	10,11%	11 ^o	28,29%
Santa Catarina	201.501	14,74%	6 ^o	120.527	9,62%	14 ^o	40,19%
São Paulo	630.153	7,16%	24 ^o	510.276	6,27%	23 ^o	19,02%
Sergipe	58.222	11,40%	19 ^o	41.173	8,33%	19 ^o	29,28%
Tocantins	57.133	15,32%	3 ^o	48.362	13,00%	2 ^o	15,35%
Brasil	5.136.731	11,45%		3.673.898	8,60%		28,48%

Fonte: MPT/CE (PRT 7ª REGIÃO). Tabela elaborada com base nos dados do IBGE (PNAD, 2006, 2011). (PETECA, 2012a).

Tabela 3 – Comparativo dos dados da PNAD (2009 e 2011)

RANKING NACIONAL DO TRABALHO INFANTIL (5 a 17 ANOS)							
Unidade da Federação	PNAD 2009			PNAD 2011			VARIAÇÃO
	Crianças e adolescentes ocupadas	Taxa Ocupação	Posição no Ranking	Crianças e adolescentes ocupadas	Taxa Ocupação	Posição no Ranking	Percentual de redução ou aumento
Acre	23.078	11,52%	8 ^o	28.692	12,43%	3 ^o	-24,33%
Alagoas	88.940	9,95%	15 ^o	72.509	8,13%	20 ^o	18,47%
Amapá	7.347	3,97%	26 ^o	6.701	3,18%	26 ^o	8,79%
Amazonas	68.479	7,02%	22 ^o	119.400	11,52%	6 ^o	-74,36%
Bahia	486.030	13,44%	6 ^o	363.609	10,60%	8 ^o	25,19%
Ceará	293.668	13,46%	5 ^o	206.781	9,99%	12 ^o	29,59%
Distrito Federal	19.966	3,56%	27 ^o	18.423	3,37%	25 ^o	7,73%
Espírito Santo	68.480	8,95%	19 ^o	71.731	9,64%	13 ^o	-4,75%
Goiás	173.238	12,65%	7 ^o	108.939	8,40%	18 ^o	37,12%
Maranhão	198.813	11,17%	11 ^o	230.470	12,34%	4 ^o	-15,92%
Mato Grosso	80.212	11,43%	9 ^o	66.996	9,28%	16 ^o	16,48%
Mato G. do Sul	51.486	9,08%	17 ^o	36.665	6,63%	22 ^o	28,79%
Minas Gerais	477.620	10,95%	13 ^o	394.292	9,59%	15 ^o	17,45%
Pará	192.302	9,30%	16 ^o	223.911	10,51%	10 ^o	-16,44%
Paraíba	69.269	7,40%	21 ^o	75.851	8,88%	17 ^o	-9,50%
Paraná	260.744	11,02%	12 ^o	249.185	11,24%	7 ^o	4,43%
Pernambuco	201.889	8,09%	20 ^o	119.242	5,70%	24 ^o	40,94%
Piauí	123.386	15,05%	2 ^o	118.761	14,48%	1 ^o	3,75%
Rio de Janeiro	127.137	4,14%	25 ^o	101.674	3,15%	27 ^o	20,03%
Rio G. do Norte	82.195	11,26%	10 ^o	55.727	7,39%	21 ^o	32,20%
Rio G. do Sul	236.905	10,57%	14 ^o	222.340	10,58%	9 ^o	6,15%
Rondônia	59.086	14,93%	3 ^o	48.814	11,93%	5 ^o	17,38%
Roraima	7.466	5,85%	24 ^o	12.847	10,11%	11 ^o	-72,07%
Santa Catarina	186.272	14,46%	4 ^o	120.527	9,62%	14 ^o	35,30%
São Paulo	567.201	6,91%	23 ^o	510.276	6,27%	23 ^o	10,04%
Sergipe	44.197	9,04%	18 ^o	41.173	8,33%	19 ^o	6,84%
Tocantins	54.995	15,75%	1 ^o	48.362	13,00%	2 ^o	12,06%
Brasil	4.250.401	9,79%	-	3.673.898	8,60%	-	13,56%

Fonte: MPT/CE (PRT 7ª REGIÃO). Tabela elaborada com base nos dados do IBGE (PNAD, 2009, 2011). (PETECA, 2012b).

Na Tabela 4, demonstrativo das regiões metropolitanas com casos dessa violação, organizado por faixa etária dos cinco aos dezessete, percebe-se que todas as regiões ocupam primeiras colocações, posicionadas antes do 10º lugar. Este dado revela, nas entrelinhas, que meninos e meninas estão sendo exploradas, em sua maioria, dentro daquelas condições estipuladas pelo Decreto n.º 6481, como as piores formas: trabalho doméstico forçado, considerado regime de escravidão, aliciamento pelo tráfico de drogas e de armas e exploração sexual comercial.

Tabela 4 – Quadro demonstrativo de crianças e adolescentes ocupadas nas Regiões Metropolitanas – 2012

REGIÕES METROPOLITANAS																
F. ETÁRIA	5 a 9 ANOS				10 a 14 ANOS				15 a 17 ANOS				5 a 17 ANOS			
U. F.	TOTAL	OCUPADAS	ÍNDICE	RANK	TOTAL	OCUPADAS	ÍNDICE	RANK	TOTAL	OCUPADAS	ÍNDICE	RANK	TOTAL	OCUPADAS	ÍNDICE	RANK
Belém	164.655	-	0,00%	5ª	193.140	4.265	2,21%	5ª	116.806	9.684	8,29%	9ª	474.601	13.949	2,94%	8ª
Belo Horizonte	341.841	782	0,23%	2ª	397.298	10.156	2,56%	4ª	242.617	61.727	25,44%	2ª	981.756	72.665	7,40%	3ª
Curitiba	222.063	1.340	0,60%	1ª	256.457	6.703	2,61%	3ª	177.362	47.799	26,95%	1ª	655.882	55.842	8,51%	1ª
Fortaleza	269.468	337	0,13%	3ª	313.645	10.117	3,23%	1ª	210.429	38.108	18,11%	5ª	793.542	48.562	6,12%	4ª
Porto Alegre	262.037	228	0,09%	4ª	314.251	6.613	2,10%	6ª	213.671	52.449	24,55%	3ª	789.959	59.290	7,51%	2ª
Recife	255.065	-	0,00%	5ª	317.908	4.137	1,30%	7ª	186.525	21.212	11,37%	7ª	759.498	25.349	3,34%	7ª
Rio de Janeiro	810.260	-	0,00%	5ª	861.068	5.787	0,67%	9ª	562.673	53.375	9,49%	8ª	2.234.001	59.162	2,65%	9ª
Salvador	258.902	-	0,00%	5ª	302.703	8.100	2,68%	2ª	186.602	32.700	17,52%	6ª	748.207	40.800	5,45%	5ª
São Paulo	1.376.626	-	0,00%	5ª	1.596.330	19.784	1,24%	8ª	907.007	183.284	20,21%	4ª	3.879.963	203.068	5,23%	6ª

Fonte: Ministério Público do Trabalho/PRT/CE com dados da PNAD (2012). (PETECA, 2013).

Estas formas de exploração da mão de obra infantoadolescente deterioram condições outras para uma existência plena de direitos e sequestram das dimensões psicológica, moral e espiritual os projetos de vida assertivos quando jovens.

Dentro da análise dos dados referentes a essa violação, reside a preocupação geral por estudiosos, militantes, ativistas que a consideram enquanto uma das mais antigas e perversas formas de violação dos direitos humanos desse público, por ser o trabalho infantil a “porta de entrada” (causa) para outras formas de violações, como a violência sexual, violência letal, abandono escolar, situação de rua e ao mesmo tempo ser consequência de muitas outras graves violações, que vão desde a pobreza extrema da família, dificuldades na convivência familiar, ausência de uma escola atrativa, vulnerabilidade social, ausência de políticas públicas, dentre tantas.

Mário Sergio Cortella, filósofo brasileiro, refere não concordar com o termo “trabalho infantil.” Em sua opinião há uma diferença entre trabalho e ocupação. Ele também acredita que submeter uma criança ou adolescente em situação de

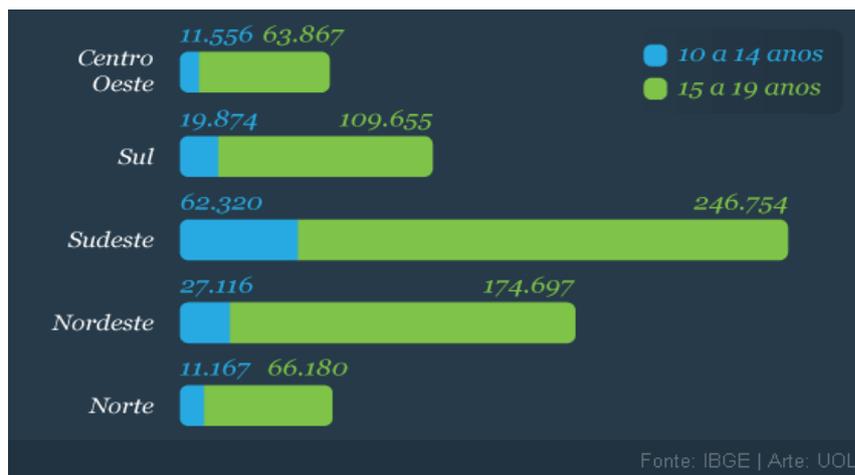
exploração e de indecência de trabalho/ocupação é tomar-lhe a “fertilidade” da vida, uma vez que a vivência de uma infância bem vivida, livre de ocupações é o que permite ao ser em desenvolvimento a capacidade de inventividade, de ordenamento de projetos futuros mais felizes, quando estiver na fase adulta.

Ele diferencia, ainda, exploração de colaboração, algo que tem causado confusão na concepção do senso comum quando se trata desta problemática. Segundo Cortella (2014) exploração é a extenuação dos esforços psíquicos e físicos de um indivíduo que ainda não apresenta maturação para exercer determinada prática assumindo sua total responsabilidade. Colaboração é quando determinadas tarefas compatíveis com seu desenvolvimento são realizadas, na perspectiva educativa, enquanto etapa preparatória para o mundo adulto, trabalhando noções de solidariedade, coletividade e sociabilidade.

Desse modo, ajudar nos afazeres domésticos, como arrumar seus brinquedos, sua cama, por exemplo, tem grande diferença com os cuidados com os irmãos mais novos, enquanto os pais passam o dia trabalhando, ou assumir total responsabilidade com o domicílio, com ausência de adulto.

No Brasil há uma população infantoadolescente responsável pelos domicílios:

Figura 2 – Crianças e adolescentes responsáveis pelos domicílios



Fonte: IBGE (2010b).

Em entrevista ao Promenino, Cortella (*apud* PROMENINO, 2014) diz que “Muitas famílias preferem que o adolescente tenha um trabalho para que ele não fique desocupado, existe uma lógica antiga de que a criança deve aprender a trabalhar”, explicando que “aprender a ter ações responsáveis e ter ações

monetárias como um emprego são coisas diferentes” (CORTELLA *apud* PROMENINO, 2014).

A PNAD 2009 revelou ter, no Brasil, 2 milhões de crianças de 5 a 15 anos de idade ocupadas no mercado de trabalho, das quais cerca de 44% concentradas na Região Nordeste e 24%, na Região Sudeste. Considerando apenas sua forma mais grave, foram 122 679 crianças de 5 a 9 anos encontradas em situação de trabalho infantil, quase metade delas no Nordeste (IBGE, 2010a, p. 155).

A legislação brasileira proíbe qualquer forma de trabalho para crianças de até 13 anos de idade. Com 14 e 15 anos de idade, os adolescentes podem trabalhar desde que na condição de aprendiz ou estagiário. De 16 a 18 anos de idade, o trabalho é permitido com algumas restrições. De acordo com o Art. 60 do ECA “[...] é vedado trabalho:

I - noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte;
II - perigoso, insalubre ou penoso;
III - realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social;
IV - realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola.
(BRASIL, 1990).

Nesse aspecto evidencia-se o seguinte quadro:

- a) O Brasil registrou queda de 12,3% (438 mil) no número de trabalhadores entre 5 e 17 anos de idade entre 2012 e 2013, contudo ainda restam 3,1 milhões crianças e adolescentes sendo exploradas nesta faixa etária. A maioria das crianças e dos adolescentes era do sexo masculino. A maior queda de contingente ocorreu no grupo de 14 a 17 anos, em torno de 362 mil pessoas, sendo 225 mil delas nas regiões Nordeste e Sudeste;
- b) Em 2011 eram 89 mil crianças trabalhadoras de 5 a 9 anos de idade; 615 mil na faixa de 10 a 13 anos de idade; e a maioria, 3 milhões, de 14 a 17 anos de idade. Metade das crianças de 5 a 13 anos trabalhadoras encontra-se na região Nordeste;
- c) O Ceará ocupa a 17ª colocação no ranking nacional do trabalho infantil;
- d) Fortaleza é a 1ª capital do país em números absolutos onde mais existem crianças, entre 10 e 14 anos, trabalhando²³;

²³ É o que apontam os dados do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), segundo um levantamento feito pelo Ministério Público do Trabalho (MPT).

- e) Entre 2001 e 2011 houve uma redução de 54% do número de crianças entre 5 a 14 anos que trabalhavam;
- f) Em 2011, 96,2% das crianças de 5 a 14 anos ocupadas frequentavam a escola;
- g) Evidenciou-se maior queda nos índices do trabalho infantil para as crianças de 5 a 9 anos (76% de recuo no período, alcançando nível de ocupação de 0,4%). Esta redução ocorreu, sobretudo, no trabalho não agrícola, responsável pela maior parcela do trabalho infantil nesta faixa de idade (75%).

Gráfico 4 – Nível de ocupação da população por faixa de idade



Fonte: Ministério Público do Trabalho-PRT/CE.

3.2.2 Dos maus tratos e violências (física, sexual e letal) contra crianças e adolescentes no Brasil e no Ceará

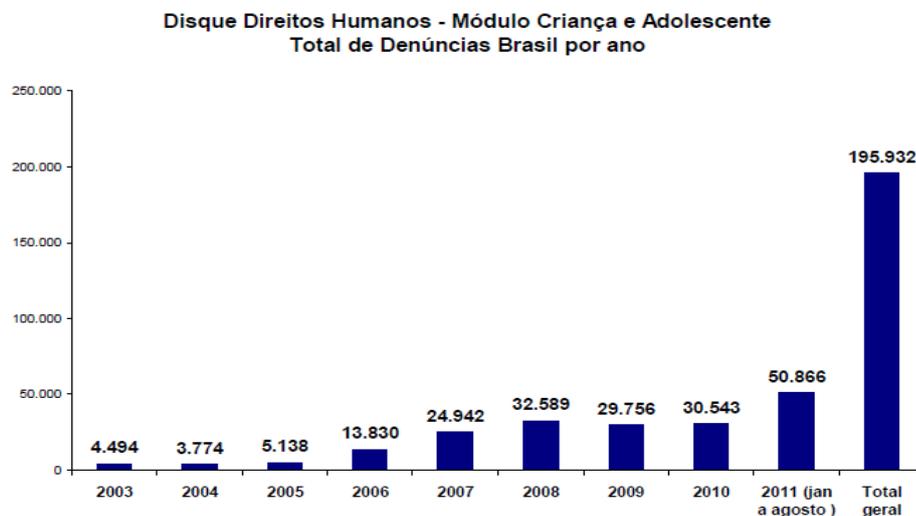
No relacionado ao conjunto dessas violações buscamos informações nos seguintes documentos: “Mapa da violência 2012 – crianças e adolescentes no Brasil” do Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (CEBELA) – Waiselfisz (2012); “Mapa da violência 2013” da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) – Waiselfisz (2013); Sistema de Informação para a Infância e Adolescência Conselho Tutelar Web – Sipiá CT Web (2014), Índice de Homicídios de Adolescentes (IHA)/UNICEF; SIS do IBGE (2012) e do Disque Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) do governo brasileiro a partir do Disque 100,

o telefone que coleta denúncias de violações de direitos de todos os segmentos da população, inclusive de violências contra crianças e adolescentes.

Ocorre que nem toda denúncia se configura fato, e sendo o Disque 100 um portal de recebimento e transferência de demandas de violações de direitos para os mais diversificados órgãos (Conselhos Tutelares, Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, Centro Especializado de Assistência Social – CREAS, Conselho do Idoso, Delegacias, dentre tantos) não consegue qualificar os dados. Além do mais um caso pode ser denunciado mais de uma vez e nem sempre uma denúncia é apurada pelo órgão competente, isso vai depender das condições e disponibilidade de atendimento do órgão para o qual foi encaminhada denúncia.

De acordo com o Disque Denúncia 2012 houve um acréscimo no número de notificações de violações dos direitos de crianças e adolescentes em quase 60% em relação ao ano anterior. Este número representa 77% de todas as denúncias recebidas pelo Disque 100, “telefone da que recebe denúncias de violações contra crianças e adolescentes, portadores de deficiência, homossexuais, moradores de rua e idosos”. As denúncias de violência contra crianças e adolescentes dividem-se em: negligência (40,88%), seguida da violência psicológica (24,34%), violência física (21,67%) e sexual (11,53%). Esta última divide-se em: abusos (70%) e exploração sexual (30%). A capital cearense ocupa o 3º lugar no *ranking* nacional no período de 2005 a 2010, conforme dados Disque Denúncia – Disque 100.

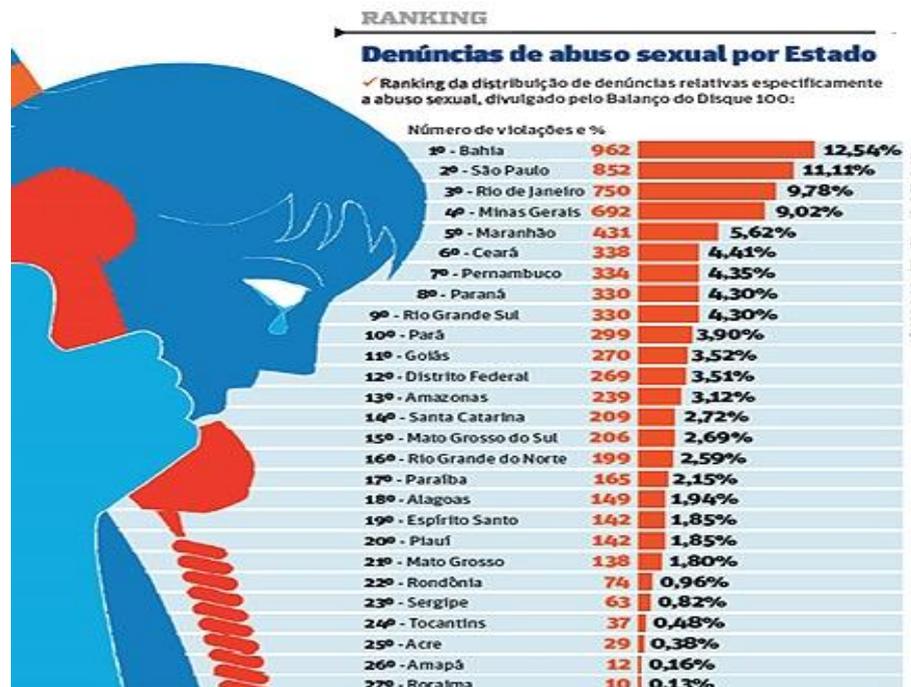
Gráfico 5 – Disque Direitos Humanos – Módulo Criança e Adolescente – Total de Denúncias Brasil por ano



Fonte: Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República (BRASIL, 2011).

No concernente aos crimes relacionados à violência sexual há outra fonte de dados coletados a partir dos atendimentos médicos, organizados pelo Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes do Ministério da Saúde que, em 2012, contabilizou 7.736 atendimentos médicos de adolescentes e 5.955 de crianças vítimas de violência sexual. O Ceará se encontra no 6º lugar no *ranking* nacional na denúncia de violência sexual.

Figura 3 – Ranking denúncias de abuso sexual por Estado



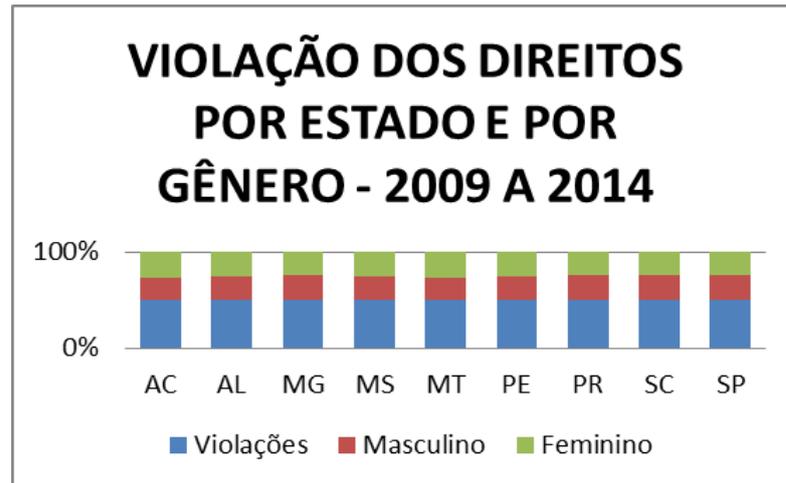
Fonte: Disque Direitos Humanos (100)-SDH/PR.

Nos dados do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência Conselho Tutelar Web (Sipia CT Web)²⁴, no período de 2009 a 2014 detectamos que somente em dezenove estados os conselheiros tutelares têm alimentado o sistema. Em 2012, o País contava com 5.906 unidades de Conselhos Tutelares, enquanto 13 municípios não implantaram CT's (SIPIA CT WEB, 2014). Deste total de unidades, 4.949 estão ativos no Sipia. Dos 26 Estados e Distrito federal, apenas nove Estados

²⁴ O Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA) é, portanto, este sistema nacional de registro e tratamento de informação sobre a promoção e defesa dos direitos fundamentais e proteção especial preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente que subsidia a adoção de decisões governamentais sobre políticas para crianças e adolescentes, garantindo-lhes acesso à cidadania e, certamente, agrega valor e facilita o processo de gestão da informação junto aos conselhos e conselheiros tutelares, bem como junto aos gestores e às unidades de atendimento socioeducativo no País (SIPIA CT WEB, 2014).

apresentam registros de denúncias recebidas no Sistema. Foram considerados os estados que têm registro a partir de 1%. A região Nordeste que contém maior número de estados tem apenas dois dos nove alimentando o Sipiá CT Web.

Gráfico 6 – Violação dos Direitos por Estado e por Gênero – 2009 a 2014

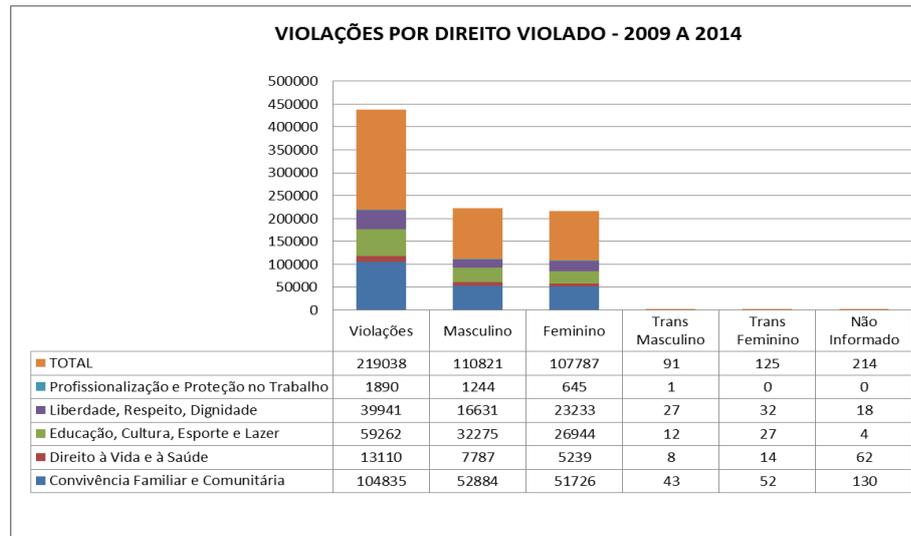


Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir do Sipiá CT Web (2014).

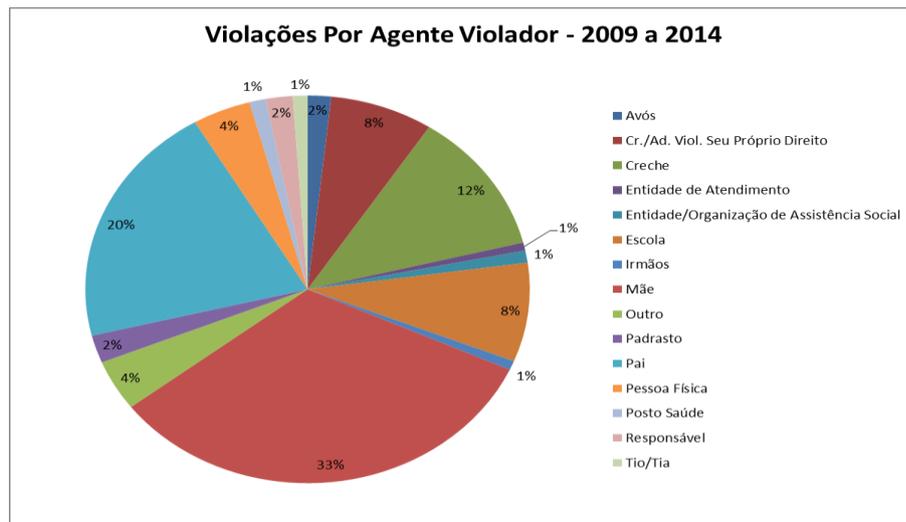
Das denúncias que chegam aos conselhos tutelares e que são registradas no Sistema evidenciam-se que negligência, maus tratos e violência doméstica compõem um conjunto de violações do direito à convivência familiar e comunitária, totalizando mais de 50% do total registrado; quase 60% das denúncias registradas têm como agente violador os membros da família (pai, mãe, tios, irmãos, avós).

Levantamento realizado com dados dos conselhos tutelares de todo o país revela que pais e mães são responsáveis por metade dos casos de violações aos direitos de crianças e adolescentes, como maus-tratos, agressões, abandono e negligência. Os números retirados do Sistema de Informações para a Infância e Juventude, do governo federal, apontam 229.508 casos registrados desde 2009, sendo que, em 119.002 deles, os autores foram os próprios pais (45.610) e mães (73.392).

O estudo, baseado em informações de 83% dos conselhos tutelares brasileiros, mostra também que os responsáveis legais foram autores de 4.403 casos, padrastos tiveram autoria em 5.224 casos e madrastas foram responsáveis em 991. [...] “os dados são assustadores porque as situações de risco à criança são criadas pelas pessoas em que mais confiam e das quais dependem para sobreviver” (OAB *apud* ROSA, 2014).

Gráfico 7 – Violações por direito violado – 2009 a 2014

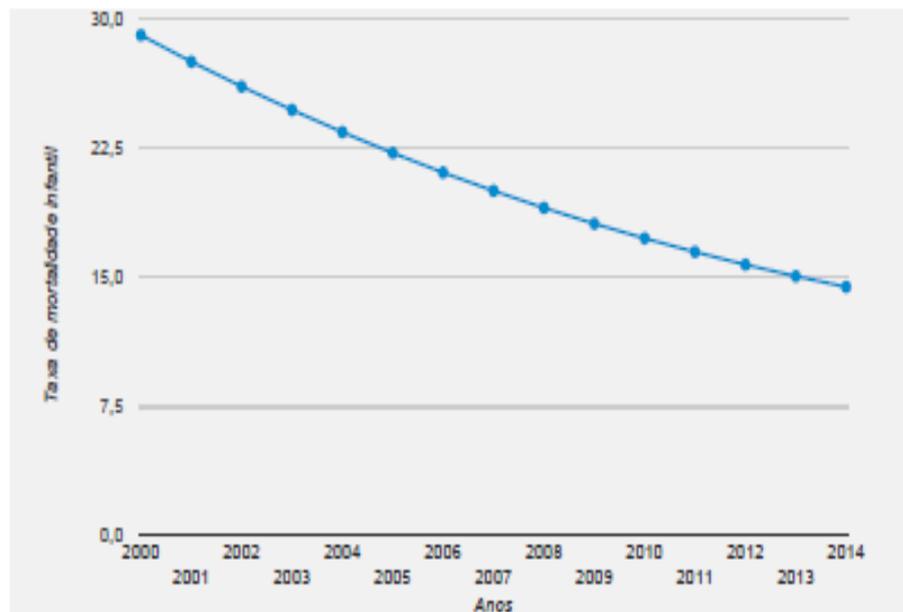
Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir do Sipiá CT Web-SDH/PR (2014).

Gráfico 8 – Violações por agente violador – 2009 a 2014

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir do Sipiá CT Web-SDH/PR (2014).

Consoante à questão da **letalidade de crianças e jovens**, na SIS do IBGE (2010, 2013, p. 219) há dados referentes à mortalidade de jovens compreendidos na faixa de “20 a 24 anos de idade, revelando que a taxa de óbitos por agressão por 100 mil habitantes é de 30,0 para brancos, contra 82,0 para pretos ou pardos, uma taxa que chega a ser 2,7 vezes maior do que a para brancos em 2010”.

Gráfico 9 – Taxa de Mortalidade Infantil por mil nascidos vivos no Brasil – 2000 a 2014



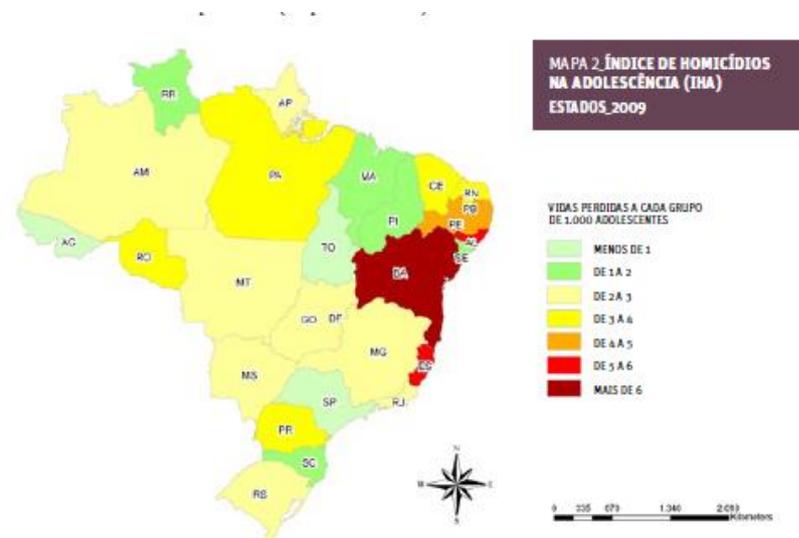
Fonte: IBGE (2013).

O País conseguiu reduzir em quase 50% a mortalidade infantil, mas a letalidade infanto-juvenil, associada a outros fatores de risco é tão grave e crescente que o UNICEF em conjunto com outros organismos, resolveu criar o Índice de Homicídios na Adolescência (BRASIL, 2009):

[...] Índice de Homicídios na Adolescência (IHA), que apresenta o risco sofrido por adolescentes, entre 12 e 18 anos, de ser vítimas de assassinato nas grandes cidades brasileiras. Segundo a análise, os homicídios representam 46% de todas as causas de mortes dos cidadãos brasileiros nesse faixa etária. O estudo avaliou 267 municípios do Brasil com mais de 100 mil habitantes e chegou a um prognóstico alarmante: estima-se que o número de adolescentes assassinados entre 2006 e 2012 ultrapasse a 33 mil se não mudarem as condições que prevaleciam nessas cidades.

No cálculo dos homicídios de adolescentes nos estados brasileiros, considerando todos os municípios com mais de cem mil habitantes, temos a seguinte situação:

Figura 4 – Índice de Homicídios na Adolescência no Brasil – 2009



Fonte: Melo e Cano (2012).

De acordo com o Waiselfisz (2013), em o “Mapa da Violência 2013” a taxa de homicídios juvenis, que era de 42,4 por 100mil jovens foi para 53,4. A taxa total de mortes em acidentes de transporte que em 1996 era de 22,6 por 100mil habitantes cresceu para 23,2. A dos jovens, de 24,7 para 27,7. Também os suicídios passaram de 4,3 para 5,1 na população total e entre os jovens, de 4,9 para 5,1.

No Ceará, do total de mortes por causas externas no estado, 11% é de crianças e adolescentes entre 10 a 14 anos de idade. O Estado ocupa a 11ª colocação no *ranking* da violência letal de adolescentes.

No concernente às violações e violências entre as regiões metropolitanas do Nordeste, é a de Fortaleza que possui maiores índices de homicídio envolvendo crianças e adolescentes de zero a 19 anos, conforme o Waiselfisz (2010), em “Mapa da violência 2010 – anatomia dos homicídios no Brasil”, que revela um aumento de 119,5% nos números de assassinatos de crianças e adolescentes na grande Fortaleza.

Em 2000, conforme o “Mapa da violência”, Fortaleza registrou 116 homicídios de jovens. Já em 2010 foram 320, número que representa um aumento de 175,9% na taxa de homicídios (WASELFISZ, 2010).

A probabilidade de ser vítima de homicídio é quase doze vezes superior para o sexo masculino, em comparação com o feminino, e mais do dobro para os negros em comparação com os brancos. O risco de homicídio cresce até a faixa de 19 a 24 anos, e vai declinando posteriormente com a idade (WASELFISZ, 2010).

Esta letalidade é resultante da soma de inúmeros fatores de risco, como a fragilidade nas políticas públicas para infância e juventude em todas as setoriais (educação, lazer, cultura, emprego e renda), discriminações territoriais, desigualdade de renda, e crise na saúde mental jovem, com o avanço do crack/outras drogas e do tráfico de drogas na capital.

Segundo Waiselfisz (2013), na população não jovem 9,9% do total de óbitos correspondem às causas externas enquanto entre os jovens, essas causas são responsáveis por 73,2% das mortes.

Se na população *não jovem* só 3,0% dos óbitos foram homicídios, entre os jovens os homicídios são responsáveis por 39,3% das mortes. Em diversos estados, como Alagoas, Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Distrito Federal mais da metade do total de mortes juvenis foram provocados por homicídio (WASELFISSZ, 2013, p. 23, grifo do autor).

Na primeira década do Séc. XXI a região Norte apresenta a mais alta média de homicídios de adolescentes/jovens do País, seguida pela região Nordeste. Entre os Estados, a maior média vem do Rio Grande do Norte, seguido da Bahia e do Pará. A maior redução desta média vem do Estado de Minas Gerais, seguido por São Paulo.

Tabela 5 – Mapa da Violência – 2012

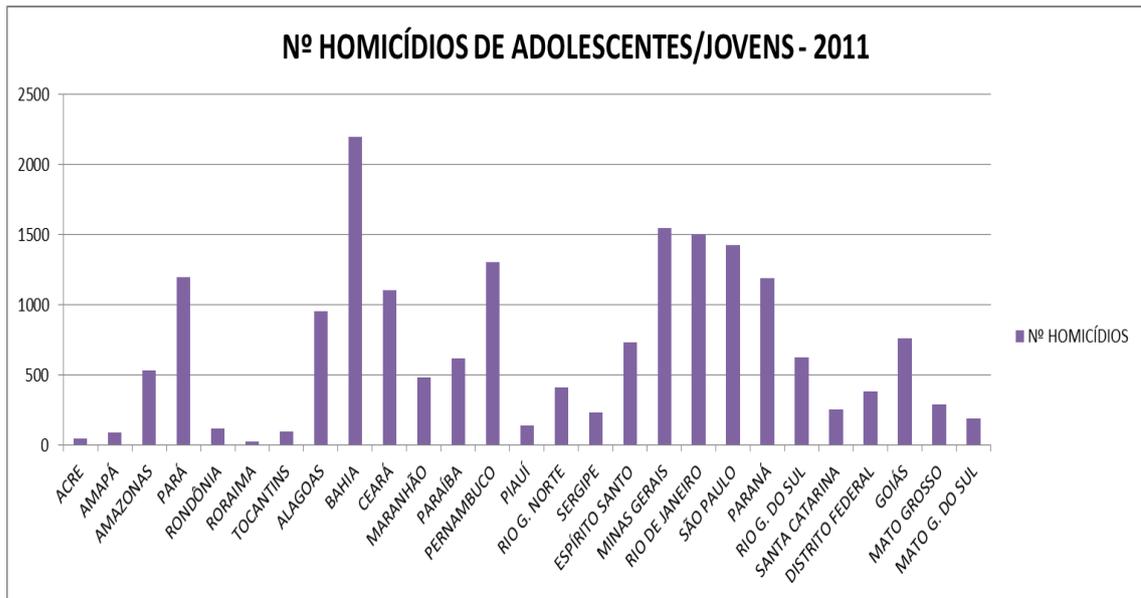
UF/REGIÃO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Δ%
Acre	50	68	56	51	42	61	37	44	48	50	47	-6,0
Amapá	90	94	104	91	95	90	86	94	74	115	86	-4,4
Amazonas	201	218	255	211	245	299	290	319	348	420	531	164,2
Pará	361	423	521	546	733	746	830	1.086	1.161	1.323	1.199	232,1
Rondônia	150	174	151	184	158	163	134	137	157	146	119	-20,7
Roraima	40	51	33	33	22	35	35	15	36	37	26	-35,0
Tocantins	60	57	61	65	57	78	61	83	76	101	98	63,3
Norte	952	1.085	1.181	1.181	1.352	1.472	1.473	1.778	1.900	2.192	2.106	121,2
Alagoas	336	386	431	456	491	694	763	772	760	907	950	182,7
Bahia	591	685	874	854	1.107	1.291	1.405	2.004	2.369	2.408	2.197	271,7
Ceará	442	480	495	551	614	647	735	776	835	1.049	1.105	150,0
Maranhão	208	194	259	252	322	337	394	455	496	505	480	130,8
Paraíba	198	231	216	232	271	296	318	368	485	551	621	213,6
Pernambuco	1.938	1.759	1.808	1.743	1.810	1.807	1.832	1.776	1.554	1.345	1.302	-32,8
Piauí	94	126	113	134	147	168	126	125	148	127	140	48,9
Rio Grande do Norte	99	99	137	116	165	147	211	281	309	316	409	313,1
Sergipe	195	212	180	147	156	219	188	185	207	216	231	18,5
Nordeste	4.101	4.172	4.513	4.485	5.083	5.606	5.972	6.742	7.163	7.424	7.435	81,3
Espírito Santo	558	681	639	645	645	671	684	754	809	736	729	30,6
Minas Gerais	872	1.120	1.550	1.743	1.715	1.635	1.607	1.477	1.405	1.354	1.548	77,5
Rio de Janeiro	2.746	3.184	2.983	2.812	2.704	2.652	2.310	1.933	1.661	1.753	1.505	-45,2
São Paulo	6.242	5.991	5.707	4.295	3.036	2.621	1.846	1.747	1.646	1.520	1.423	-77,2
Sudeste	10.418	10.976	10.879	9.495	8.100	7.579	6.447	5.911	5.521	5.363	5.205	-50,0
Paraná	690	849	947	1.144	1.202	1.204	1.261	1.388	1.426	1.329	1.186	71,9
Rio Grande do Sul	604	664	626	716	697	641	751	737	683	620	628	4,0
Santa Catarina	139	177	218	201	220	230	229	276	271	261	250	79,9
Sul	1.433	1.690	1.791	2.061	2.119	2.075	2.241	2.401	2.380	2.210	2.064	44,0
Distrito Federal	369	356	407	374	331	303	342	366	411	356	384	4,1
Goiás	396	438	440	529	532	534	520	613	578	710	761	92,2
Mato Grosso	289	280	276	252	269	298	249	267	307	298	290	0,3
Mato Grosso do Sul	177	210	244	222	208	206	231	243	250	191	191	7,9
Centro-Oeste	1.231	1.284	1.367	1.377	1.340	1.341	1.342	1.489	1.546	1.555	1.626	32,1
BRASIL	18.135	19.207	19.731	18.599	17.994	18.073	17.475	18.321	18.510	18.744	18.436	1,7

Fonte: SIM/SVS/MS

Fonte: Waiselfisz (2013).

No ano de 2011 o mais alto número de homicídios de adolescentes/jovens aconteceu no Estado da Bahia, seguido por Minas Gerais e Rio de Janeiro, contudo em comparativo com o número total de população jovem dos Estados, é do Estado nordestino o quadro mais grave.

Gráfico 10 – Número de homicídios de adolescentes/jovens – 2011

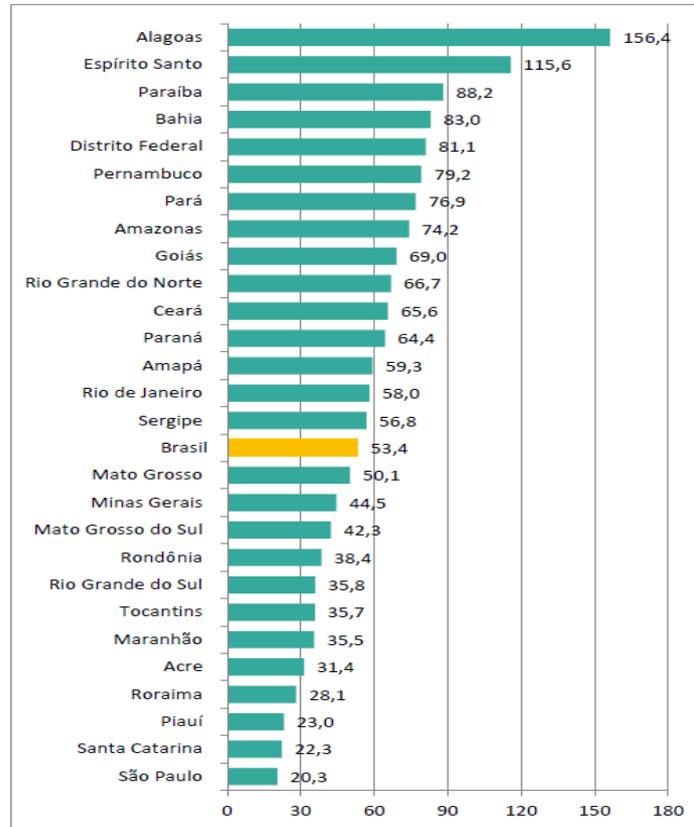


Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir de Waiselfisz (2012).

Na taxa de homicídios em nas unidades federativas por 100 mil habitantes mais uma vez vem da região Nordeste a situação mais grave. Sete dos nove Estados nordestinos se encontram acima da média nacional no *ranking* da violência letal contra adolescentes/jovens. O Ceará ocupa a 11^a colocação nesse *ranking*.

Gráfico 11 – Ordenamento das UF segundo Taxas de Homicídio Juvenis (por 100 mil). Brasil, 2011

Gráfico 3.2.1 Ordenamento das UF segundo Taxas de Homicídio Juvenis (por 100mil). Brasil, 2011



Fonte: SIM/SVS/MS

Fonte: Waiselfisz (2012).

A taxa de homicídios entre crianças e jovens com idades entre 1 e 19 anos cresceu 375,9% nas últimas três décadas, segundo Waiselfisz (2013), em o “Mapa da violência 2012 – crianças e adolescentes do Brasil” – Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (Cebela) com base em dados do Ministério da Saúde.

Entre os jovens só 26,8% dos óbitos é atribuível a causas naturais, Na população *não jovem* esse percentual eleva-se para 90,1%. Acidentes de Transporte são responsáveis por mais 20,4% dos óbitos juvenis, e suicídios adicionam ainda 3,7%. Na população *não jovem* acidentes de transporte originaram 3,0% e suicídios 0,7%; Em conjunto, essas três causas são responsáveis por quase 2/3 (63,4%) das mortes dos jovens brasileiros. Entre os *não jovens*: 6,8% (WASELFISSZ, 2013, p. 23, grifos nosso),

No somatório das três principais causas de mortes da população jovem, a região Nordeste aparece também acima da média nacional.

Tabela 6 – Taxa de mortes na população jovem – 2012

UF/REGIÃO	População Jovem						
	Naturais	Externas	Total	Transporte	Suicídios	Homicídios	Violentas
Alagoas	16,9	83,1	100,0	11,2	1,6	66,2	79,0
Bahia	22,9	77,1	100,0	11,7	1,4	51,9	65,0
Ceará	22,5	77,5	100,0	19,6	5,0	44,5	69,0
Maranhão	35,5	64,5	100,0	23,0	3,4	30,6	57,0
Paraíba	23,1	76,9	100,0	15,1	2,8	53,6	71,5
Pernambuco	24,7	75,3	100,0	16,3	2,5	48,7	67,5
Piauí	36,3	63,7	100,0	33,2	5,7	17,9	56,8
Rio Grande do Norte	22,4	77,6	100,0	12,9	4,0	50,1	67,0
Sergipe	25,3	74,7	100,0	25,1	4,6	40,5	70,2
NORDESTE	24,6	75,4	100,0	16,7	2,9	47,3	66,9
BRASIL	26,8	73,2	100,0	20,4	3,7	39,3	63,4

Fonte: SIM/SVS/MS

Fonte: Waiselfisz (2012).

Segundo Waiselfisz (2013), em o “Mapa da violência 2013”, no comparativo de quatro anos entre os 12 países com maiores conflitos, o Brasil aproxima-se do número de vítimas de homicídios, embora não tenha, declaradamente, em situação de conflito. Enquanto os 12 países, de 2008 a 2011 totalizaram mais de 208 mil vítimas de homicídios, no Brasil esse número chega a mais de 206 mil vítimas. As principais vítimas, são pessoas do “sexo masculino (76%), raça negra (75%), faixa etária entre 15-17anos (59%), ensino fundamental incompleto (95%), morador da capital (63%), tem a genitora como principal referência familiar (75%), renda familiar é de até 1 SM (57%), e a ameaça se deve ao envolvimento com o tráfico (60%)” (SDH/PR).

As mulheres vítimas de homicídio totalizam 8% do total de mortes entre público não jovem e jovem, mas o número de assassinatos de mulheres vem numa crescente de mais de 50% na primeira década desse século em comparação com os anos anteriores, compreendidos desde a década de 80. Em 2011, foram assassinadas mais de 4,5 mil mulheres.

Diante dessa situação, o governo brasileiro juntamente com outros organismos de defesa e promoção dos direitos de crianças, adolescentes e jovens passou a considerar extermínio de jovens no País. Desde a entrada forçosa dos portugueses com o assassinato dos povos nativos, da aplicação de castigos corporais e homicídios dos africanos escravizados, historicamente, este período passou a ser considerado o terceiro maior extermínio de crianças e jovens no Brasil.

Na tentativa de enfrentar tal questão, em 2003, o Governo Lula lançou o **Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM)**. Pelo Decreto n.º 6.231/07, integrou a Agenda Social Criança e Adolescente, seguido da criação do Sistema de Proteção no PPA 2008-2011 e a vinculação do PPCAAM a este Sistema.

Pensando outras estratégias para enfrentamento à marginalização e violência letal de jovens, em 2005 o Governo Lula lançou o primeiro Programa voltado para o segmento jovem do País, o **Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM URBANO)**²⁵.

No tocante, ainda, à questão dos direitos humanos de crianças e adolescentes, há um discurso de ranço menorista e conservador que sataniza adolescentes e jovens colocando-os enquanto causadores da agudização da violência urbana. Esse movimento pertence a um grupo da elite brasileira e de seus representantes dentro das casas legislativas do País, que desde 1999 vem defendendo e colocando Propostas de Emendas Constitucionais, (totalizando até a presente data nove PEC's tramitando na Câmara e no Senado Federal), na perspectiva de modificar o Art. 228 da Constituição Federal de 88: "São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial" (BRASIL, 2012a).

No entanto, os dados oficiais dão conta de que, na verdade, os adolescentes e jovens brasileiros são as maiores vítimas da violência letal nos centros urbanos. Um levantamento feito pelo próprio Senado Federal junto ao Ministério da Justiça, em 2011, revelou que dentre os adolescentes que cumprem medida socioeducativa, a larga maioria – cerca de 43,7% – cometeram crimes patrimoniais (furto e roubo); em seguida vem o envolvimento com tráfico de drogas (26,6%) e **0,9% de crimes contra a vida**. Em contrapartida, **87,6% do total de homicídios** no Brasil no intervalo de 22 anos é de jovens entre 15 e 19 anos, de acordo com o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo.

²⁵ O Projovem possibilita a conclusão do Ensino Fundamental, iniciação profissional e inclusão digital, a fim de efetivar oportunidades de continuação dos estudos e trabalho para a juventude. O curso contempla os jovens com idade entre 18 e 29 anos, que sejam alfabetizados e não tenham concluído o Ensino Fundamental. O Programa tem duração de 18 meses, com a finalidade de possibilitar formação integral ao jovem. Para isso, torna-se fundamental a articulação entre a elevação da escolaridade, tendo em vista a conclusão do Ensino Fundamental; a Qualificação Profissional, com certificação de formação inicial; e o desenvolvimento de Ações Comunitárias de interesse público. Aos jovens que apresentam frequência regular e desenvolvem as atividades propostas é concedida uma bolsa mensal de R\$ 100,00.

Um dos argumentos utilizados pelos defensores da redução da inimputabilidade penal firma-se na falsa ideia de que os adolescentes ficam impunes quando cometem atos infracionais, todavia de acordo com levantamento da SDH/PR (2010) o Brasil tinha mais de 8% da sua população entre 12 e 18 anos incompletos cumprindo medida restritiva de liberdade, em concordância com a Lei n.º 8069/90. Todas as unidades de cumprimento de medida socioeducativa de internação estão com até 200% acima da capacidade.

Tabela 7 – Ranking de adolescentes privados de liberdade

Ranking de adolescentes privados de liberdade*

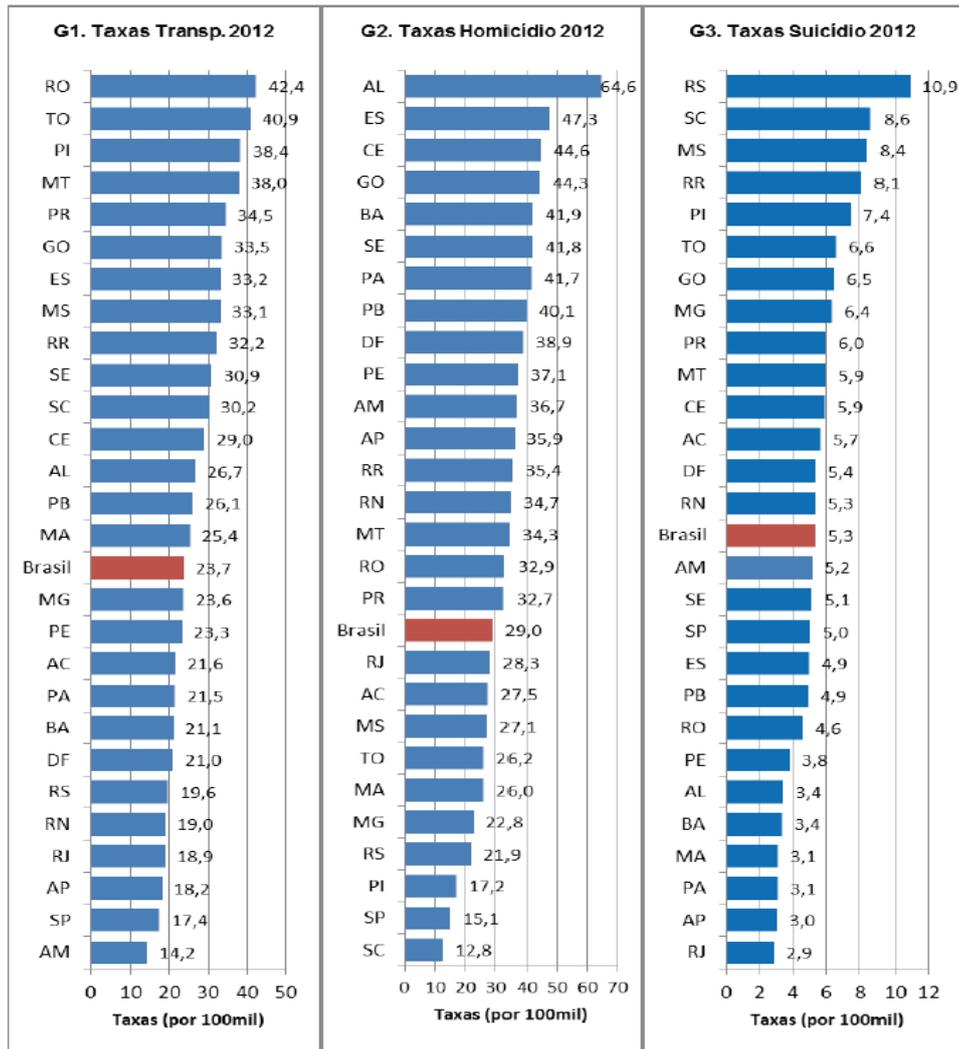
	Adolescentes	Adolescentes restritos e privados de liberdade	Proporção (por 10 mil jovens)		Adolescentes	Adolescentes restritos e privados de liberdade	Proporção (por 10 mil jovens)
1º.DF	261.614	775	29.6	15º.SE	249.817	141	5.6
2º.AC	99.507	196	19.7	16º.RR	59.977	33	5.5
3º.SP	3.984.130	7.074	17.8	17º.RJ	1.551.102	833	5.4
4º.PE	994.146	1.473	14.8	18º.MG	2.062.612	1.068	5.2
5º.ES	364.575	490	13.4	19º.PB	428.311	217	5.1
6º.CE	1.045.116	1.074	10.3	20º.AL	399.275	161	4.0
7º.RO	190.327	189	9.9	21º.GO	642.869	239	3.7
8º.PR	1.118.284	1.092	9.8	22º.RN	363.026	130	3.6
9º.AP	92.351	86	9.3	23º.PA	981.494	291	3.0
10º.RS	1.045.949	883	8.4	24º.BA	1.617.215	465	2.9
11º.MS	273.457	193	7.1	25º.PI	373.335	59	1.6
12º.TO	172.610	123	7.1	26º.AM	461.477	67	1.5
13º.SC	640.379	434	6.8	27º.MA	848.131	106	1.2
14º.MT	345.489	215	6.2	Brasil	20.666.575	18.107	8.8

*Estados + Distrito Federal (dados até novembro de 2010)

FONTE: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR).

Fonte: Jornal O Povo.

Waiselfisz (2013), em o “Mapa da violência – 2014 – os jovens do Brasil”, revela poucas mudanças na situação da violência letal desse segmento, mesmo com as campanhas e programas sociais. Neste novo Mapa há um novo quadro comparativo entre as três formas de violência que mais vitimizam adolescentes/jovens no País. O Ceará aparece na 3ª colocação no *ranking* nacional de **homicídios** de adolescentes/jovens.

Gráfico 12 – Taxas de violência letal na população jovem

Fonte Waiselfisz (2014).

Ao fazer este breve panorama acerca de alguns aspectos referentes aos direitos humanos de crianças, adolescentes e jovens, considerei que estes poderiam contribuir na orientação desse estudo. Essas “pinceladas” sobre o cenário atual do público infanto-juvenil situam a realidade do país, trazendo elementos do estado do Ceará e da sua capital, evidenciando o contexto geral, para assim, compreendermos a dinâmica local da comunidade do Lagamar, foco de atenção da organização social FACC, objeto de interesse da presente pesquisa.

4 FRENTE DE ASSISTÊNCIA À CRIANÇA CARENTE: RELATO HISTÓRICO DA ATUAÇÃO INSTITUCIONAL NA COMUNIDADE DO LAGAMAR

4.1 A SINGULARIDADE DA CRIAÇÃO DA INSTITUIÇÃO NA PERSPECTIVA DE RESPONDER ÀS DEMANDAS SOCIAIS DAS FAMÍLIAS DA COMUNIDADE DO LAGAMAR

A Frente de Assistência à Criança Carente – FACC é uma organização não governamental, de direito privado sem fins lucrativos, localizada no Lagamar que atende crianças, adolescentes, jovens e seus familiares. A instituição constituída em 13 de outubro de 1986, sob a razão social Projeto²⁶ Frente de Assistência à Criança Carente, através da intervenção da organização internacional *Christian Children's Fund* (CCF), no Brasil Fundo Cristão para Crianças, tinha por finalidade prestar atendimento social às “crianças carentes”, visando o enfrentamento da desnutrição e mortalidade infantil e reduzir a miséria da comunidade.

Figura 5 – Evolução da logomarca da FACC de 2000 a 2011



Fonte: Acervo fotográfico da FACC.

Nos seus primórdios a organização esteve situada em diversos endereços, em imóveis locados, até que fosse adquirida a primeira sede na Rua Aspirante Mendes, número 39, nas proximidades do Canal e da Praça São Francisco. A estrutura física, mesmo passando por várias reformas, não apresentava condições para atender à demanda. Era composta por cômodos com pouco espaço, e as dependências da cozinha e refeitório extremava com um “beco”, que era frequentemente utilizado por pessoas que faziam uso de drogas, exalando forte odor, causando incômodo nas crianças e funcionários. Para atender a demanda da

²⁶ Todas as instituições que foram criadas por motivação do Fundo Cristão para Crianças receberam o nome de “Projeto”, uma vez que na concepção do financiador a relação acordada entre ambas não comportava autonomia da parte conveniada, estas deveriam ser extensão das suas ações na comunidade.

educação infantil e educação profissional foram criados núcleos em locais próximos à comunidade.

Figura 6 – Foto aérea da sede da FACC no Lagamar anterior à atual



Fonte: <https://www.google.com.br/maps>.

Figura 7 – Fachada da localização da primeira sede da FACC na Rua Aspirante Mendes no ano 2000 e atualmente



Fonte: Acervo fotográfico da FACC e Google Earth.

Como a figura acima demonstra, a sede da organização ficava a poucos metros do canal, que nos períodos de chuvas intensas, transbordava causava enchentes e inundando todas as moradias localizadas nessas imediações. Numa dessas enchentes, a organização sofreu inundações e perdeu grande parte de documentos e materiais, ficando impossibilitada de realizar atendimento até que recuperasse sua estrutura. Esse fato sensibilizou a gerência do apadrinhamento na Alemanha, que após um trabalho de mobilização de vontades dos doadores, conseguiu comprar a atual sede, na Rua Carvalho Júnior, número 793, no bairro Tauape.

Figura 8 – Reforma da nova sede doada por doadores alemães – 2003



Fonte: Acervo fotográfico da FACC.

Figura 9 – Vista aérea da localização da FACC em 2014



Fonte: <https://www.google.com.br/maps>.

Figura 10 – Foto da fachada da FACC em 2004



Fonte: Acervo fotográfico da FACC.

Figura 11 – Foto da parte interna da FACC em 2004

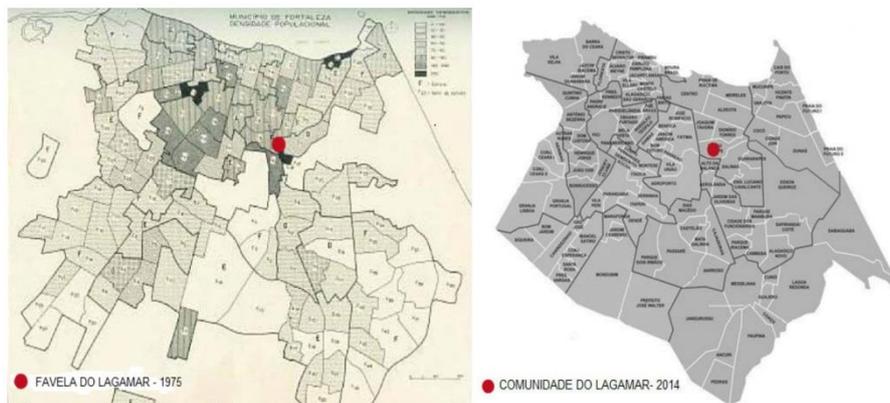


Fonte: Acervo fotográfico da FACC.

A organização nasce no cenário político de transição, com a eleição indireta do Presidente Tancredo Neves, que veio a falecer, dando lugar ao seu vice, José Sarney. São os primeiros passos no processo de redemocratização do país, saído de mais de duas décadas de Regime Militar. O Ceará elege o candidato Tasso Jereissati, apoiado pelo Governador Gonzaga Mota, o qual, segundo relato de umas das lideranças do Lagamar, D. Raimundinha, foi um dos piores governos para quem vivia naquela comunidade. Fortaleza entra para a história elegendo a primeira mulher prefeita de uma capital brasileira e também a primeira mulher eleita pelo Partido dos Trabalhadores, a professora universitária, Maria Luíza Fontenele.

A principal pauta social dos moradores do Lagamar nesse período é a mesma desde a década de 30 quando ocuparam aquele espaço: regularização fundiária. De acordo com estudos urbanísticos, ao longo de cinquenta anos, essa área tem passado por vários processos de urbanização. O Lagamar estende-se desde a Av. Raul Barbosa, no bairro Cocó até a Rodovia BR 116, no bairro Aerolândia.

Figura 12 – Mapas de Fortaleza situando a Comunidade do Lagamar no percurso de 40 anos



Fonte: Google Maps (<https://www.google.com.br/maps>).

Conforme relatos de Diógenes (1989) a ocupação do Lagamar ocorreu a partir de 1958, período da grande seca no Ceará. “A área do ‘Lagamar’ inicialmente constituía-se de terrenos brejados, áreas de manguezais, e é bem por isso a origem do seu nome, advinda da expressão ALAGAMAR” (DIÓGENES, 1989, p. 70). É uma área de grande especulação imobiliária, dada sua proximidade com os grandes centros comerciais da Capital.

Nas pesquisas de Almeida (2013), ele assinala que o surgimento de duas grandes favelas de Fortaleza, a do Lagamar e do Mucuripe, possivelmente foram formadas pelos retirantes da seca da década de 30. Ele toma por referencia uma entrevista concedida pela moradora do Lagamar, Maria Custódio da Silva, conhecida como Maria Lagamar ao Jornal O Povo, ocasião em que a mesma registra a seguinte fala:

A favela do Lagamar surge em 1933, momento em que estava sendo construída a BR-116 no antigo caminho de Messejana, acesso para quem vinha do sul, centro e sudeste do Estado. O terreno era irregular e alagado e foi sendo ocupado por retirantes da seca. "Aqui era só lama, mato e espin... Eu cavei um buraco, formou um olho d'água que era um amor... Aí é que foi chegando gente" (ALMEIDA, 2013, p. 4).

Nos trabalhos de Avelar (2012, p. 52) há relatos de que as primeiras famílias tenham chegado à década de 30, mas a intensidade do povoamento somente se deu por ocasião da seca de 50:

Podemos afirmar, no entanto, que de acordo com os relatos dos moradores o Lagamar é uma comunidade estabelecida há mais de cinco décadas, onde se vivenciam problemáticas tipicamente urbanas, características da desigualdade no acesso aos benefícios e equipamentos que a Cidade pode oferecer: precariedade no atendimento de saúde e nas condições de saneamento básico, o risco de alagamentos nos períodos de chuva, a falta de espaços de lazer, o tráfico de drogas, a violência, entre outras tantas que poderíamos citar aqui.

Figura 13 – Vista aérea da Comunidade do Lagamar



Fonte: <https://www.google.com.br/maps/place>.

Em diálogo com Raimunda Chaves da Silva, em 2012, liderança histórica do Lagamar que presidiu a Associação dos Moradores do Tauape por 25 anos, conhecida por todos da comunidade por D. Raimundinha, ela faz o seguinte relato:

Este bairro é Riacho Tauape. Esse é o nome original. No ano de 1958 foi seca no Ceará. Os sertanejos se deslocaram para a capital, chegando aqui encontraram esta terra desocupada e começaram a construir seus barracos. Com o tempo passando, chega o governo e trata logo em querer tirar as pessoas que aqui estavam morando dentro da lama, do lixo e da água. Em 1983, nos já estávamos cansados de tantas coisas que nós não esperávamos, tratando as pessoas como bicho... Nós nos organizamos e criamos a associação e tratamos de conquistar os nossos direitos... Este governo se chamava Gonzaga Mota, foi o pior de todos os governos. Malvado e desonesto... Entra o novo governo. Este veio para ajudar (Tasso Jereissati). O povo sofreu muito... Passeatas, reuniões e tudo o que era ruim, mas vencemos graça a Deus... Tasso pisou na lama junto com nós e ajudou em tudo, graças a Deus... Só faltou uma coisa: o documento da terra. Ao passar do tempo todos construíram suas casas de alvenaria. Tem água, luz, esgoto e calçamento...

Joel (2009), um morador do Lagamar, escreveu um livro relatando sua vida dentro da comunidade. Seus registros retratam que a ocupação às margens do córrego Lagamar se deu em 1930, durante a grande seca que ocasionou o êxodo de “famílias inteiras dos sertões do Ceará para Fortaleza” (JOEL, 2009). Ele afirma que os grupos familiares foram atraídos para as proximidades do Rio Cocó em decorrência da fartura de recursos naturais cedidas pelo bioma dos manguezais e pela proximidade com “os bairros elitizados”.

Assim, logo ao chegarem à ocupação as famílias mantiveram seus costumes herdados da cultura indígena: pesca, caça, agricultura, fabricação de tarrafas, redes e artesanato em argila. “Ajudando uns aos outros, o vilarejo foi se transformando em um grupo de pessoas, onde havia pescadores, agricultores e artesãos, gente humilde que vivia da simplicidade do lugar.” (JOEL, 2009, p. 24).

Afirma, ainda, que o lazer da comunidade eram os salões de dança à base de candeeiro, os botequins, casas clandestinas de jogos, promoviam romarias reisados, quermesses, teatro de bonecos e comunicavam-se por megafone, que divulgava desde recados de amor à nota de falecimentos. Essa dinâmica proporcionava lazer, mas concomitante aumentava as ocorrências policiais e de violências, alcoolismo, prostituição, drogas e assassinatos.

Em noites de festa era um verdadeiro rebu; as madrugadas daquela favela ficavam assustadoras; ao longe, ouviam-se gritos de socorro naqueles

becos escuros ou às margens do córrego Lagamar. Ao amanhecer, lá estava mais uma vítima da violência, e assim foi crescendo o número de ocorrências policiais naquele gueto desprezado pela sociedade e difamado pela imprensa (JOEL, 2009, p. 25).

Ele relata que as mulheres tornaram-se lavadeiras e os homens tornaram-se peões de obras, serventes, carpinteiros. No relacionado a essa ocupação das mulheres, coincide com as Lavanderias Comunitárias, idealizadas pela primeira-dama Luiza Távora, e que por necessidade de um espaço onde as mulheres pudessem deixar seus filhos enquanto trabalhavam foram criados os Centros Maternais Profissionalizantes (CEMAPROS), na década de 60.

Máximo (2012) anota que na década de 70 algumas favelas de Fortaleza foram alvos de políticas interventivas do Programa de Desfavelamento, e que é neste período que surge a resistência pela não saída do local de moradia, obrigando o governo a modificar a política habitacional.

Figura 14 – Mapa das favelas de Fortaleza que recebiam atenção do Programa Integrado de Desfavelamento, no ano de 1973



Fonte: Máximo (2012, p. 5).

Em 1979, cria-se a Fundação Programa de Assistência às Favelas da Região Metropolitana de Fortaleza, a PROAFA, “[...] principalmente para a urbanização de favelas. Dentre seus programas, destaca-se a urbanização das favelas do Lagamar e de Santa Teresinha, onde se deu a construção de conjuntos habitacionais, também de porte significativo.” (MÁXIMO, 2012, p. 11).

Medeiros (2011) completa que nesse período, no Governo de Virgílio Távora, por iniciativa da primeira-dama, o Lagamar teve seu canal drenado, pela

primeira vez desde sua criação, época, também, dos primeiros trabalhos de urbanização das favelas do Lagamar, Santa Terezinha e Pirambu, pela PROAFA.

Na década de 80, o Lagamar, segunda maior favela de Fortaleza, recebe as ações das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)²⁷, sob liderança do Padre Manfredo Oliveira²⁸. Segundo Pinho (2011, p. 11), que integrou esse grupo de trabalho:

O grupo visitava os moradores do Lagamar para conhecê-los em cotidiano natural e desenvolver, no espírito pedagógico de Paulo Freire, o trabalho religioso na periferia inspirado também nos ensinamentos da Teologia da Libertação. Era um grupo que se referenciava nas mudanças de atitude da própria igreja católica, após a Segunda Conferência dos Bispos Latino-Americanos de 1968, em Medellín. Nele exercitamos a práxis e o estudo teórico. Esta experiência nos ajudou a perceber a relação a ser constituída entre os pobres e a classe média – nós próprios.

Em 1983, os moradores se organizam e criam a Associação do Riacho do Tauape, cuja pauta principal dizia respeito à moradia e regularização fundiária. O governador Tasso Jereissati tem seu nome mencionado por várias lideranças do Lagamar, quando tratamos deste momento histórico da comunidade. Nos registros da organização encontramos em várias atas neste início de atuação institucional referência às demandas sociais voltadas para o direito à moradia e infraestrutura, confirmadas nos relatos das famílias atendidas e pelas lideranças locais.

Em 1986, em meio ao cenário acima posto, a Política adotada pela instituição, conhecida pelos moradores enquanto “o Projeto”, tinha cunho paternalista e assistencialista, acompanhando o padrão da Assistência Social do país naquele período histórico. Sua criação se dar com forte intervenção da liderança feminina do Lagamar.

Nesse contexto, a organização surge como forma de reduzir a precariedade das condições de moradia, os índices de mortalidade infantil, combater a fome e pobreza extrema, contribuir com o acesso à educação. O fenômeno da violência letal contra jovens não apresentava os níveis considerados epidêmicos,

²⁷ A iniciativa desse trabalho partiu de um grupo de universitários do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará – UFC, motivados pela Pastoral Universitária.

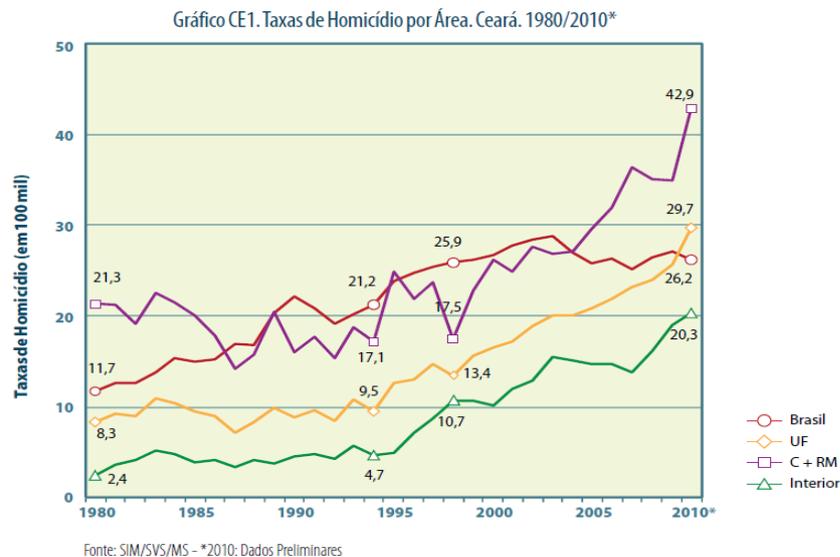
²⁸ Padre Manfredo é graduado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia de Fortaleza (1962), mestrado em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma (1966) e doutorado em Filosofia pela Universität München Ludwig Maximilian (1971). Atualmente é professor titular aposentado da Universidade Federal do Ceará. Presidiu a Fundação Marcos de Bruin no Lagamar. Em 2008 recebeu o prêmio Frei Tito de Direitos Humanos, da Assembleia Legislativa do Ceará.

como os de agora, embora já apresentasse um crescimento exponencial, segundo Maricato (1995, p. 42):

A novidade trazida pelo aprofundamento da pobreza nos anos 80, foi a explosão da violência urbana, que apresenta números e dimensão até então inéditos. Estamos nos referindo aqui à violência expressa através da criminalidade, em particular nos homicídios, mas é necessário lembrar que constitui expressão de violência a exclusão econômica, social, cultural, legal e ambiental da qual viemos tratando até agora. Numa sociedade tão desigual o conceito de violência está frequentemente ligado à delinquência proveniente dos marginais ou dos mais pobres. Trata-se de um conceito classista de uma sociedade que prioriza a defesa do patrimônio individual antes de priorizar por exemplo a integridade do trabalhador ou da criança.

Conforme os estudos de Waiselfisz (2010), o crescimento invariável da violência homicida de jovens na capital e Região Metropolitana do Ceará acontece a partir da primeira década desse século, saindo de 24,9% em 2001 para 42,9% em 2010, o que é visível no quadro abaixo:

Gráfico 13 – Taxas de homicídios



Fonte: Waiselfisz (2010).

Uma das causas para esta crescente violência em Fortaleza, conforme Souza e Pontes (2010, p. 185), diz respeito ao surgimento das gangues:

No tocante a problemática envolvendo gangues nos anos 1990, existiam principalmente no Conjunto Tancredo Neves com as galeras da Avenida, Pracinha e Cobal. A presença das gangues originou a “fama” do Tancredo Neves como espaço violento. Um baile funk no chamado MIC clube, cuja edificação é atualmente ocupada pela Igreja Universal, chamava atenção pela demarcação de área de gangue. As gangues do Conjunto Tancredo

Neves rivalizavam com as do Lagamar, Messejana, Vila Cazumba, Areal dentre outras.

Conforme Diagnóstico Territorial do CRAS Lagamar, o projeto de urbanização da comunidade iniciou-se na década de 90, e “que com ele vieram também o tráfico, o uso abusivo de drogas; a violência, marcada principalmente pela atuação de gangues [...]” (FORTALEZA, 2012, p. 3).

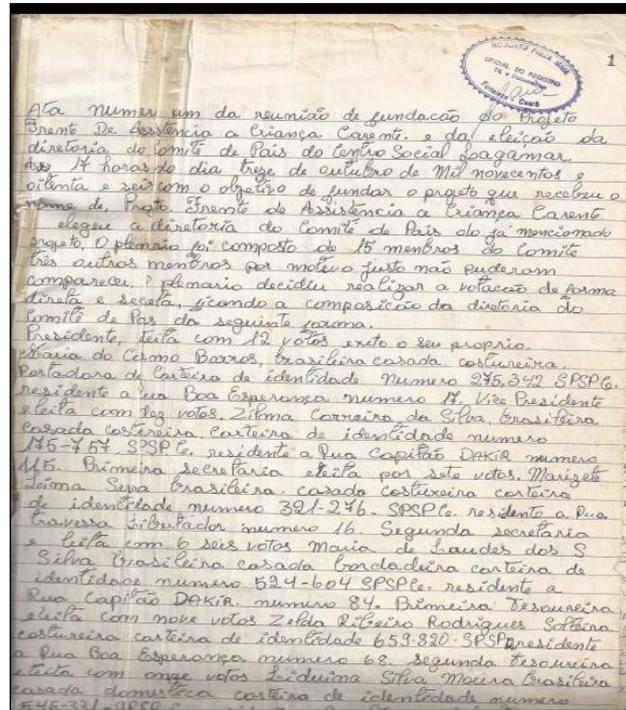
Nos diálogos estabelecidos com as lideranças locais não há citação desse aspecto da violência homicida de jovens na comunidade do Lagamar nesse período histórico. Dona Margarida é uma das personagens históricas do Lagamar que mantém um arquivo pessoal com registros próprios acerca das principais demandas. Vejamos seu relato:

Cheguei de Morada Nova (município cearense) em 1970. Meu marido veio trabalhar e aqui a gente ficou e estamos até hoje. Quando a gente chegou aqui, comprou um quatinho pequenininho ali na Fiscal Vieira (rua), o quatinho só tinha uma saída, e nele tinham cinco filhos no mesmo quarto. Daí quando a gente veio morar no quatinho, existia o projeto CCF, comecei a fazer parte do projeto [...].

A gente começou a ver as necessidades do lugar; a necessidade de água encanada. A gente se reunia e assim começamos a lutar, reivindicar as coisas que precisávamos; nós começamos a lutar pela água da CAGECE (Companhia que fornece água tratada no Ceará), que não tinha. Era uma dificuldade! Eles diziam que não podiam passar do trilho [...]. Aí nós nos reunimos nos juntamos e fomos lutar por esse objetivo. Tiveram outras lutas, sim, a organização do Lagamar foi uma luta, [...] passamos sete dias de acampamento no Cambeba (antiga localização da sede do Governo do Estado), para que fosse garantida a urbanização. Foi uma luta muito grande do povo do Lagamar. Nós nos juntávamos todos os dias, e íamos falar com o governo, falar com o prefeito, e assim com todas nossas lutas, nossa força de vontade, tivemos vitória. A luta da água foi tão grande que eles não queriam mais fazer [...], mas com a força de Deus, e a vontade do povo nós conseguimos.

A primeira presidente, Maria do Carmo Barros era costureira, liderança religiosa e política, que tinha e ainda tem o reconhecimento da comunidade por erguer e propor bandeiras de lutas há mais de 40 anos. A primeira diretoria foi composta integralmente por mulheres, em sua maioria costureiras, com atuações restritivas ao ambiente doméstico, mas quebraram esse padrão quando assumiram lideranças de organizações e empunharam bandeiras comunitárias, conforme mostra parte do documento abaixo.

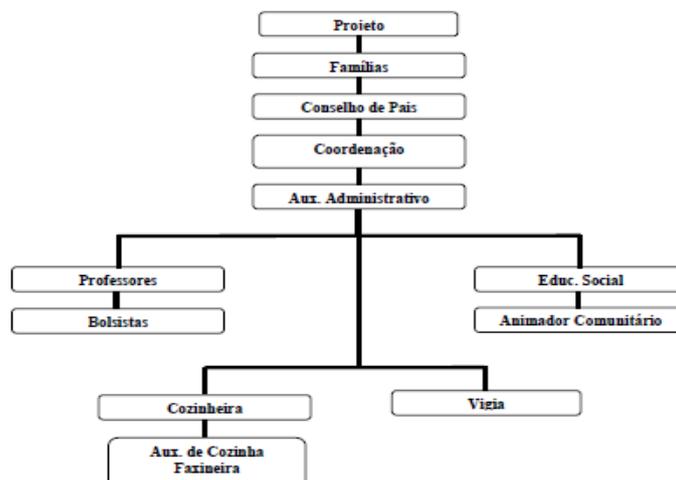
Figura 15 – Ata de fundação da Frente de Assistência à Criança Carente – 1986



Fonte: Acervo documental da FACC.

Além da Diretoria, existia um Conselho de Lideranças, composto por cerca de trinta representantes das ruas onde residiam as famílias assistidas. Esse conselho tinha por função manter a comunicação entre as famílias e a organização, trazendo suas reivindicações e opiniões, com caráter consultivo, mas em certas ocasiões poderia ter poder deliberativo nas decisões a serem tomadas pela diretoria.

Figura 16 – Organograma institucional da FACC – 2002



Fonte: Acervo da FACC.

A Comunidade do Lagamar é entrecortada por um canal. A divisão física da comunidade por esse canal traz também duas outras divisões: uma administrativa, já que a comunidade fica em duas regionais de Fortaleza, a SER II e SER VI e uma territorial simbólica, decorrente das rixas de gangues e do tráfico. Na convivência com a dinâmica comunitária, descobri que existe mais um Lagamar, o da **Cidade de Deus**, que extrema com o canal e com um prédio domiciliar sito na Rua Tibúrcio Rodrigues, esquina com Rua Frei Vidal, o outro fica no Bairro Alto da Balança, partindo da Rua Souza Pinto até a Rua Capitão Aragão, cuja ação territorial do governo municipal é de responsabilidade da SER VI, além de receber ação da Fundação Marcus de Bruin, e o Lagamar que recebe atenção do CRAS e da FACC, localiza-se entre a Rua do Canal até a estrada férrea, nas proximidades da Rua Ana Gonçalves. Situa-se no bairro São João do Tauape, na Secretaria Executiva Regional (SER) II.

O Lagamar está localizado no centro-leste de Fortaleza e tem como limites os bairros São João do Tauape, Aerolândia, Dionísio Torres, Salinas e Bairro de Fátima. A linha férrea é o marco que separa o Lagamar do São João do Tauape; o canal separa o local em dois lados ou áreas, inclusive administrativamente. Uma área é administrada pela SER II, a outra pela SER VI. Oficialmente, o **Lagamar** não existe no mapa de Fortaleza; no lado administrado pela SER II é denominado São João do Tauape, no outro administrado pela SER VI é Alto da Balança²⁹.

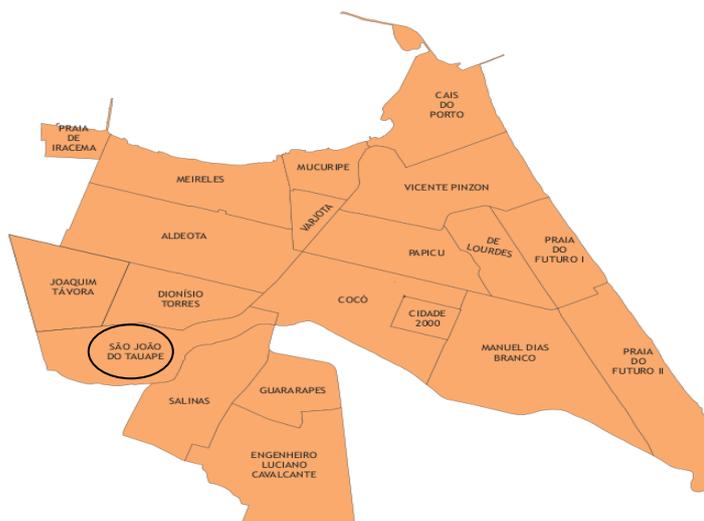
A Regional II abriga 14,64% da população de Fortaleza e metade dos residentes têm, no máximo, 33 anos. Os bairros nela localizados possuem o segundo menor índice de analfabetismo dentre todas as regionais – fica atrás da Regional IV - e a melhor renda média por família: 13,2 salários mínimos por mês. De acordo com a Universidade Estadual do Ceará (2011)³⁰ os rendimentos mais elevados estão no Meireles: 28,6 salários mínimos. Embora, esteja localizada na área da cidade que detém maior fatia econômica é também onde existem as maiores disparidades sociais.

Importante destacarmos que a Regional II possui bairros e localidades visivelmente marcados pela segregação social. A SER II recebe bons investimentos em serviços e equipamentos sociais, muitos deles que geram empregos, mas também é marcada por áreas de alta vulnerabilidade social. A Regional II é o retrato de uma Cidade segregada entre pobres e ricos (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ, 2011, p. 11).

²⁹ Extraído do documento: O CRAS Lagamar e seus territórios de abrangência.

³⁰ Publicação do Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética (LabVida) da Universidade Estadual do Ceará (UECE), Laboratório de Estudos da Conflitualidade da Universidade Estadual do Ceará-COVIO-UECE, Laboratório de Estudos da Violência (LEV) da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Figura 17 – Mapa da Regional II



Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza (2014b).

De acordo com estudos urbanísticos, ao longo dos 50 anos, essa área tem passado por vários processos de urbanização. A comunidade estende-se desde a Av. Raul Barbosa, no bairro Cocó até a Rodovia BR 116, no bairro Aerolândia.

Em todo histórico do Lagamar, independente da fonte, é recorrente o registro das reivindicações e lutas para garantia do direito ao território e melhores condições de vida pelos moradores. São mais de cinco décadas de constantes e incansáveis lutas pelo reconhecimento e legalização fundiária, pela melhoria na infraestrutura e pelo acesso às políticas de inclusão no Lagamar. Foram vários os governos com políticas diferentes, mas esta ainda não é uma realidade para uma significativa parte dos moradores.

Avelar (2012, p. 52) nos sinaliza como uma das razões para esse sonho não se concretizar o fato do espaço territorial está localizado entre bairros privilegiados da cidade, “nas proximidades da área central e das regiões elitizadas da Cidade”.

Nos últimos três anos, amedrontados com as possíveis remoções em decorrência da cidade sediar grandes eventos, como as Copas das Confederações e a do Mundo de 2014, os moradores, aliados a instituições locais, voltaram a se organizar para garantir sua permanência na localidade, conseguindo aprovação do reconhecimento legal da área enquanto Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)³¹.

³¹ Lei Complementar n.º 0076 de 18 de março de 2010, devendo ser incorporado ao Plano Diretor que ordena a ocupação da cidade.

Ao longo de mais de 50 anos a população luta pelo direito à regularização jurídica da situação fundiária e urbana. A ZEIS regulariza apenas o aspecto urbanístico.

Figura 18 – Demarcação da área da ZEIS Lagamar



Fonte: Quadro de Diretrizes para Regularização Urbanística do Lagamar – Curso de Arquitetura da Universidade Federal do Ceará – 2010.

Quem mora ou caminha pela comunidade irá encontrar uma localidade que conseguiu conquistas importantes, no que remete às questões de infraestrutura e das condições socioeconômicas a partir das ações das políticas públicas de saúde, educação, habitação e assistência social, desenvolvidas pelo Estado.

O “Lagamar” enlameado deu lugar a uma comunidade asfaltada, com grande fluxo de veículos que fogem do congestionamento em horário de *rush* da Av. Governador Raul Barbosa. Houve significativo avanço no que diz às questões de natureza material e infraestrutura, mas há outros desafios que se colocam como expressões do cenário atual, que prescindem de ações, enquanto política pública e não apenas ações de governos.

Nas ruas ainda se evidencia lixo a céu aberto, roupas estendidas em varais improvisados nas calçadas, vários “pontos de venda” de drogas, o mesmo risco de alagamento pelo canal aberto sujo e fétido que afeta a todas as casas circunvizinhas, causando mal estar a quem não está habituado; grande poluição sonora pelo alto volume dos aparelhos de som nas casas e nos carros; poluição visual intensa com faixas, pichações, além de cartazes e pinturas com nomes e legendas de candidatos de eleições passadas amarelecidos pelo tempo.

Há crianças e adolescentes sendo explorados como mão de obra, como objeto da libido dos adultos ou do aliciamento do tráfico de drogas e de armas, há

jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e há famílias desempregadas ou subempregadas e sub-remuneradas, outras fazendo biscates ou vivendo apenas de benefício social.

Mesmo diante de tantos serviços socioassistenciais e intervenções, a partir do Governo Lula (2003), ainda existem famílias cujas moradias não dispõem de banheiro, e sofrem inundações nos períodos de cheias do Riacho Tauape. Ainda há pessoas em situação de rua e em condição de extrema pobreza³².

A comunidade dispõe de oito escolas públicas, sendo uma creche, três equipamentos de saúde, inclusive um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), dois equipamentos de Assistência Social (CRAS e CREAS), duas unidades de Segurança Pública, dezessete instituições religiosas, quatorze comércios nas áreas de alimentação, autopeças, supermercados e vestuário e seis organizações não governamentais, dentre tais destacam-se a Central Única das Favelas (CUFA) Lagamar, a Fundação Marcos de Bruin, Centro de Defesa de Direitos Humanos Lagamar, Associação dos Moradores do Lagamar e Movimento Nacional de Meninos(as) de Rua. Não dispõe de equipamentos públicos de cultura e lazer, o único local acessível às crianças e jovens é o campo de futebol conhecido como Campo do Lobão e atividades de formação humana, culturais e de lazer ofertados pelas organizações não governamentais existentes na localidade.

Figura 19 – Equipamentos públicos no bairro São João do Tauape



Fonte: Universidade Estadual do Ceará (2011).

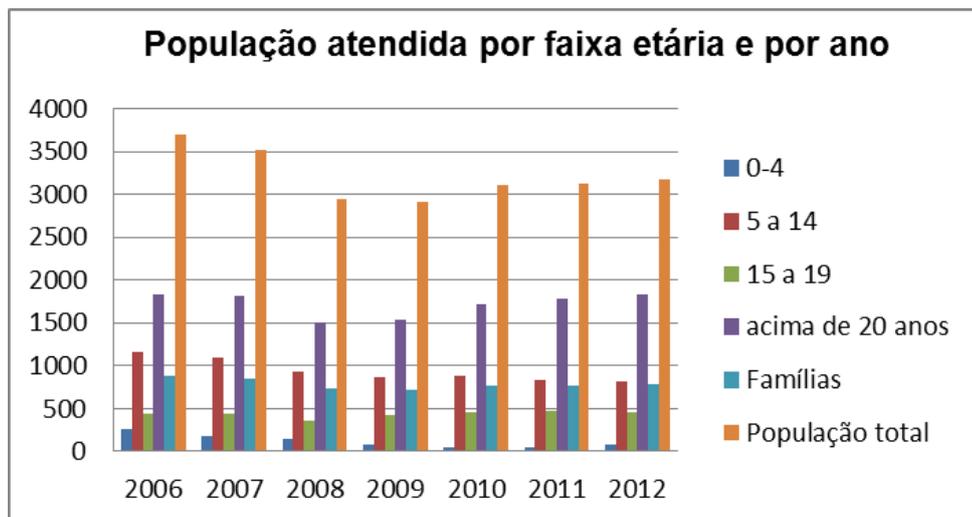
³² Levantamento feito pela Assistente Social Linekely da Silva Aguiar, que atua na Fundação Marcos de Bruin, uma das organizações atuantes no Lagamar – ano 2013.

D. Raimundinha quando trata das conquistas do Lagamar, lista todos os equipamentos sociais considerados relevantes para os moradores da comunidade:

Tivemos muitos alegrias e sofrimentos, mas com tempo tudo mudou. Tivemos dentro da terra: Centro Social, Direitos Humanos, Marcus de Bruin, Associação do Riacho do Tauape, Associação Comunitária, Fundo Cristão para Crianças, Projeto Criança Carente, Creche, recuperação do Posto de Saúde São Joao do Tauape, Mini mercado, Posto Policial dentro da área. A pracinha São Francisco e Paredão do Riacho Tauape. Tudo isso junto. A comunidade com união e vitórias. Sem união nada tem [...].

A instituição FACC realiza acompanhamento anual das condições socioeconômicas das famílias. No gráfico abaixo, no grupo etário acima de 20 anos de idade, consideram-se pessoas que coabitam, mas que não recebem atendimento direto dos programas sociais da instituição. Na sistematização dos anos de 2006 a 2012, encontramos os seguintes dados:

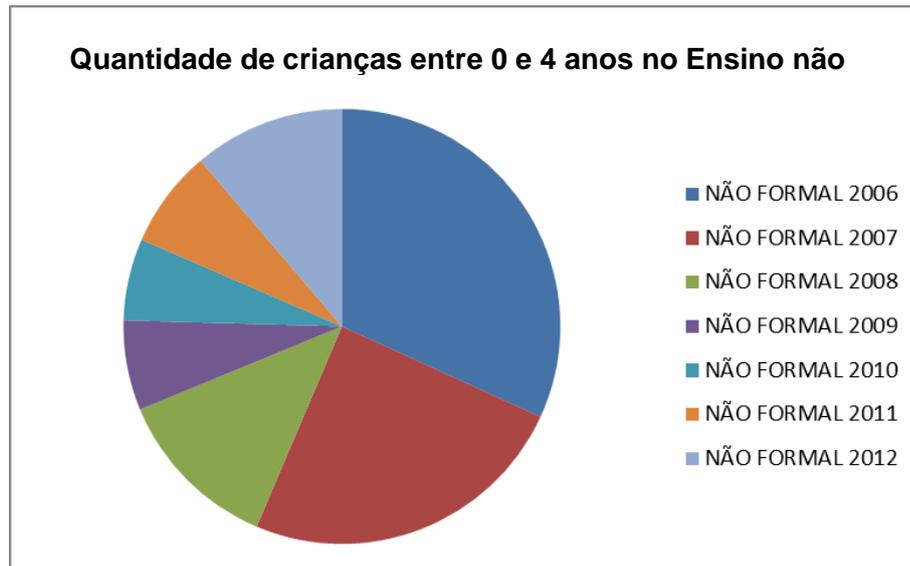
Gráfico 14 – População atendida pelo FACC por faixa etária e ano



Fonte: Acervo da FACC.

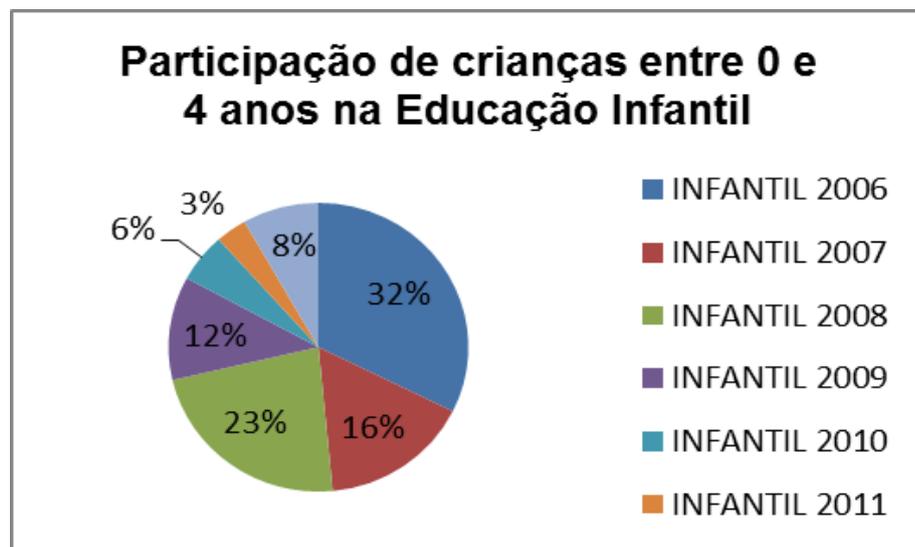
No respeito à questão da escolaridade, evidenciou-se que não houve registro de entrada de adolescentes e/ou jovens nos de 2007, 2010 e 2011 na educação superior. No tocante às demais situações relacionadas a essa temática, temos o seguinte:

Gráfico 15 – Quantidade de crianças entre 0 e 4 anos



Fonte: Acervo da FACC.

Gráfico 16 – Participação de crianças entre 0 e 4 anos na educação infantil



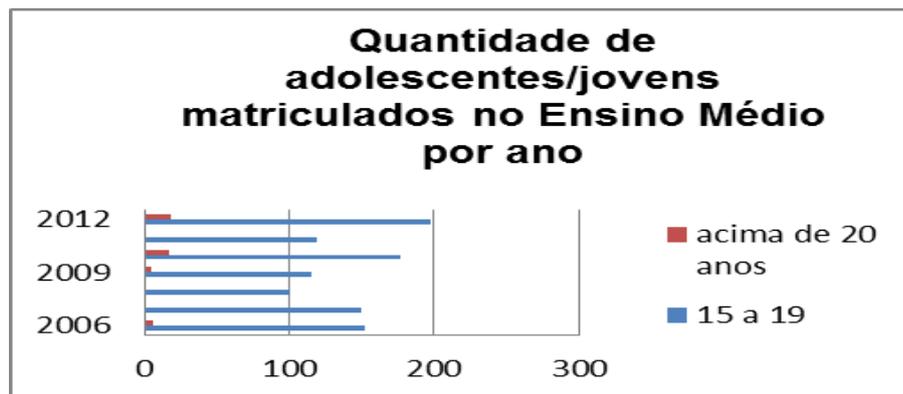
Fonte: Acervo da FACC.

Gráfico 17 – Quantidade de adolescentes/jovens matriculados no ensino fundamental por ano



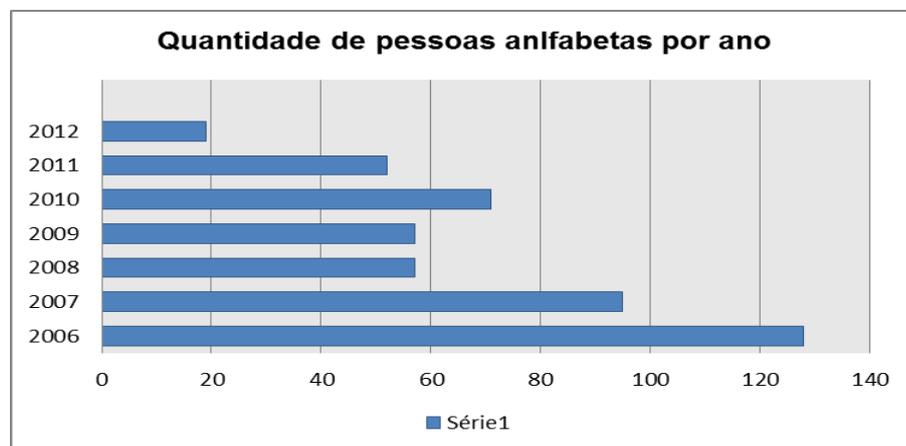
Fonte: Acervo da FACC.

Gráfico 18 – Quantidade de adolescentes/jovens matriculados no ensino médio por ano



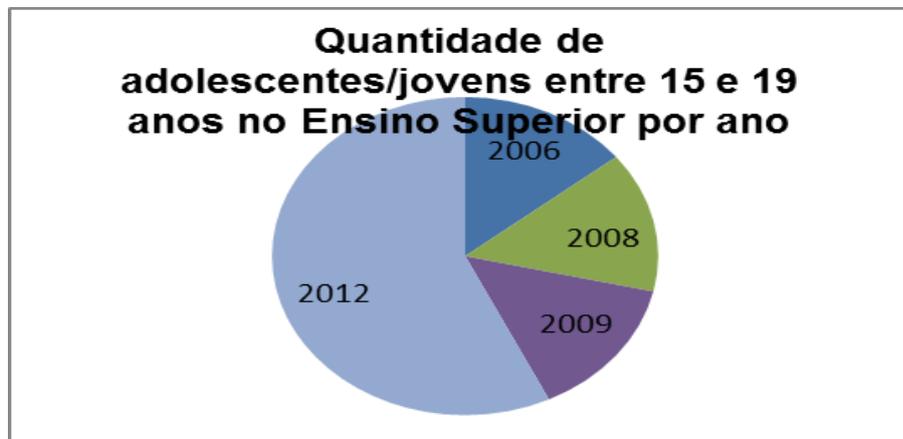
Fonte: Acervo da FACC.

Gráfico 19 – Quantidade de pessoas analfabetas por ano



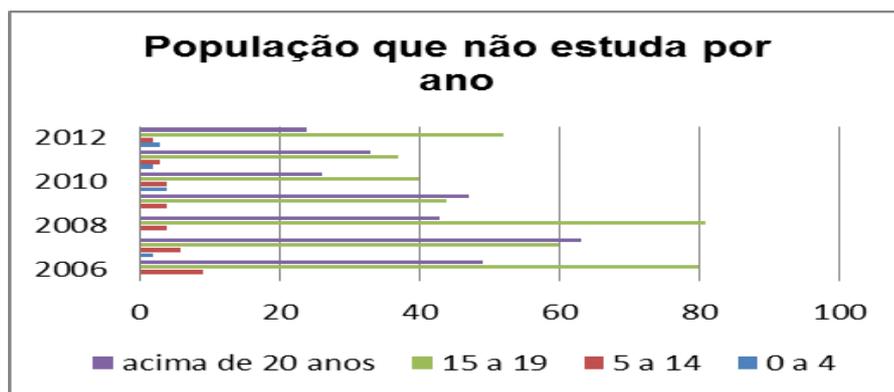
Fonte: Acervo da FACC.

Gráfico 20 – Quantidade de adolescentes/jovens entre 15 e 19 anos no ensino superior por ano



Fonte: Acervo da FACC.

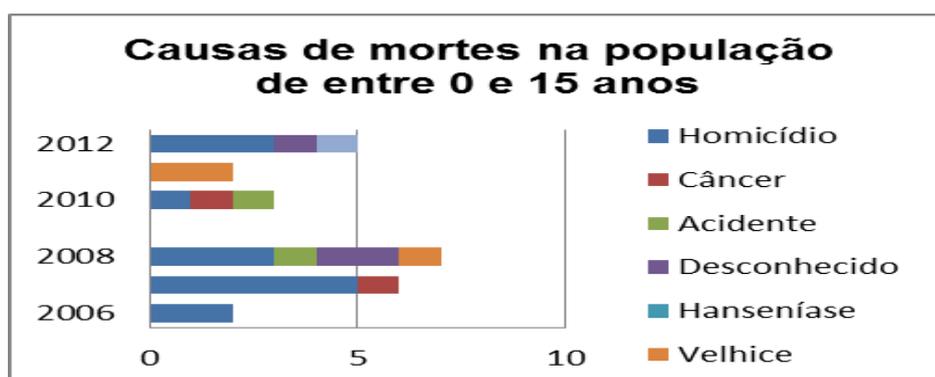
Gráfico 21 – População que não estuda por ano



Fonte: Acervo da FACC.

No referente ao número e causas de mortes todos os registros dizem respeito à população atendida na faixa etária de 0 a 15 anos. Nota-se ausência de registro no ano de 2009.

Gráfico 22 – Causas de mortes na população entre 0 e 15 anos



Fonte: Acervo da FACC.

No comparativo entre os anos de 2006 e 2012 referentes às condições de moradia, das famílias atendidas pela instituição, detectamos uma queda do quantitativo de famílias inscritas em mais de 10% e uma melhoria em todos os aspectos referente às condições de moradia.

Tabela 8 – Situação de moradia dos moradores do Lagamar

SITUAÇÃO DE MORADIA DOS MORADORES DO LAGAMAR				
	2006		2012	
	Total	%	Total	%
Paredes				
Tijolo	880	99,7	775	99,5
Madeira	2	0,2	3	0,4
Taipa	1	0,1	1	0,1
Piso				
Cimento	881	99,8	774	99,4
Terra batida	2	0,2	5	0,6
Cobertura				
Telha	856	96,9	757	97,2
Laje	27	0,1	22	2,8
Eletricidade				
Sim	879	99,5	775	99,5
Não	4	0,5	4	0,5
Origem da Água				
Cacimba	4	0,5	2	0,3
Poço Cartesiano	8	0,9	5	0,6
Encanada	871	98,6	772	99,1
Destino dos Dejetos				
Sanitário c/ Fossa	105	11,9	91	11,7
Fossa Seca	1	0,1	1	0,1
Rede de Esgoto	777	88	687	88,2
Destino do Lixo				
Sim	883	100	779	100
Não	0	0	0	0
População Total	883		779	

Fonte: Tabela construída pela pesquisadora a partir de registros da FACC.

4.2 O ALINHAMENTO DA PRÁTICA INSTITUCIONAL COM A POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL A PARTIR DA DÉCADA DE 80: ASSISTÊNCIA OU ASSISTENCIALISMO?

Em 1985, as organizações da sociedade civil e movimentos populares encampavam uma luta na busca de inovação da assistência social no Brasil, que até então vinha sendo realizada pela Legião Brasileira de Assistência (LBA), fundamentada na filantropia e voluntariado. Os movimentos erguiam bandeiras por uma assistência social enquanto política pública livre das práticas caritativas que se fundamentasse na “inclusão de direitos sociais e, mais especificamente, do direito à

seguridade social, e nela, a garantia à saúde, à assistência e previdência social na Constituição Federal” (GOIÁS, 2000, p. 2).

No âmbito das ações voltadas para infância e adolescência no Brasil, esta fase é marcada pela vigência da Política Nacional do Bem Estar do Menor, ainda com forte influência das práticas correccionais-repressivas do Serviço de Assistência ao Menor – SAM (1942), operacionalizada pela Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Lei n.º 4.513 de 1/12/64), tendo por finalidade prestar assistência à infância, através da internação dos abandonados, carentes e infratores.

No final da década de 70 institui-se um novo Código de Menores (BRASIL, 1979), revisitando o Código de 27, referendado na Doutrina da Situação Irregular, cuja autoridade centra-se na figura do Juiz de Menores, com poderes ilimitados no trato dos meninos em “perigo”. Enquanto isso o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMRR) e a Pastoral da Criança, em nome da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) lideram o movimento pela legitimação da Convenção dos Direitos da Criança (1989) na Constituição Federal e através da legislação específica que reconhecesse crianças e adolescentes enquanto sujeitos de direitos, inaugurando o novo paradigma da Proteção Integral.

Em 1987, enquanto a FACC dava seus primeiros passos no sentido de organizar e operacionalizar uma prática institucional de atenção à infância, o país instituiu a Assembleia Nacional Constituinte, que no ano seguinte promulgava a Constituição Federal, com o Artigo 227, colocando, pela primeira vez na história, crianças e adolescentes na condição de sujeitos de direitos e qualifica a política da Assistência Social como política de Seguridade Social, no Artigo 224. Depois de um hiato de cinco anos, marcados por movimentos, seminários, projetos, emendas e propositivas de estudiosos em 1993, o governo brasileiro faz valer o Artigo 224 sancionado a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

A natureza da prática institucional da FACC, conforme descrição no seu cadastro de pessoa jurídica deveria centrar-se na política da assistência social, uma vez que a mesma está cadastrada enquanto entidade de **atividades de associações de defesa de direitos sociais**, todavia também atuou na educação infantil, dada a alta demanda por conta do número insuficiente ou ausência de escolas para esse segmento ou creches no Estado do Ceará. Segundo Antenor

(2001)³³ o movimento na política educacional no Ceará iniciou-se na década de 90, com o Plano Decenal de Educação para Todos (1994). Fez intervenções comunitárias que hoje são reconhecidas enquanto responsabilidade das políticas da saúde e da segurança alimentar.

Figura 20 – Atividades da Educação Infantil da FACC em um dos núcleos – Déc. 90



Fonte: Acervo fotográfico da FACC.

Através da assessoria técnica e dos recursos advindos do sistema de apadrinhamento³⁴ do Fundo para Crianças³⁵ a organização desenvolveu programas e ações voltadas para a educação infantil, puericultura, acompanhamento nutricional, e assistência às famílias a partir de doações de cestas básicas, de óculos, de material e fardamento escolar, medicação, redes, lençóis, prótese dentária, filtros, cadeiras de rodas, órteses e próteses; fornecimento de recursos

³³ Ex-secretário de educação do Estado do Ceará.

³⁴ Sistema de contribuição voluntária de padrinhos e madrinhas do Brasil e do mundo que repassa o recurso para as organizações parceiras. O ChildFund Brasil – Fundo para Crianças acompanha e monitora estas organizações que trabalham com programas sociais e atendem crianças e famílias em situação de vulnerabilidade social (CHILDFUNDBRASIL, 2014).

³⁵ Fundo Cristão para Crianças, atualmente aboliu da razão social o termo “cristão” para não se confundir com questões religiosas e passou a denominar-se Fundo para Crianças/ChildFund Brasil. Presente no Brasil desde 1966, o Fundo faz parte de uma rede formada pelo ChildFund Internacional em 55 países. No mundo, mais de 15 milhões de crianças, suas famílias e comunidades são beneficiadas sem distinção de crença, raça ou origem por meio da atuação do Fundo nas organizações parceiras. Propõe-se a desenvolver intervenções articuladas e com o envolvimento de doadores, parceiros, governo, famílias, comunidades e sociedade, com a finalidade de promover o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos de crianças, adolescentes e jovens, através da participação ativa desses atores. A proposta de atuação está fundamentada na Política Nacional de Assistência Social (PNAS). (CHILDFUNDBRASIL, 2014)

Dona Margarida, em 2013, reforça o relato acima:

Eu achei muito importante porque foi uma época que eu estava precisando muito, quando cheguei aqui. A ajuda de material de construção para as casas pra mim foi uma grande conquista sim, a gente não tinha condições e eles (referindo-se à organização) ajudaram muito nessa época.

As ações voltadas para a primeira infância, como atendimento em creche e esporte eram realizadas no Centro de Desenvolvimento Infantil (CDI), uma organização não governamental que recebia 30% do total do recurso mensal repassado do Fundo Cristão para a FACC, como forma de complementar o programa de atenção às famílias.

O CDI localizava-se na Rua Capitão Aragão, no outro lado do canal, no “outro Lagamar”, como dizem as famílias. Em virtude dessa divisão territorial da comunidade, decorrente da disputa pelo tráfico de drogas e gangues, muitas famílias referiam não colocar os filhos para atendimento no CDI por temerem atravessar. Atualmente o CDI não mais existe. No último ano foi ocupado, nos dois lados da sede, por famílias que reivindicavam moradia.

Durante as enchentes do riacho do Tauape, a organização realizava ações emergenciais, semelhantes ao serviço da Defesa Civil: abrigava as famílias em galpões, casas alugadas, providenciava alimentos, medicação, roupas, lençóis, redes e demais gêneros.

As organizações conveniadas ao Fundo Cristão não desenvolviam metodologias ou tecnologias sociais próprias. Todas as propostas programáticas seguiam o padrão do financiador. Desse modo, todas as ações e decisões a serem tomadas pelas organizações deveriam estar em consonância com os objetivos e aquiescência do Fundo, inclusive monitorava e continua monitorando a garantia da manutenção dos títulos, certificações e auditoria fiscal e patrimonial anualmente. Desde uma eleição para Diretoria até a utilização do recurso repassado, todas as decisões deveriam ter o aval de um assessor do Fundo; se o mesmo mandasse demitir um funcionário, mesmo contra a decisão da Diretoria e do coordenador da organização, assim deveria ser feito.

Figura 22 – Trecho da ata de reajuste salarial

Ata de numero vinte e cinco a (22) doze do mês de junho de 1989, reuniram-se na sede do projeto Frente de Assistência a Crianças Carentes o Conselho de pais e funcionários para falar sobre os problemas de projetos, programas e outras assuntos. Também foi debatido os salários dos funcionários com seus reajustes. Todos concordaram com os reajustes calculados pelo sindicato. Foi assim decidido a Coordenadora passou a ganhar R\$ 540,00 (quinhentos e quarenta cruzeiros) respectivo a 12 de greve, a monitora R\$ 300,00 (trezentos cruzeiros líquidos) e o Contador o salário e meio. Aqui encerra-se esta reunião as 5:30 (as cinco horas e trinta minutos).

Fonte: Acervo documental da FACC.

No formato desse apadrinhamento ainda vige uma modalidade de transferência de recurso financeiro, mediante certificado de fundo designado, conhecido pelas famílias beneficiárias pela sigla derivada do termo na língua inglesa *designated fund certificate*, ou seja, apenas DFC onde o padrinho ou madrinha envia para seu apadrinhado um valor escolhido a seu critério para “presenteá-lo”.

Os beneficiários são orientados e acompanhados pelas equipes das organizações conveniadas, que se responsabilizam em fazer o repasse do recurso e acompanhar a compra dos bens de escolha dos mesmos, que em seguida têm por obrigação escrever uma carta relatando ao doador qual a finalidade da utilização do valor recebido.

Figura 23 – Fotografia dos objetos adquiridos com recursos de DFC para ser enviada ao financiador e ao padrinho



Fonte: Acervo fotográfico da FACC.

O acompanhamento sistemático das famílias era e continua sendo realizado através de um programa denominado Animador Comunitário³⁷. Este programa ainda existe em muitas organizações conveniadas. Ele assemelha-se às competências desenvolvidas pelo Programa Agentes Comunitários de Saúde, já realiza visitas domiciliares, acompanha o peso e crescimento das crianças, além de estabelecer a comunicação entre a organização e o Fundo Cristão. O programa enfrenta uma crise de participação por parte do voluntarismo da comunidade. Como forma de superação, algumas organizações decidiram incentivar com a realização de passeios e premiações diversas.

Figura 24 – Logomarca do Programa de Voluntariado do Fundo Cristão para Crianças



Fonte: Acervo documental da FACC.

Esse conjunto de ações realizadas pela FACC, nessa cultura institucional perdurou por vinte anos, mesmo com os avanços e mudanças de paradigmas nas políticas públicas, notadamente na Infância e Juventude e na Assistência Social ocorrendo no País.

³⁷ Programa implantado pelo Fundo Cristão para Crianças junto às comunidades, através das organizações conveniadas, semelhante ao Programa da Pastoral do Criança (CNBB), que se constituía através da composição de um grupo de mulheres voluntárias que visitava sistematicamente às famílias apadrinhadas para acompanhar e controlar o peso, cobertura vacinal e crescimento das crianças de 0 a 2 anos de idade.

Quadro 1 – Demonstrativo dos serviços oferecidos pela FACC nos anos 2001 e 2002

Área: Saúde				
Discriminação dos Serviços e atendimentos	Ano 2001		Previsão para 2002	
	Crianças	Adultos	Crianças	Adultos
Assistência Médica				
Assistência Odontológica	280	-	350	25
Vigilância Nutricional	364		400	-
Medicamentos	1572	-		
Acompanhamento à Gestante	01	15		30
Reforma de Moradias				
Construção de moradias				
Consultas Oftalmológicas				
Acompanhamento Especial- psicológico	06	-	10	
Atendimento de Prótese e Órtese (óculos)	67	05	86	10
Construção de coleta de água de chuva				
Construção de açudes				
Construção de barragens				
Oficinas para o animador comunitário				
Área: Educação				
Creche				
Reforço Escolar				
Material escolar	1118		1250	
Uniforme Escolar				
Curso de Iniciação Profissional	60			
Recreação e lazer	400		500	
Vale Transporte	1000		1200	
Mensalidade Escolar				

Fonte: Acervo documental da FACC.

A crença institucional era a de que desse modo poderia contribuir para a melhoria da qualidade de vida das crianças e famílias do Lagamar, o que de fato aconteceu. Muitas famílias beneficiadas tiveram suas condições de moradia melhoradas, houve redução de mortalidade e desnutrição infantil, muitos jovens foram incentivados a estudar.

Por mais de duas décadas, o Fundo Cristão atuou através das organizações conveniadas nas comunidades com proposta programática, linhas de ação e eixos norteadores baseados no assistencialismo e imediatismo. Desse modo também a instituição Frente de Assistência à Criança Carente atuou com esse “ranço” até meados de 2008.

Houve um momento em que essa prática institucional passou a caminhar alienada ou mesmo na “contramão” das reformas do país, isolando-se do cenário das lutas e movimentos coletivos nacionais e locais, isentando-se do papel político, que é pertinente à sociedade civil organizada, através da incidência nas políticas públicas.

4.3 A RECONSTRUÇÃO PROGRAMÁTICA INSTITUCIONAL A PARTIR DO RECONHECIMENTO DAS NOVAS DEMANDAS DOS DIREITOS HUMANOS INFANTOJUVENIS NO SÉC. XXI

No final de 2005, quando cheguei para assumir a coordenação, a FACC contava com uma equipe de vinte e cinco profissionais, nove desse efetivo não tinha vínculo empregatício sem garantias trabalhistas. Desenvolvia as ações nas duas sedes pertencentes à organização. Na sede da Rua Aspirante Mendes aconteciam as jornadas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, em parceria com a Fundação da Criança e Família Cidadã (FUNCI) da Prefeitura Municipal de Fortaleza.

Nas dependências da sede localizada à Rua Carvalho Júnior aconteciam as ações dos Projetos **Educação de Jovens e Adultos "Ler e Escrever: Um Encontro de Prazer"** e **"Criança Tem querer!" Práticas voltadas para a infância** com as seguintes atividades: educação infantil, teatro, judô, artesanato, dança, capoeira, informática, reforço escolar, violão e teclado, coral, flauta, biblioteca, programa Animador Comunitário. No CDI funcionava atendimento odontológico, balé clássico, colônia de férias e creche.

Alguns membros da equipe, inclusive os que ocupavam cargos de coordenação, não concordando com a saída da última coordenadora ou por terem recebido propostas de trabalho melhores, decidiram entregar os cargos. Assim, fez-se necessário, de imediato, substituí-los. Considerei que seria interessante conhecer os profissionais que permaneceram e que dominavam a dinâmica institucional, para assumirem tais cargos. Outra preocupação dizia respeito à questão financeira. Os últimos meses da gestão anterior, somando os altos gastos com festa do dia das crianças e as rescisões trabalhistas, deixaram a organização sem condição financeira para dar continuidade às ações.

A prioridade para 2006 centrava-se na necessidade de intervenção imediata proposta metodológica em todas as áreas, especialmente na educação infantil na Escola Chave do Saber, mantida pela organização. Após intensos diálogos com o corpo docente decidimos realizar mudanças nas atividades propostas, introduzindo novas abordagens, conforme demonstrado no quadro comparativo abaixo:

Quadro 2 – Demonstrativo da educação infantil – 2005 e 2006

Atividades 2005	Atividades 2006
Divulgação das vagas existentes	Matrículas para formação do grupo
Encontros de Sensibilização para formação dos grupos	Planejamento
Encontros Temáticos AUTO-ESTIMA	Reunião com as Famílias
A importância da educação na vida	Elaboração de relatórios
Habilidades e Potencialidades	Datas Comemorativas
Situações de Risco	Higienização (Banho e escovação)
Alfabetizar com afeto	Informática Educativa
Celebrações	Celebração de Aniversariantes
Grupos de Estudo com educadora planejamentos e avaliações	Jardinagem
Visitas Culturais	Atendimento Odontológico
Projetos Pedagógicos IDENTIDADE	Aulas Passeio
Histórias de Vida	Atividades integradoras - Pais e Filhos
Cidadania	Aula Surpresa
Cidade – Espaço de Exclusão ou inclusão	Atividades Terapêuticas
(1) Ler, para que? / (2) Matemática onde uso?	Cozinha Experimental
	Capoeira
	loga

Fonte: Acervo da FACC.

Figura 25 – Atividades da Educação Infantil na FACC – 2005/2006

Fonte: Acervo fotográfico da FACC.

Como forma de aproximar o fazer profissional a LOAS (BRASIL, 1993) ordenamos todos os benefícios, doações etc. num documento que denominamos de Benefícios Eventuais, o qual apresentava critérios mínimos para o exercício anual.

Figura 26 – Documento de benefícios eventuais/2006



Projeto Frente de Assistência à Criança Carente
Rua Carvalho Júnior, 793 Pto XII - Fortaleza/CE
Fone/Fax (85): 3257-5642
E-mail: facc4042@veloxmail.com.br

Benefícios Eventuais/2006

1. **Ajuda de custo para compra de óculos de grau:** Este benefício será concedido para crianças e adolescentes inscritos no Projeto (apadrinhados ou aguardando apadrinhamento) e para a liderança do Projeto, mediante apresentação de receituário de oftalmologistas credenciados pela Rede S.U.S., que necessitem de lentes a partir de 0.75 graus. Mensalmente serão concedidas cinco ajuda de custo, no valor de R\$ 100,00 cada, totalizando R\$ 500,00 mensalmente e R\$ 6.000,00 ao ano.
2. **Ajuda de custo para manutenção ortodôntica:** Este benefício será concedido para crianças e adolescentes inscritos no Projeto (apadrinhados ou aguardando apadrinhamento), em casos de problemática ortodôntica severa, mediante apresentação de receituário de dentistas credenciados pela Rede S.U.S. Mensalmente serão concedidas cinco ajuda de custo, na metade do valor de cada manutenção, devendo a mesma ser, no máximo, de R\$ 30,00 mensal; totalizando R\$ 150,00 mensalmente e R\$ 1.800,00 ao ano. A ajuda será concedida a cada beneficiário durante um (01) ano.
3. **Ajuda de custo para material escolar:** Este benefício será concedido para crianças e adolescentes inscritos no Projeto (apadrinhados ou aguardando apadrinhamento), que se encontram matriculados e frequentando as escolas da Rede de Ensino, mediante apresentação do comprovante da matrícula do corrente ano. Será concedido um kit de acordo com a série a ser cursada.
4. **Ajuda de custo para fardamento:** Este benefício será concedido para crianças e adolescentes inscritos no Projeto (apadrinhados ou aguardando apadrinhamento), que se encontram matriculados e frequentando as escolas da Rede de Ensino, mediante apresentação do comprovante da matrícula do corrente ano, salvo as escolas do município. Será concedida apenas a blusa do uniforme; para o fardamento das escolas particulares será concedida uma ajuda de custo referente a 50% do total para a compra da blusa, mediante apresentação do recibo do estabelecimento escolar.
5. **Ajuda de custo para transporte coletivo:** Este benefício será concedido para fins de tratamento de saúde e/ou outros serviços sociais afins (atendimentos terapêuticos, sociais, etc.), que se fizerem necessários somente para crianças e adolescentes inscritos no Projeto (apadrinhados ou aguardando apadrinhamento), mediante apresentação de documento comprobatório do atendimento/acompanhamento pelo órgão competente. Não será concedida ajuda de custo para transporte coletivo para frequência escolar, salvo no caso de Escola Especial.
6. **Ajuda de custo para medicação:** Este benefício será concedido para crianças e adolescentes inscritos (apadrinhados ou aguardando apadrinhamento) e para a liderança do Projeto, mediante apresentação de receituário de médicos credenciados pela Rede S.U.S. Será dada preferência aos medicamentos genéricos e somente na falta destes, será concedida a medicação dos laboratórios. Não serão concedidas:
 - a) **Medicações que constem na relação de medicamentos do Posto de Saúde do bairro;**
 - b) **Vitaminas para crianças acima de seis anos de idade;**
 - c) **Material descartável (seringas, máscaras, luvas, etc.)**

Fortaleza, 02 de janeiro de 2006

Fonte: Acervo documental da FACC.

Os primeiros meses do ano de 2006 foram desafiadores. Era necessária a realização de eleição para compor nova diretoria, dialogar com as organizações parceiras para a continuidade das ações e avaliar o nível técnico da equipe de trabalho, sem parar o atendimento direto. Ordenamos o conjunto de ações em quatro projetos sociais, correspondentes a grandes áreas, sob a Coordenação da ex-professora da educação infantil Mauricélia Maia e Carlos Zanata, instrutor de informática:

- a) **Nutrição:** Projeto Nutrição e Alimentação – um compromisso com a vida;
- b) **Arte-educação:** Projeto Fazendo Arte;

- c) Educação Infantil: Projeto “É preciso esperança, temperada com ação, é preciso educação”;
- d) Profissionalização: Projeto Juventude e Trabalho – Desafios do novo Milênio.

Após a realização de avaliação do trabalho com funcionários para conhecer potencialidades e desafios no fazer profissional, através da aplicação de questionário aberto, iniciamos o primeiro ciclo de formação profissional da FACC.

A primeira demanda surgida dizia respeito à necessidade de formação profissional, que contemplasse nivelamento conceitual, estudo da legislação infanto-juvenil e ética. Durante esta primeira formação, os trabalhos grupais trouxeram questões e propostas para revisitar o fazer profissional, resumidamente seriam estas:

- a) Necessidade de interação entre famílias e a organização;
- b) Trabalho institucional sem *feedback* da comunidade e dos atendidos;
- c) Profissionais cansados de tentar mudar a “mentalidade” da comunidade;
- d) Baixa remuneração dos profissionais;
- e) Ausência de supervisão pedagógica;
- f) Estrutura inadequada para desenvolver as ações;
- g) Necessidade de formação continuada da equipe;
- h) Necessidade de realização de mais aulas de campo (atividades externas).

Fechando o primeiro ciclo formativo, a equipe deliberou pela necessidade de construção de Proposta Pedagógica Unificada, que servisse de matriz para atuação de todas as áreas. Concomitante a essa ação, iniciamos a introdução de módulo básico nas atividades desenvolvidas, abordando temáticas como cidadania, sexualidade, drogadicção e família, através da contratação de profissionais com reconhecido saber no estado.

Para a demanda de trabalho sistematizado com familiares foi contratada uma profissional do Serviço Social e outro profissional para atuar com o processo educativo junto ao grupo de lideranças.

Contando com parcerias potenciais, iniciou-se a formação profissional de jovens através do curso de serigrafia, sob a coordenação do psicólogo Bruno

Mendonça Rodrigues, na perspectiva de “oferecer capacitação/qualificação profissional, de acordo com as demandas do mercado de trabalho, para jovens e famílias, de sorte a contribuir para a inserção no mundo do trabalho formal ou para prepará-las para adentrar na Rede de Socioeconomia Solidária.” (Projeto **Juventude e Trabalho** - Desafios do novo Milênio).

Conveniamos com a Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, através do recurso da Subvenção Social para Projetos Sociais da Secretaria da Ação Social do Estado, com a apresentação do Projeto “Som da Gente”. Damos início às atividades voltadas para igualdade racial, através de oficinas de percussão.

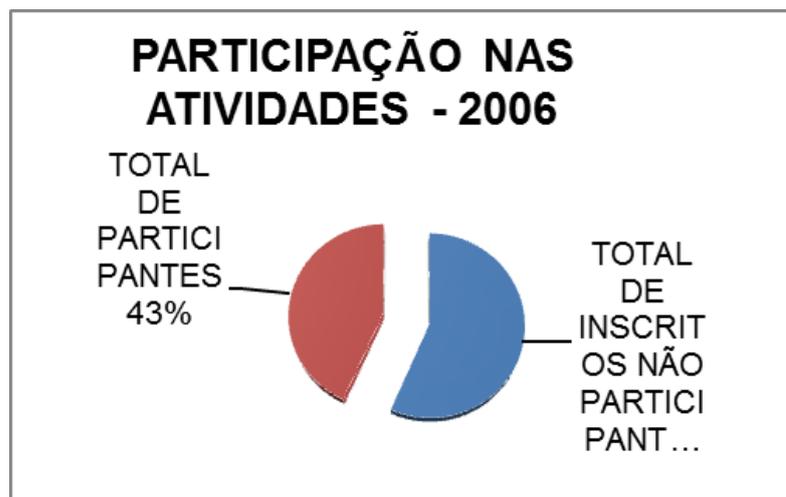
No terceiro trimestre de 2006, implantamos o Programa de Qualificação e Excelência Profissional, ocasião em que realizamos de 07 a 11 de agosto uma capacitação profissional, nas temáticas: Ética Profissional, Estatuto da Criança e do Adolescente, Famílias, Vivências para redução do estresse e Educador X Professor na visão de **Vigostky**, incluindo a realização DRP parcial e elaboração de Planejamento Estratégico Participativo para o último semestre do ano. A culminância deste trabalho foi um passeio de integração para a praia de Morro Branco-CE.

Realizamos o primeiro encontro lúdico e socioeducativo com pais das crianças da educação infantil em setembro acerca da temática: **O Ciclo Vicioso da Violência com foco na Criança**, através da apresentação do teatro de bonecos e debate com a Assistente Social, que na ocasião deu esclarecimentos acerca da Lei Maria da Penha.

A organização passou a integrar a agenda política local, participando nos movimentos com demais organizações. Fez-se presente no Grito dos Excluídos. Em parceria com o Instituto de Revitalização do Trabalho, iniciou o curso de Serigrafia com jovens, na sede da Aspirante Mendes. Foi realizada a primeira colônia de férias na FACC, como forma de atender a uma demanda de um público que não conseguia participar da colônia de férias oferecida no CDI, por temor da travessia.

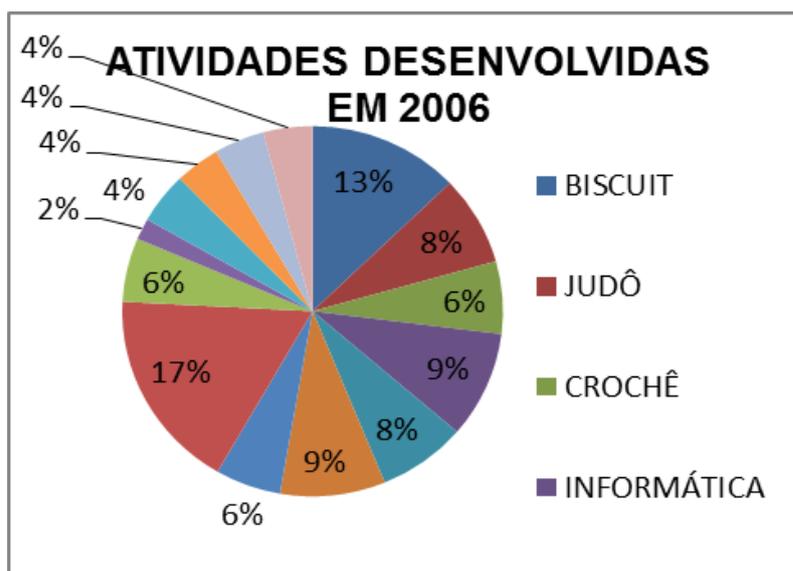
Em outubro de 2006, resolvemos realizar um diagnóstico acerca da participação de crianças e jovens nas atividades propostas pela organização. Do total de 1.406 inscritos no Sistema de Apadrinhamento, 1.076 participam das atividades mencionadas no segundo gráfico.

Gráfico 23 – Participação nas atividades – 2006



Fonte: Acervo da FACC.

Gráfico 24 – Atividades desenvolvidas – 2006



Fonte: Acervo da FACC.

O relatório desse levantamento da situação da participação nas atividades oferecidas interpretava que o percentual encontrado significava um problema que requeria outra pesquisa que auxiliasse na descoberta dos motivos da não adesão por parte das crianças e adolescentes.

No final de 2006, com o intuito de elaborarmos uma proposta interventiva a partir da escuta dos segmentos foi utilizada a metodologia do Diagnóstico Rápido

Participativo (DRP)³⁸, através da criação de uma ferramenta³⁹ simplificada com uma pergunta chave: Qual o seu sonho?

Verdejo (2006, p. 6) define o Diagnóstico Rápido Participativo, como:

[...] um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e a partir daí comecem a auto gerenciar o seu planejamento e desenvolvimento. Desta maneira, os participantes poderão compartilhar experiências e analisar os seus conhecimentos, a fim de melhorar as suas habilidades de planejamento e ação. Embora originariamente tenham sido concebidas para zonas rurais, muitas das técnicas do DRP podem ser utilizadas igualmente em comunidades urbanas.

Neste contexto, a compreensão que se tem de sonho, diz respeito às aspirações e esperanças do porvir, a partir da cotidianidade produzida nas e pelas relações sociais dos sujeitos. O pensamento de Martins (2008) nos aproxima da perspectiva em questão quando afirma que “sonhos são documentos sobre o estado do relacionamento social entre nós e nós mesmos”, embora não tratemos aqui apenas de sonhos produzidos fora da vigília, mas das aspirações, desejos, visões de mundo.

Depois de mais de vinte anos, a partir desse diagnóstico social, a instituição constatou a necessidade de revisitar a prática institucional e comunitária, na perspectiva de atender às novas necessidades e demandas apresentadas no contexto social no qual estão inseridas as crianças, adolescentes, juventudes e suas famílias.

O resultado do diagnóstico revelou, para além das necessidades socioeconômicas, questões de outras dimensões não apenas relacionadas à questão material que se traduzem, principalmente, na baixa expectativa dos grupos geracionais em desenvolvimento (crianças, adolescentes e jovens) comprometendo seus sonhos e projetos de vida. Tal quadro poderia ser facilmente identificado com o que Freire (2000) denomina de “cansaço existencial”.

Um cansaço que não era físico, mas espiritual, que deixava as pessoas por ele assumidas vazias de animo, de esperança e tomadas, sobretudo, do

³⁸ O Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) é uma alternativa de metodologia participativa, que contribui para o conhecimento e a análise da realidade local de acordo com a percepção de cada morador e corresponde a um levantamento em um momento de reflexão e exame das questões de ordem ambientais, sociais, econômicas, políticas e culturais. Desta forma, contribui para a descoberta de potencialidades da comunidade, com intuito de provocar mudanças pela participação, com isso, contribui ao *stat up* das condições necessárias ao desenvolvimento sustentável (VERDEJO, 2006).

³⁹ Não há evidências deste DRP na organização. As perguntas foram respondidas em folhas simples e o relatório foi extraviado juntamente com outras informações do Setor Pedagógico, por ocasião da saída de um funcionário responsável por este Setor.

medo da aventura e do risco. É que a ele, o cansaço, se juntava o que nomeei anestesia histórica (FREIRE, 2000, p. 67).

As respostas registradas no DRP traduziam a perda de crença nos potenciais individuais, e na coletividade. Muitas crianças e jovens mencionaram: “não tenho nenhum sonho”, “nunca pensei nisso”. Alguns dos sonhos registrados por adolescentes, jovens e familiares tratavam de projetos de vida destrutivos, como por exemplo, “ser traficante”, “ser mulher de traficante”, “ter um filho traficante”, revelando, desse modo, que o ideal e padrão de vida desse grupo forjavam-se na ideia de que o mais importante era ser incluído na sociedade do consumo, dando-lhes acesso fácil a bens e serviços ofertados, como o modo viável de torná-lo visível.

Diante de tal constatação, refletiu-se que seria impossível que o trabalho institucional gerasse impacto nesses grupos e comunidade sem considerar que o sonho e a esperança, aspectos primordiais para a saída da naturalidade e busca por transformações dos padrões sociais vivenciados, se encontrassem nessas condições. Assim como Freire (1996, p. 5), o grupo concluiu que também não entendia “a existência humana e a necessária luta para fazê-la melhor, sem esperança e sem sonho”.

A questão estava para além da pobreza material. Outra pobreza evidenciou-se, “[...] pobreza de realização das possibilidades criadas pelo próprio homem para sua libertação das carências que o colocam aquém do possível” (MARTINS, 2008, p. 118).

A partir destes dados, a equipe de trabalho passou a esforçar-se pela busca de alicerce para implantação de uma nova lógica de educação social, que tivesse por base o empoderamento pessoal e comunitário. Era necessária uma proposta que levasse em conta as expressões sociais afloradas nessa sociabilidade humana marcada por profundas desigualdades sociais, por relações frágeis e pela extrema importância do Ter em detrimento do Ser, tal como acredita Freire (1996, p. 8):

É que me acho absolutamente convencido da natureza ética da prática educativa, enquanto prática especificamente humana. É que, por outro lado, nos achamos, ao nível do mundo e não apenas do Brasil, de tal maneira submetidos ao comando da malvadez da ética do mercado, que me parece ser pouco tudo o que façamos na defesa e na prática da ética universal do ser humano.

Essa posição foi assumida durante uma semana de reflexão social e pedagógica, quando a equipe de trabalho (pedagogos, assistente social, gestora,

cozinheira, auxiliar de serviços gerais, estagiários de Serviço Social) resolveu propor o eixo estruturante: **cultura de paz e espiritualidade**, a ser desenvolvido, experimentalmente, em cinco anos, com abertura para reflexão, monitoramento, revisita e reformulação durante o processo de implementação por parte de todos os envolvidos.

Para referendar o trabalho institucional adotou-se o **pensar certo** de Freire (1996), por acreditar-se ser esta a ideal para a tarefa pretendida, no que remete ao empoderamento das crianças e jovens para assumirem-se curiosos, críticos e criativos.

Se se respeita a natureza do ser humano, o ensino dos conteúdos não pode dar-se alheio à formação moral do educando. Educar é substantivamente formar. Divinizar ou diabolizar a tecnologia ou a ciência é uma forma altamente negativa e perigosa de pensar errado. De testemunhar os alunos, às vezes com ares de quem possui a verdade, um rotundo desacerto. Pensar certo, pelo contrário, demanda profundidade e não superficialidade na compreensão e na interpretação dos fatos. Supõe a disponibilidade à revisão dos achados, reconhece não apenas a possibilidade de mudar de opção, de apreciação, mas o direito de fazê-lo. Mas como não há pensar certo à margem de princípios éticos, se mudar é uma possibilidade e um direito, cabe a quem muda - exige o pensar certo - que assuma a mudança operada. Do ponto de vista do pensador, não é possível mudar e fazer de conta que não mudou. É que todo pensar certo é radicalmente coerente (FREIRE, 1996, p. 19).

Pensou-se também que para operacionalizar a proposta deveria fazê-lo de forma ordenada em etapas, construindo ações que partam do particular para o todo – eu, eu e o outro, eu o mundo, tomando por referência a si próprio.

A proposta estruturou-se em ciclos de cinco anos, sendo o primeiro quinquênio compreendido no período de 2007 a 2011 dedicado a adoção de temáticas que facilitassem o processo de formação humana dos grupos atendidos, assim as atividades ((judô, artes plásticas, dança, percussão, contação de história, mediação de leitura, brinquedoteca, grupo de juventude, informática educativa), que antes eram operacionalizadas enquanto fim passaram a ser intermediárias nesse novo modo de fazer. A formação humana passou a ser atividade finalística

Tomou-se uma proposta fomentadora do desenvolvimento humano, buscando estratégias para questionar, refletir e inquietar as crenças, os costumes, a cultura, os bens imateriais, enfim a dimensão espiritual daquele grupo, de modo a contribuir para a formação de gerações, comunidades e atores sociais.

Daí, a necessidade da lógica de espiritualidade e do cuidado (Boff) – de si, do outro e do mundo - enquanto valor, entendendo que não há como cuidar

do outro (relações familiares e comunitárias, amizades, companheirismo, relações afetivas etc.) e do mundo (consciência planetária, sustentabilidade, solidariedade social, globalização, ecologia, meio ambiente etc.), sem antes cuidar de si (autoestima, autorespeito, entusiasmo, auto sustentabilidade etc.)⁴⁰.

A proposta fundamenta a grade programática (projetos sociais, atendimento, serviços, assessoria e defesa dos direitos) praticada pela instituição, que passou a ser concebida enquanto espaço educativo, sendo importante elemento na busca da implementação da proposta, que em todos os compartimentos e principalmente através de todos os trabalhadores buscar esforçar-se manter harmonia ensejando a Cultura de Paz pretendida.

Portanto, a instituição precisa ser legitimada enquanto a “Casa da Paz”. Mais importante do que o espaço são as pessoas que intervêm e se envolvem diretamente com os segmentos atendidos, pensando nisso e na relevância do nivelamento conceitual e teórico desses profissionais, a instituição resolveu atuar através de práticas de cuidados, que mais tarde veio a ser sistematizada num Programa Cuidando do Cuidador:

A ONG Frente de Assistência à Criança Carente – FACC compreende que numa seara de trabalho social onde o sucesso das suas ações, são indivíduos e grupos societários, formados humanamente, socialmente e espiritualmente falando, com aquisição de uma cultura de paz, amparada no ideal de justiça social, que represente um contrassenso na cultura ocidental capitalista em que vivemos o fator da mais alta relevância para este êxito reside nas pessoas que operacionalizam este processo. [...]

Entendemos que cuidar das pessoas, principalmente, permitindo-lhes a oportunidade de reflexão e retroalimentação, na construção de uma práxis, balizada por referenciais teóricos, significa não apenas prepará-las para o exercício profissional, mas contribuir, também para sua formação humana e sua capacidade de resiliência e de superação de seus desafios pessoais e profissionais⁴¹.

A perspectiva da implantação dessa proposta é que os indivíduos e grupos sociais envolvidos rompam com a lógica da exclusão, da vulnerabilidade e reforce a ideia de soberania popular, através da sua participação e incidência em políticas públicas, enquanto forma de promover uma Cultura de Paz, balizada nos princípios da justiça social, evocando equidade, tolerância, respeito às diversidades, solidariedade social e cidadania.

⁴⁰ Trecho retirado do documento Tecnologia Social Juventude Mediando Juventude da FACC, 2013, p. 5.

⁴¹ Trecho do Programa Cuidando do Cuidador da FACC, 2013, p. 2.

A construção dessa proposta socioeducativa foi compreendida pela instituição enquanto um desafio que prescindia da experiência científica, encontrando ressonância no pensamento de Linhares (2010, p. 267), colocado a seguir:

Vamos, desse modo, pensar elementos para a educação como prática social emancipadora e como devir espiritual das gentes? Situarmos essa questão ante a crise de paradigmas que temos hoje, conduz-nos a uma nova compreensão da diretriz espiritual como a que conduz os povos em sua evolução. [...] assim é que tomando-se esse ser espiritual que se educa como multidimensional, a diretriz afetivo-moral direcionando as outras dimensões do ser, parece que deveremos nos aperceber que, dialeticamente, fica posto o desafio de construirmos uma formação que comporte a reflexão espiritual do ser que se educa.

5 A PROPOSTA DE SOCIOEDUCAÇÃO ADOTADA PELA FACC E SEUS IMPACTOS NOS PADRÕES DE SOCIABILIDADE DE CRIANÇAS E JOVENS MORADORES DA COMUNIDADE DO LAGAMAR

5.1 CONHECENDO OS DILEMAS E ADVERSIDADES ENFRENTADAS NO COTIDIANO DAS CRIANÇAS E JOVENS ATENDIDOS PELA FACC

A pesquisa documental, imagética e as falas dos entrevistados revelaram que o levantamento da situação socioeconômica das famílias atendidas, das condições de desenvolvimento das crianças, no que remete à situação educacional e à saúde sempre esteve presente no modo de fazer da organização. O que se evidencia, a partir da implantação da proposta freireana, é a mudança de foco dos processos avaliativos, que deixa de ser unicamente voltada para a pesquisa quantitativa e passa a considerar as questões e elementos voltados para a qualidade e resultados dos trabalhos realizados na socioeducação.

Passa a ser, também, uma nova preocupação, a busca não apenas de desvelar o perfil socioeconômico dos grupos assistidos, mas de tentar compreender as aspirações, os desejos e sonhos que acalentam os projetos de vida das crianças e jovens em meio ao cenário social em que vivem, com todas as implicações e potencialidades comunitárias já dispostas nos capítulos anteriores.

Em todos os processos avaliativos pesquisados, são recorrentes as questões trazidas pelos infantes no que remete às crises e disfunções familiares, às violências presentes na comunidade e o desencontro de interesses entre elas e suas escolas.

Daí a compreensão de um episódio ocorrido na FACC, que discorro:

Uma criança por volta de sete anos chega à organização durante o período de férias, ocasião em que os educadores estão ausentes. Senta-se num banquinho no *hall* de entrada e lá fica balançando as perninhas, com um olhar distante. Quando saio da minha sala deparo-me com esta cena. Aproximo-me da criança e pergunto seu nome, sua idade e quem lhe trouxe até a FACC. Após responder as duas primeiras questões, informa que ninguém lhe trouxe: “eu vim sozinha, eu sei o caminho”. Ela acrescenta que faz atividade na organização. Explico-lhe, então, que no momento não estamos tendo atendimento, pois aguardamos o retorno dos educadores. Acrescento que ela tem que retornar para

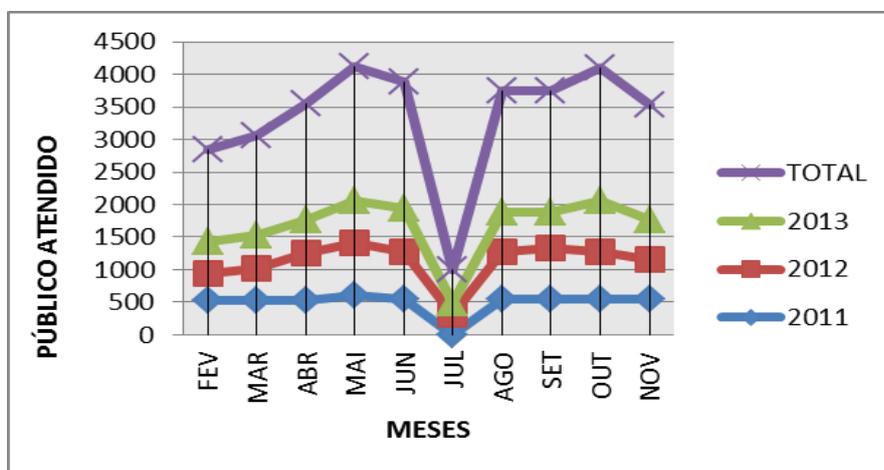
casa e solicito o contato de um responsável para vir buscá-la. A resposta que ela me dá me desconcerta: “Tia, eu não quero ir prá casa. Quero ficar aqui na FACC, porque aqui é a **Casa da Paz**”.

Por causa dessa conversa inusitada, levada ao conhecimento da equipe durante a formação, resolvemos fazer um revezamento, para realizarmos ações que preencham o período de férias. Foi desse modo que se criou a ação: **Arte nas Férias**.

Numa série de três anos de exercício das atividades de socioeducação da FACC, detectei a seguinte situação, abaixo representada: O movimento em forma de “pássaro com asas abertas” mostra o quantitativo atendido por mês nos três anos. Os picos de atendimento em todos os anos analisados dizem respeito aos meses de maio e outubro, enquanto há uma queda na frequência nos meses de junho e novembro.

Esse movimento tem relação com as atividades escolares. As baixas no atendimento correspondem aos meses que se aproximam das avaliações semestrais, ocasião em que os pais colocam os filhos em reforço escolar. No ano de 2011 não aconteciam atividades nas férias.

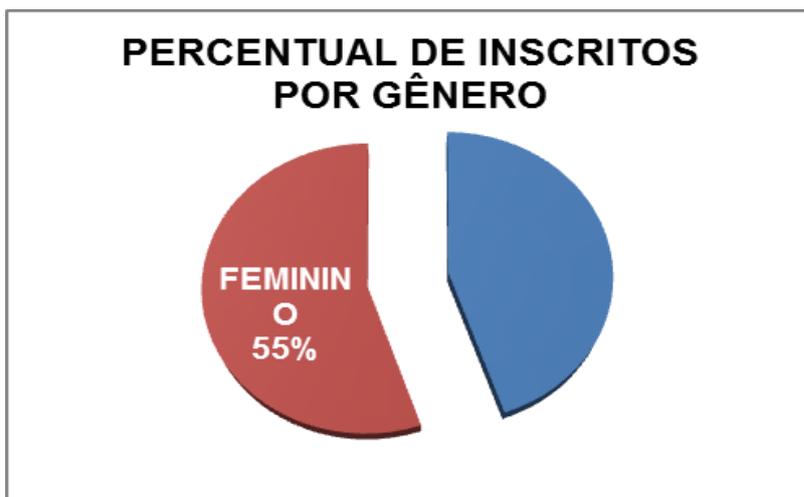
Gráfico 25 – Levantamento programático de 2011 a 2013



Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir dos relatórios quantitativos da FACC.

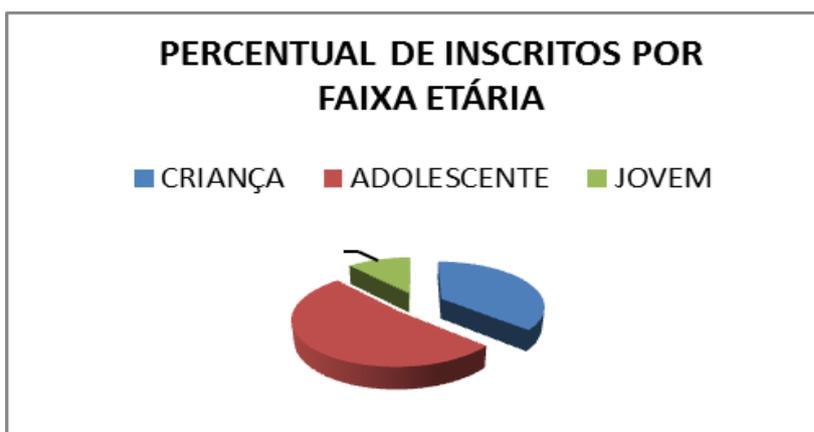
Todos os anos a organização realiza um levantamento para atender à exigência de verificação e apresentação de evidências acerca da participação das crianças e jovens aos doadores (padrinhos e madrinhas), este trabalho denomina-se *Progress Report* (PR)/Relatório do Progresso. Com esse levantamento foi possível traçar o seguinte perfil dos atendidos, a partir da análise de uma amostragem de 10% dos pouco mais de novecentos inscritos:

Gráfico 26 – Percentual de inscritos por gênero



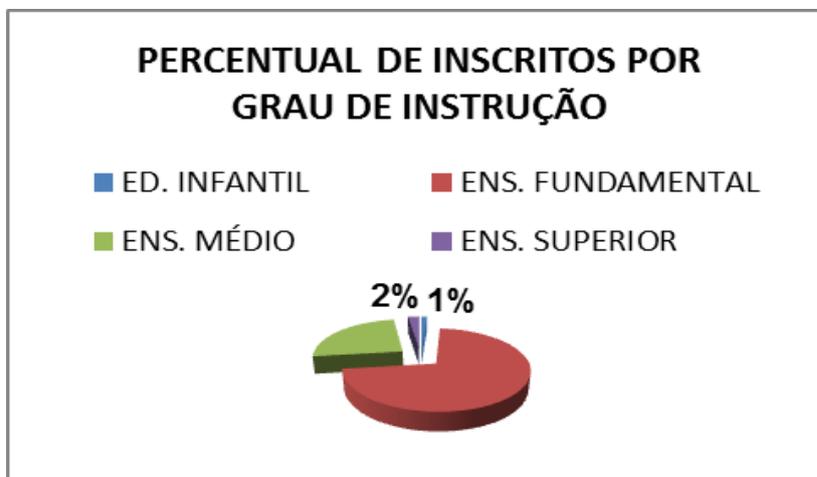
Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir dos PR's 2014.

Gráfico 27 – Percentual de inscritos por faixa etária



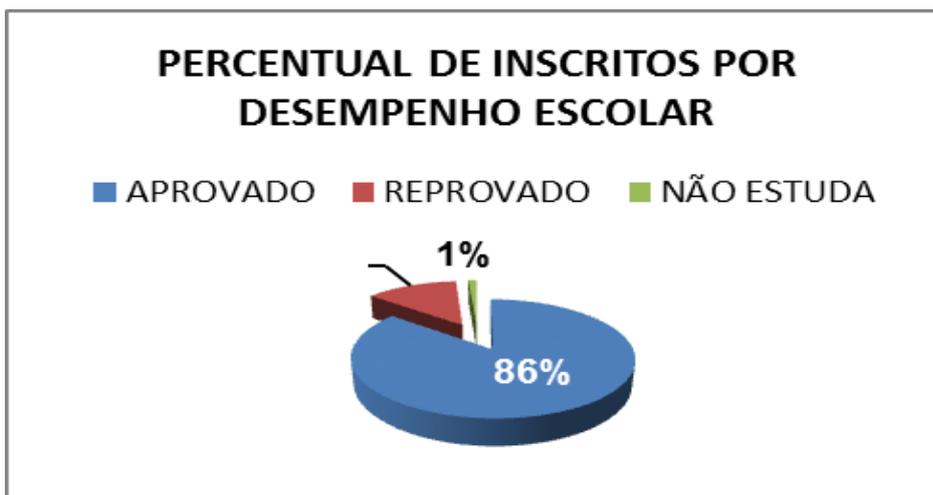
Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir dos PR's 2014.

Gráfico 28 – Percentual de inscritos por grau de instrução



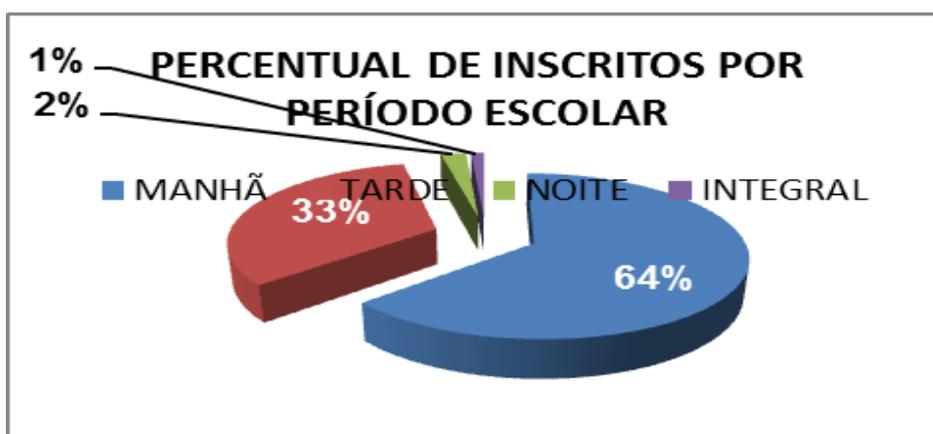
Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir dos PR's 2014.

Gráfico 29 – Percentual de inscritos por desempenho escolar



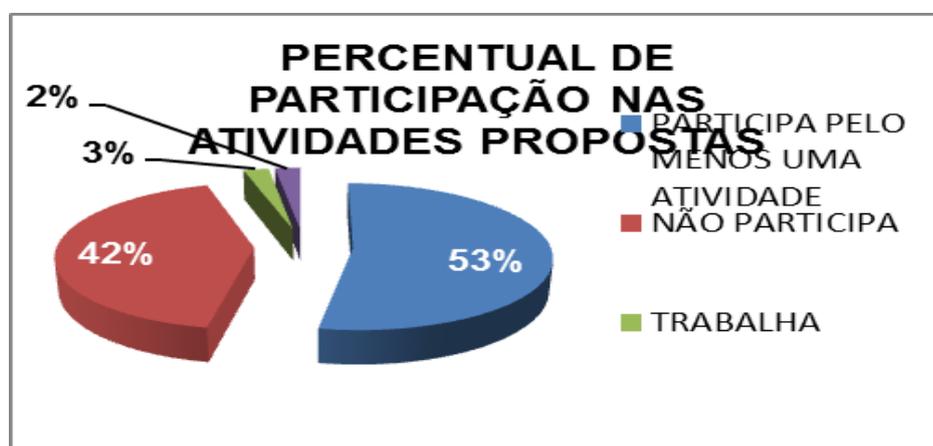
Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir dos PR's 2014.

Gráfico 30 – Percentual de inscritos por período escolar



Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir dos PR's 2014.

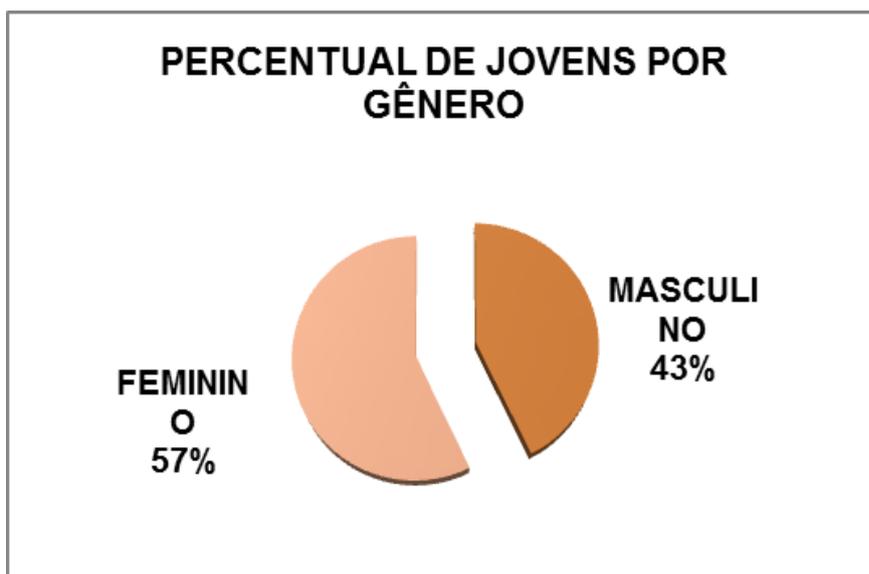
Gráfico 31 – Percentual de participação



Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir dos PR's 2014.

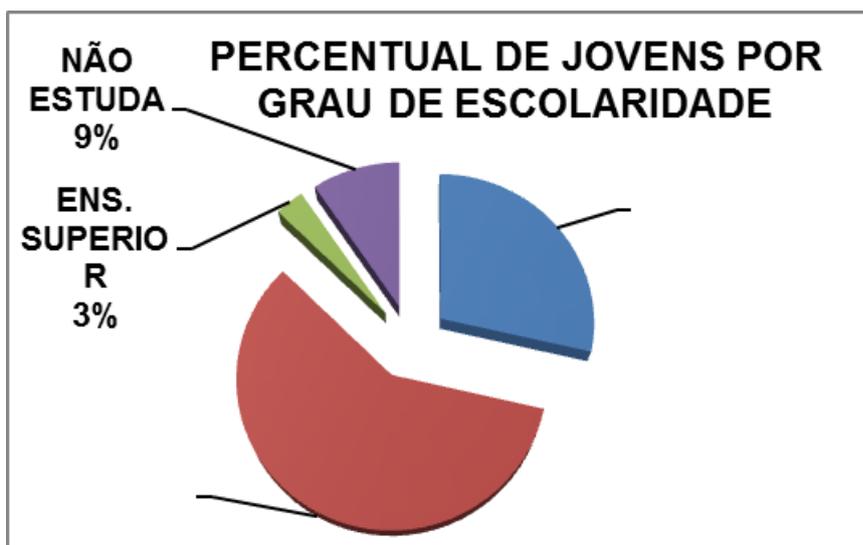
Analisando os dados dos adolescentes e jovens, na faixa etária entre doze e vinte e um anos, que foram atendidos durante o ano de 2012 pelo Projeto Movimentos de Juventude, que compõem o Grupo Juventude Positiva, foi possível traçar o seguinte perfil:

Gráfico 32 – Percentual de jovens por gênero

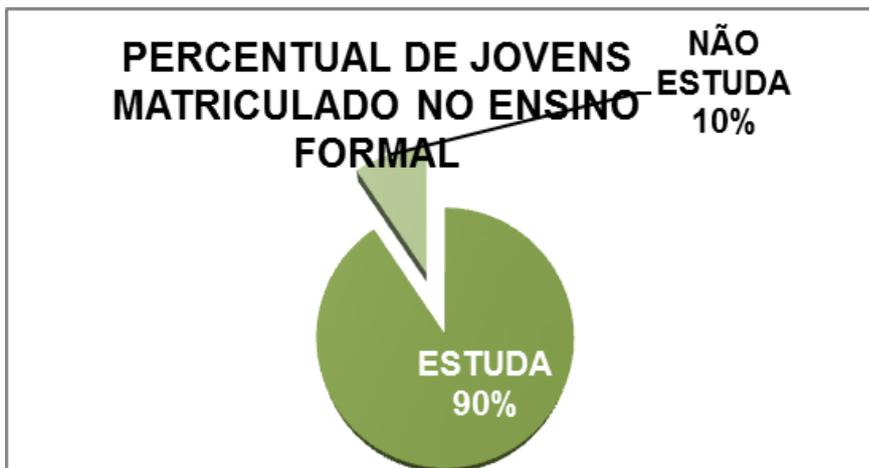


Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir dos PR's 2014.

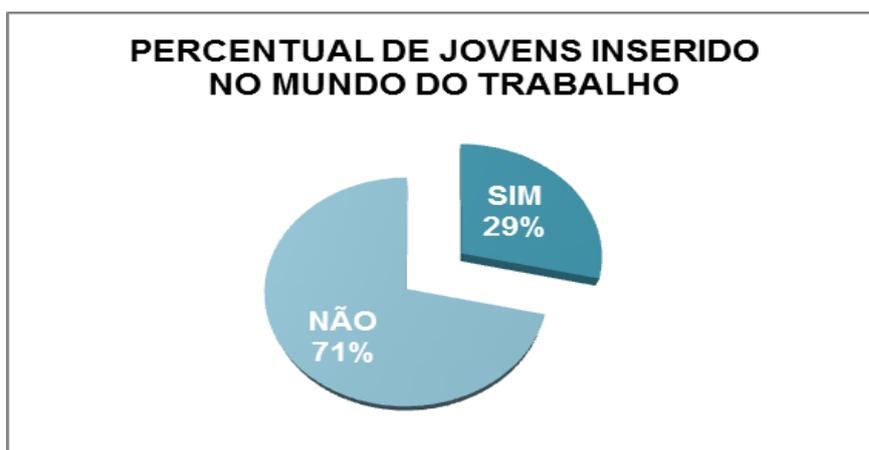
Gráfico 33 – Percentual de jovens por escolaridade



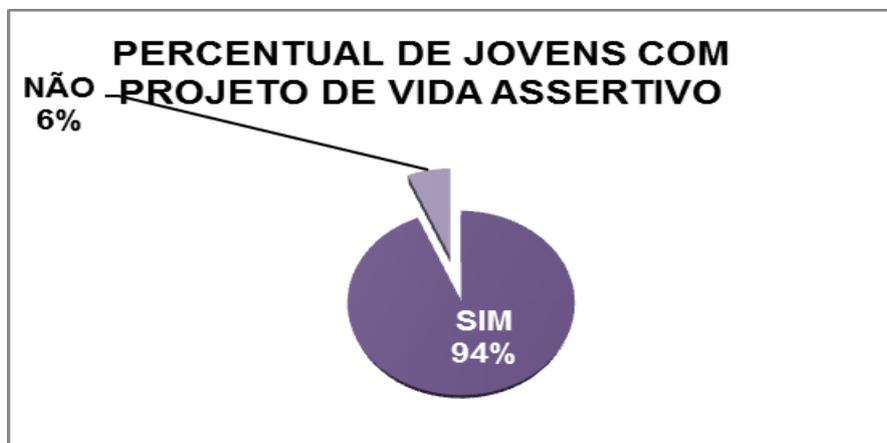
Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir dos PR's 2014.

Gráfico 34 – Percentual de jovens no ensino formal

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir dos PR's 2014.

Gráfico 35 – Percentual de jovens no mundo do trabalho

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir dos PR's 2014.

Gráfico 36 – Percentual de jovens com projeto de vida assertivo

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir dos dados do Projeto Movimentos de Juventude.

No relacionado ao último gráfico, entende-se por projeto de vida assertivo, aquelas aspirações, intenções ou atitudes firmes tomadas pelos jovens que apontam a perspectiva de futuro numa trajetória positiva e de construção. Por exemplo, se um jovem abandonou a escola, está envolvido com tráfico ou com uso de substâncias psicoativas, ou qualquer outra prática ilícita, ou estagnou na vida, ou, ainda, caso refira não ter aspirações, “nunca pensei sobre isso”, considera-se que ele não tem um projeto de vida assertivo.

Num levantamento feito em três anos de DRP's foi possível detectar mudanças nas respostas para aspectos positivos a partir do ano de 2009, dois anos após a implantação da proposta freireana, aliada à Cultura de Paz.

As mudanças mais relevantes são as que dizem respeito à autoavaliação. As crianças e jovens demonstram maior **satisfação neles próprios**, o que nos aponta que o trabalho voltado para o empoderamento e resiliência na perspectiva da melhoria da autoestima obteve êxito num prazo de dois anos de atenção ininterrupta, com no mínimo 80% de frequência mensal.

No referente ao **relacionamento familiar**, também nota-se com menor expressão, uma melhoria, embora ainda seja notória a dificuldade de diálogo e de entendimento quando se tratam de adolescentes/jovens. No caso das crianças houve muitas respostas positivas, como “gosto de passear com minha família”, “amo minha família”, embora tenham surgido muitas respostas que mencionam os desentendimentos e confrontos entre familiares: “Eu não gosto quando meu pai e meu irmão brigam”, “eu não gosto quando eles brigam e meu pai bate em minha mãe”. Entre os adolescentes/jovens há muitas respostas que denotam uma considerável melhoria na questão da colaboração. Uma parte significativa mencionou colaborar com os afazeres domésticos, como encher garrafas, lavar a louça, ajudar com os irmãos menores etc.

No que remete ao olhar das meninas e meninos acerca da sua **comunidade**, foram apresentados aspectos positivos em relação às amigas, as brincadeiras nas ruas e negativos, as brigas, o som alto, o trânsito e as drogas: “Não gosto de brigas na rua”; “Não gosto dos carros, por que não respeita as pessoas”; “Das pessoas fumando drogas”. Uma experiência interessante acerca dessa avaliação dos aspectos positivos e negativos da comunidade diz respeito ao Projeto

Olhares em Foco (metodologia *photovoice*)⁴² que aconteceu no ano de 2012, envolvendo trinta adolescentes da FACC. Através da imagem meninas e meninos revelaram seu olhar acerca da sua comunidade, familiares e si próprios.

O diferencial da aplicação da metodologia no Lagamar deu-se por conta dos jovens já terem uma formação cidadã e terem questionado determinados aspectos metodológicos do Projeto na presença do seu idealizador. A proposta inicial dizia respeito aos jovens capturarem imagens dos aspectos negativos da comunidade e somente na comunidade. Os jovens não aceitaram o formato e fizeram uma contraproposta de fotografarem aspectos considerados por eles positivos, e também que deveriam sair para além dos “muros” da comunidade, indo a lugares da cidade que tivessem relevância para a proposta.

Uma outra mudança proposta e aceita foi que as fotografias que deveriam apresentar descrição acerca do objeto fotografado, puderiam receber um poema, frase ou similar que traduzisse o sentimento e olhar de quem fotografou. Vejamos o exemplo abaixo:

Figura 27 – Fotografia do Projeto Olhares em Foco



Fonte: Acervo da FACC.

⁴² O projeto consiste em oficinas de fotografia nas quais são trabalhados três aspectos: autobiografia, família e comunidade. Durante dois meses aproximadamente, os participantes do Olhares em Foco fotografam o próprio entorno e saem também para trabalhos de campo. Nas aulas o professor estimula os alunos a terem um olhar crítico sobre o que fotografam, além é claro, de serem ensinadas técnicas de fotografia (CHILD FUND BRASIL, 2014).

Na avaliação que fizeram das fotografias que tiraram há muito o que se analisar, como não cabem todos os textos avaliativos neste trabalho, escolhi alguns trechos (com extrema dificuldade) para ilustrar o nível de sensibilidade e visão de mundo que esse processo formativo, a partir da proposta freiriana, provocou nestas meninas e meninos:

Essa é a foto de um senhor que mora na nossa comunidade faz um tempão. Um senhor que vive as dificuldades do nosso bairro, mas mesmo assim tem orgulho da sua idade, de morar no bairro e de tudo que ele já passou aqui. Imagina quanta coisa ele deve ter para nos dizer, quanta coisa ele deve ter visto? Pelo jeito dele, pelo modo que está, ele passa uma força e uma coragem muito grande na fotografia e é disso que nossa comunidade precisa, de pessoas guerreiras que nem ele. Eu pensava: “Meu Deus, que homem feliz!” Isso me chamou bastante atenção. Quero mostrar que não existem apenas pessoas ruins e que gostam de fazer o mal, mas que existe pessoas boas e que sentem orgulho da comunidade em que vivem (Camille Barros, 14 anos).

Um dia cheguei da escola e estava com a câmera do curso na bolsa, então sentei ao lado da minha avó e fiquei falando pra ela sobre o curso e falei: Vó, a gente tem que tirar foto de família e perguntei se ela queria uma foto comigo, ela quis e eu fotografei. Uma semana depois que tirei essa foto, minha vizinha faleceu e decidi homenageá-la. A cena eu nem pensei muito pra fazer, foi foto de momento e deu muito certo. Ela é muito importante pra mim porque ela é minha maior representação de família. Uma mulher que veio do interior casou cedo, teve oito filhos, adotou nove e soube se dividir em mil para cuidar de todos e cuidou tão bem que ainda quis cuidar dos netos e bisnetos. Ela é meu exemplo de família e de amor. O que pensei na hora de fotografar é que queria aproveitar a câmera e fotografar a minha princesa (Evellyn Cavalcante, 16 anos).

Aquela árvore representou pra mim o quanto as pessoas não valorizam as coisas boas que tem na nossa comunidade. Muitas vezes nós seres humanos não sabemos valorizar as coisas boas que tem por perto da gente. Sempre que eu vejo uma árvore antiga que não é bem cuidada, eu me pergunto: O que leva uma pessoa a fazer isso? Se fosse uma coisa que não fosse pro bem dela tudo bem, mas uma coisa que vai fazer bem pra ela vai ajudar a nossa comunidade. As pessoas precisam valorizar mais a natureza que ainda existe na nossa comunidade, não só da comunidade mais também do mundo (Letícia, 15 anos).

Essa foto mostra a exclusão de alguns membros da sociedade. Mostra o sofrimento e a solidão que ele passa. Com essa fotografia quis impactar as pessoas com a situação deste homem e de tantas outras pessoas que vivem sem teto (Matheus Ferreira, 18 anos).

A nossa intenção é retratar o modo de viver da nossa comunidade, mostrando para os nossos visitantes que não tem só violência. A câmera foi um meio muito importante na mudança dos nossos próprios olhares, para a nossa comunidade, passamos a registrar momentos simples e bonitos que às vezes passavam despercebidos. Que essa exposição possa transmitir a realidade das pessoas que vivem no Lagamar (Diana Melo, 17 anos).

5.2 HÁ AVANÇOS A RECONHECER NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA FREIREANA ADOTADA PELA FACC?

Para mensurar os avanços percebidos a partir da implementação da proposta socioeducativa freireana apoiada na Cultura de Paz experimentada pela FACC, considerei que seria relevante fazê-lo a partir da coleta de depoimentos feitos espontaneamente ou dirigidos com jovens egressos dos programas e projetos sociais da organização. Neste sentido, a Coordenadora Pedagógica, juntamente com o educador de juventude submeteram alguns critérios que considerei serem interessantes para o certame.

Primeiramente tomou-se o cuidado para não fazer a escuta apenas dos que considerávamos que estavam bem encaminhados nos seus projetos de vida, precisávamos ouvir também quem estagnou ou quem não conseguiu obter êxito nesse sentido. Consideramos os não exitosos aqueles que se envolveram com tráfico de drogas, que foram presos, as jovens que engravidaram indesejadamente e por isso pararam seus projetos, dentre outras situações. O processo de escuta deveria ser feito com dez entrevistados, mas na busca dos mesmos nos deparamos com um óbito e duas prisões, dos casos considerados não exitosos.

Um dos jovens escolhidos nesse rol dos que não obtiveram êxito, foi assassinado no dia em que os educadores iam entrevistá-lo. Ele estava com envolvimento com o tráfico e teve a vida ceifada repentinamente. Foi um garoto que recebeu assistência da FACC desde tenra idade, ainda na escolinha de educação infantil e permaneceu nas ações até o início da juventude, quando se afastou. A morte desse jovem, coincidentemente no dia em que seria entrevistado, causou-nos um misto de pesar, incômodo e impotência. Esses sentimentos nos espreitam por diversas vezes nesse nosso permear pedagógico, às vezes o sentimento que reverbera na alma é o de que somos pequenos **Davi(s)** contra um monstro, que, muitas vezes, parece-nos muito mais ameaçador do que **Golias**. Isso nos traz, ainda, mais uma certeza: a de que no fazer pedagógico, quando se tem comprometimento, não há espaço para neutralidade.

Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra. Não posso estar no mundo de luvas nas mãos constatando apenas. A acomodação em mim é apenas caminho para a inserção, que implica decisão, escolha, intervenção na realidade. Há perguntas a serem feitas insistentemente por todos nós e que nos fazem ver a impossibilidade de

estudar por estudar. De estudar descomprometidamente como se misteriosamente, de repente, nada tivéssemos que ver com o mundo, um lá fora e distante mundo, alheado de nós e nós dele (FREIRE, 1996, p. 46).

Detectei que no grupo de juventude que passou pela proposta de forma sistemática, dos sessenta e três apenas quatro não conseguiram encaminhar projetos de vida positivos, dentre tais duas jovens que estão envolvidas com prostituição e drogas, inclusive enquanto “mulas⁴³”.

Os depoimentos espontâneos e por perguntas dirigidas gravadas em audiovisual ou pela escrita das/os jovens servirão de documentário a fim de serem utilizados pela organização por ocasião da construção do histórico institucional.

Para realizar o presente estudo, considereirei a análise dos elementos da pesquisa a partir de eixos temáticos, de modo a apresentar os aspectos relevantes a serem considerados nesta intenção:

- a) Eixo temático 1: Quem sou? De modo a conhecer aspectos da subjetividade e dinâmica familiar dos sujeitos a quem está direcionada a proposta;
- b) Eixo temático 2: Como chegou à organização? Conhecer as condições em que chegou e quais razões lhe trouxe a vir participar das atividades programáticas da FACC;
- c) Eixo temático 3: Se conhece a proposta freiriana aliada à cultura de paz executada pela FACC? Conhecer se os atendidos estão esclarecidos acerca dessa proposta e o que conseguiram apreender para seu cotidiano;
- d) Eixo temático 4: Quais seus projetos de vida e se reconhecem a influência da proposta da organização nestas escolhas? Conhecer quais são suas aspirações, sonhos e perspectivas para a construção da sua vida pessoal, profissional e saber se há reconhecimento por parte dos atendidos acerca dessa contribuição da organização e em que aspecto isso se materializa ou não na vida dos mesmos;

No relacionado ao primeiro eixo temático creio que a análise dos dados quantitativos feita anteriormente constitui parte da consolidação do primeiro eixo

⁴³ Quando falamos em tráfico de drogas, o termo “mula” se refere ao indivíduo que, conscientemente ou não, transporta droga em seu corpo, geralmente para outros países. Em casos mais extremos, em orifícios, ou mesmo por meio da ingestão da droga, encapsulada ou em forma de pacotes, embrulhada com plásticos.

temático, no que concerne ao reconhecimento do perfil do público atendido. Este segundo aspecto a ser analisado traz a autoavaliação enquanto elemento importante nesse reconhecimento, vez que a proposta sociopedagógica institucional, fundada a partir da possibilidade de se autonomizar os sujeitos, incorpora o seguinte aspecto do pensamento de Freire (1996, p. 31):

O fato de me perceber no mundo, com o mundo e com os outros me põe numa posição em face do mundo que não é de quem nada tem a ver com ele. Afinal, minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também há história.

Vejamos como se reconhecem os sujeitos entrevistados:

Meu nome é fulano, eu tenho 19 anos, moro do Lagamar. Eu já sou mãe e minha filha tem três anos e engravidar aos 15 anos foi muito complicado por que eu faltava muito ao colégio por causa do pré-natal e quando foi pra ter ela eu tive que tirar licença de cinco meses. Tirei até notas baixas, coisas que eu não tirava notas baixas e quando foi pra recuperar foi muito difícil, mas ai eu consegui. Foi logo quando eu passei para o primeiro ano, minha mãe ficava com ela e eu ia para o colégio; ai eu terminei os estudos (Entrevistado 1).

Meu nome é Cicrano e tenho 21 anos e vou falar um pouco da minha vida. Assim que eu nasci, já com três meses eu tive um pequeno problema de saúde, tive uma infecção. Foi muito difícil, os meus pais fizeram uma correria para saber o que era, e descobriram que foi uma babá que tinha aqui em casa que me deu uma papinha vencida e eu tive que fazer uma operação (cirurgia) urgentemente. Os médicos me “dando como morto” e meu pai teve que fazer uma promessa lá naquele cantinho lá, né? (referindo-se à tradição religiosa de Canindé) [...]. Enfim, graças a Deus deu tudo certo. Eu quando eu era criança eu sempre fui danado. Muitas pessoas falavam que era doido da cabeça, até no colégio a diretora mandou bater um eletro. Minha mãe foi lá e deu que eu não era maluco. Minha mãe foi lá na diretora: o meu filho não é maluco! O seu filho tem muita energia, tem que gastar energia. Na minha infância aqui na minha rua eu tive muitos amigos e uns partiram para o lado das drogas e outros partiram pro lado de escola e hoje já está bem de vida, muitos amigos meus morreram (Entrevistado 2).

Meu nome é Beltrano tenho 19 anos. Bem minha infância não foi um mar de rosas, por que afinal de contas sou um garoto de periferia, nasci na periferia, fui criado na periferia e se Deus quiser e também pelo meu gosto vou terminar na periferia. A minha vida sempre foi aqui, aqui é o meu lugar e onde quer que eu esteja sempre vou carregar no meu peito. Muita gente ver a periferia com uma favela, um lugar de marginais, “drogueiros”, pessoas de mar fé, mas não é assim! A mídia só mostra esse lado, mas por trás tem coisas muito boas, tem pessoas humildes, têm pessoas trabalhadoras, pessoas de bem com a vida, que gosta de viver. Apesar de não ter condições financeiras muito boas, a minha infância foi a melhor infância do mundo! Certo que eu tive momentos de dificuldade tanto no lugar que eu moro quanto na escola, isso por causa da minha cor, por que quando eu fui para outros lugares vivi momentos de preconceito, mas isso

não me abalou nem um pouco, sempre tive do meu lado minha mãe que é um exemplo de vida para mim, uma pessoa guerreira, batalhadora e que sozinha criou eu e meus irmãos. E sempre carrego no meu peito essa pessoa que é minha mãe, um exemplo de sempre querer o melhor. Fui um garoto que brinquei muito na minha infância, brinquei de bola, brinquei de pião, de arraia, correr no meio da rua, foi uma infância maravilhosa, não tenho o que reclamar (Entrevistado 3).

Meu nome é Cicrano 2 e tenho 20 anos, sou evangélico, meus pais nasceram de família pobres, mas estão construindo um belo futuro para mim. Quero falar sobre minha infância. Minha vida toda eu morei no Lagamar e fiz muitos amigos. Falar um pouco da minha adolescência, eu não pensava que iria chegar tão longe, no meu colégio eu só fazia brincar e não queria saber de estudo e pensava que a vida era como flores que tudo iria ficar bem e sempre iria depender dos meus pais (Entrevistado 4).

Meu nome é Fulana 2 tenho 19 anos. [...] Na minha infância eu não pensava em muita coisa, pensava só em brincar [...] Sempre fui moleca, brincalhona e sempre queria ser como os professores, mas tudo se resumia mesmo em brincar. A minha adolescência foi mais difícil por que quando eu fiquei adolescente eu comecei a ver que as coisas não eram só brincadeira, começaram a vir responsabilidades, problemas, problemas com famílias, uma delas foi com o meu irmão que começou a usar drogas e eu vi todo sofrimento. A minha mãe, o meu pai que era alcoólatra e por causa disso eu sempre via meu pais brigando dentro de casa e ficava sem saber o que fazer (Entrevistado 5).

Meu nome é Fulana 3, eu tenho 21 anos e estou estudante de Serviço Social. Minha infância sempre foi baseada nas doutrinas dos dogmas cristãos por que minha família toda é evangélica, então a minha família sempre teve presente na minha infância, minha família e minha igreja. A gente brincava muito no meio da rua, era aqui no bairro, no Lagamar, as coisas que eu mais me lembro era de está no meio da rua correndo, brincando de pega-pega, de esconde- esconde, dessas coisas mesmo de criança; de ficar de noite no meio da rua brincando disso e indo para igreja, o que eu mais me lembro são essas coisas. E outras coisas que eu me lembro é que minha mãe trabalhava de confeitaria e salgadeira num *buffet* de confeitaria e ela chegava muito tarde. E quando eu tinha cinco anos eu só dormia quando ela chegava [...] o que eu me lembro até os meus 12 anos de idade era basicamente isso, de participar de conjunto, de cantar, de ir para reunião das crianças e essas coisas. Já no período da minha adolescência eu comecei a viver outras coisas, querer crescer e querer conhecer outras coisas. [...] A Fulana (a entrevistada) é uma pessoa que está ainda se construindo neste processo de inovação, de ampliação de um novo olhar por quer mais [...] eu acredito que a gente deve estar sempre mudando [...], mas hoje, é uma pessoa que realmente busca entender como o mundo se estrutura e como é que a gente enquanto ser, não só individual, mas coletivo pode não só ajudando, mas propiciando para que essas pessoas possam entender que existem direitos e que esses direitos eram pra ser garantidos, mas o estado que era para promover é que também transgride, que viola esses direitos (Entrevistado 6).

Fulano 2, tenho 18 anos, a minha infância não foi diferente de ninguém que mora numa comunidade carente. A gente viveu com dificuldades, com todas as problemáticas já existentes nessas comunidades: drogas, violências. Quando eu entrei na minha adolescência, um monte de amigos meus estavam começando a entrar no mundo do tráfico, no mundo das drogas; muitos deles hoje estão mortos; outros estão vivendo nesta problemática e estão inseridos no mundo do tráfico, muitas vezes como traficantes, outros

como usuários mesmo; Eu sou um cara calmo, passivo, alegre e introvertido (Entrevistado 7).

Uma característica sempre presente nos depoimentos é o reconhecimento do seu local, sua comunidade, alguns com pertencimento, outros com dificuldades de aceitação, mas todos se reconhecem enquanto juventude periférica. Outro fator a ser considerado diz respeito à autoanálise, no reconhecimento de suas potencialidades e limitações, a partir do resgate de suas memórias de infância e adolescência. Um dado relevante neste aspecto é que normalmente as pessoas apresentam resistências em falar de si próprias, mas isso não se deu com os jovens entrevistados. Elas e eles conseguiram se colocar com muita naturalidade.

No referente à análise do segundo eixo, que versa sobre a chegada das e dos jovens na organização, considere importante conhecer porque a partir do entendimento das intenções e circunstâncias que os levaram a ingressar nos programas da organização, posso compreender quais eram suas expectativas. Para a proposta isto tem importância, uma vez que não se pode pensar em estruturar uma abordagem educativa voltada para autonomização dos sujeitos, para seu empoderamento, sem considerar suas expectativas, e reconhecer o que esse sujeito já traz com ele. Vejamos em quais situações chegou o público entrevistado:

A minha infância no "Projeto" quando eu tinha três anos, era na escola; eu me lembro de pouca coisa, era a parte dos colegas. [...] Eu fiquei na FACC até os 14 anos; eu saí por que eu não queria mais fazer os cursos, por que os cursos que eu queria não tinham lá (Entrevistado 1).

E com três anos de idade já fui pra FACC , fui para a creche (referindo à escola de educação infantil) e lá eu aprendi muitas coisas. [...] Eu fiz judô, fiz capoeira, fiz teatro, isso com quase cinco anos já, isso foi a minha infância e fiz muita coisa lá (Entrevistado 2).

O seu filho tem muita energia, tem que gastar energia. Ele tem que fazer esporte, dança, teatro, natação. Então minha mãe opinou pra ir lá pro FACC (Entrevistado 3).

E entre esse espaço da minha infância e adolescência encontrei uma segunda casa, e encontrei amor, carinho, encontrei uma família. Pela dádiva de Deus acabei encontrando a FACC (Entrevistado 4).

A minha mãe, o meu pai que era alcoólatra e por causa disso eu sempre via meu pai brigando dentro de casa e ficava sem saber o que fazer. Então a minha ocupação era a FACC (Entrevistado 5).

[...] foi que a minha irmã participava aqui na FACC no grupo focal de leitura e depois eu vim pra cá pra fazer aula de violão, aí começou o meu interesse

por contar história já que a minha irmã também contava e eu entrei também no grupo focal.

Quando começou o grupo de juventude eu não participava por que eu ajudava o meu avô na bodega que ele tinha, mas ai eu ficava pedindo às vezes pra sair um pouco mais cedo da bodega pra eu poder participar do grupo de juventude por que era onde tinha as discussões mais políticas, onde tinha o espetáculo REFLEXUS que eu queria estar por dentro por que eu achava que era legal e já que eu participava do grupo focal eu queria está também inserida no JUPOS já que era um grupo mais sobre discussão política. Eu sempre me interessei por essas coisas (Entrevistado 6).

Quando eu entrei na minha adolescência, um monte de amigos meus estavam começando a entrar no mundo do tráfico, no mundo das drogas; muitos deles hoje estão mortos; outros estão vivendo nesta problemática e estão inseridos no mundo do tráfico, muitas vezes como traficantes, outros como usuários mesmo; e foi nesta parte da minha adolescência que a FACC entrou na minha vida, nesta transição entre minha infância e a minha adolescência, ela sempre esteve presente (Entrevistado 7).

Pelos depoimentos, nota-se que dos sete entrevistados, quatro chegaram à organização durante a infância, e também quatro referem ter buscado a organização como forma de encontrar apoio para seus dilemas pessoais, familiares e comunitários. O ponto comum entre todos diz respeito à atratividade das atividades propostas. O que revela que a estratégia da proposta organizacional em transformar a arte-educação em atividade-meio, (“prato de doce”) para a partir dessa conquista realizar a formação humana e cidadã enquanto atividade-fim obteve êxito.

Lembrando que as atividades de arte-educação propostas pela organização tomaram por referencial as demandas advindas das crianças, adolescentes e jovens colocadas por ocasião da realização dos processos avaliativos.

Quando propus a análise da contribuição da organização na vida de meninas e meninos do Lagamar através do eixo temático que os questiona acerca da propriedade que elas e eles têm da proposta, passei a perguntar a mim mesma se a proposta de educação voltada para as classes populares proposta por Paulo Freire, que reconhece o empoderamento dos sujeitos pelo apelo à suas consciências e criticidade para partindo desse ponto lançarem-se à construção ou reconstrução de novos horizontes, não seria na sua essência uma proposta de educação para uma cultura de paz. Penso que sim, pois para Freire (2000, p. 74) pensar a paz jamais poderia ser desvinculado da justiça social:

Temo hoje que algum ou alguns ou também algumas das inquietas ou inquietos, com justiça, revoltados intelectuais que me procuraram na época, façam parte agora dos que se deixaram domesticar pela sonoridade de certo discurso neoliberal. Dos que acham que afinal a história é assim, a vida é assim: os competentes manejam as coisas e lucram e criam riqueza

que, de certa forma, quando o momento chegar, será mais ou menos distribuída. O discurso sobre e em favor da justiça social já não tem sentido e se continuamos a fazê-la na “nova história” estaremos obstaculizando o processo natural em que os capazes fazem e refazem o mundo.

Tratando cultura de paz sob as bases que se apoiam o trabalho institucional quando reconhece que fomentar uma cultura pacífica significa considerar todos os indivíduos que compõem o todo social enquanto sujeitos de direitos. Direitos à coletividade, à cidade, aos patrimônios materiais e imateriais, inclusive os culturais, hoje tão distantes das classes populares.

Saber se os educandos conhecem e conseguem materializá-la a proposta, ainda que de forma fragmentada, no seu cotidiano parece-me ser o cerne dessa questão. De nada adianta a organização conceber uma proposta e tentar aplicá-la se não conta com a adesão, aceitação e compromisso de educandos e educadores. Isto porque a intervenção educativa proposta pretende-se enquanto proposta interventiva política e ética.

A raiz mais profunda da politicidade da educação se acha na educabilidade mesma do ser humano, que se funda na sua natureza inacabada e da qual se tornou consciente. Inacabado, histórico, necessariamente o ser humano se faria um ser ético, um ser de opção, de decisão. Um ser ligado a interesses e em relação aos quais tanto pode manter-se fiel à eticidade quanto pode transgredi-la. É exatamente porque nos tornamos éticos que se criou para nós a probabilidade, como afirmei antes, de violar a ética. Para que a educação fosse neutra era preciso que não houvesse discordância nenhuma entre as pessoas com relação aos modos de vida individual e social, com relação ao estilo político a ser posto em prática, aos valores a serem encarnados (FREIRE, 1996, p. 69).

Vejamos a partir dos depoimentos quais são as impressões e apreensões que os jovens têm dessa proposta:

Eu me lembro de que teve esses temas, mas eu não me lembro de como foi, o que me lembro é que tinha muitas palestras e as que eu me lembro de lá era de palestra de artesanatos, de violência, eu me lembro de umas de anticoncepcional que o Fernando passava pra gente, ele mostrou um pouco sobre drogas... (Entrevistado 1).

Falar da juventude (JUPOS), muitas coisas boas lá eu aprendi. Agradeço ao Fernando (educador), aquele baixinho lá que me ajudou muito. Eu cheguei na juventude (grupo) muito tímido, e quando eu comecei a fazer teatro e dança, eu fui evoluindo. Eu tenho muito que agradecer a juventude porque aprendi muito sobre política. Eu era um garoto meio que bruto, eu fiquei mais manso. Era muito legal quando a gente ia pras ruas fazer teatro nas ruas, era no centro da cidade, quando tinha palestra, eu aprendi muito. O esporte também me ajudou muito. Sobre as virtudes, teve um tema que o Fernando (educador) trabalhou sobre os pais. Eu era um menino muito

danado, eu era agressivo, era muito respondão mesmo e na rua brigava muito com quem tivesse. Houve um tema sobre os pais; eu pensei muito dentro de casa, foi até no tempo que aqui em casa estava meio difícil, aí eu fui melhorando graça a Deus. Não respondia muito meu pai, nem minha mãe, tentei ficar mais calmo (Entrevistado 2).

A FACC foi um lugar maravilhoso. A educação que minha mãe me deu e o que eu recebi da FACC, juntando tudo e hoje sou o garoto que sou! E na FACC encontrei amigos, uma segunda mãe, um segundo pai, irmãos, primos, tudo, uma família maravilhosa... Eu aprendi muito, eu aprendi a me tornar a pessoa que hoje eu sou: um cidadão de bem, uma pessoa educada. A FACC é tudo de bom. Lá fiz muitos cursos: capoeira que eu amo demais e nunca esqueci; judô, e aprendi literatura, tive professor de artes plásticas, tive professor de história [...] tive muitas coisas que me fizeram bem para minha vida e que me tornou o cidadão de bem que sou. Sou muito grato por tudo.

Cultura de paz para mim é convivência, convivência com a humanidade, creio eu se eu não tivesse conhecido a FACC eu não seria a pessoa que sou hoje, eu acho que seria muito diferente, como muitos jovens da minha comunidade e crianças que hoje eu vejo vendendo drogas e traficando. Das virtudes que me chamou mais atenção, foi tolerância, convivência com a humanidade.

A FACC me ajudou muito, me ajudou a ser a pessoa que eu sou, me ajudou a crescer, crescer eu digo não no tamanho, crescer no pensamento, crescer nas atitudes, crescer na pessoa que eu sou: um cidadão de bem, um cidadão de caráter e é isso que eu sou (Entrevistado 3).

Quando criança eu participei da instituição FACC. Participei do judô gostei muito e tive oportunidade de crescer com eles e me ajudou muito, tanto na minha vida pessoal, como me interessando pelo esporte, pelas pessoas; ajudando-me a construir meu caráter, me ajudando a ser uma pessoa ética, uma pessoa sem preconceitos, que não faz distinção de raça (Entrevistado 4).

[...] Eu que tinha que construir a minha vida e uma parte desta construção da minha vida eu devo a FACC por que aqui eu conheci pessoas que me apoiaram. Eu participei do judô, eu participei da juventude positiva que reunia os jovens para falar de varias coisas e a ensinar como ser ético, a como se comportar. Isso não ajudou só a mim como ajudou jovens que estavam em casa sem fazer nada. Eles vinham e aprendiam a fazer alguma coisa. Faziam peças (teatro) e eu me impressionava com a capacidade que eles tinham. Eu olhava para eles e pensava: isso ai não tem futuro de nada e vi que aqui é um lugar que pode ser um lugar onde pessoas podem aprender muitas coisas (Entrevistado 5).

[...] Então a minha ocupação era a FACC. Lá era o meu porto seguro, lá era o meu chão, lá era minha vida, era meu tudo. Participei de vários cursos: teatro de bonecos, dança, judô, juventude positiva e contação de história. E lá o que chama mais atenção é a juventude positiva por que sempre antes de começar as atividades a gente entrava numa roda de conversa e sempre se falava em racismo, prostituição, drogas e lá tinha as virtudes que sempre se discutia, e lá a gente aprendeu a ser uma pessoa melhor, a gente procurava trazer aqueles amigos que ficaram perdidos pra dentro da FACC pra poder discutir sobre uma vida melhor e não só eu como os meus amigos aprenderam muito. Eu por exemplo cresci bastante lá, e se alguém perguntar sobre minha vida a pessoa que eu sou hoje eu tenho que agradecer muito a FACC, por que lá eu aprendi a ser uma pessoa melhor, a ser educada, a amar o próximo e eu acho que se não fosse a FACC, não só eu, como outros adolescentes estariam perdidos no mundo das drogas, bebendo, se prostituindo por que na lá davam várias oportunidades para

gente. No momento que eu estava na instituição eu ocupava a minha cabeça e trabalhava com crianças. O que aprendi eu passava para outras crianças e isso foi fundamental e em momento algum eu deixei me levar por outros amigos.

Resumindo: a FACC é a nossa vida (Entrevistado 6).

[...] eu achava que era legal e já que eu participava do grupo focal eu queria está também inserida no JUPOS já que era um grupo mais sobre discussão política. Eu sempre me interessei por essas coisas. Então foi no Juventude Positiva que eu vim despertar mais para política mesmo, mais para demandas da sociedade e perceber que nem tudo que eu conhecia era do jeito que era. Tipo assim tinha uma outra dimensão e que eu precisava prestar mais atenção e tirar alguns estigmas que eu criei por causa da igreja e por causa da minha família mais conservadora e foi na FACC que eu consegui ampliar o meu olhar. [...] A minha juventude de 14 anos a 17 anos foi na igreja e na FACC praticamente toda a minha adolescência. E aos meus 17 anos quando eu acabei o ensino médio foi que apareceu a oportunidade de eu me inserir nos conselhos de direitos que foi o Conselho Estadual dos Direitos de Criança e Adolescente (CEDCA) que a Mônica me chamou por achar que eu deveria estar participando e por ver que dentro dos espaços de debate eu me colocava, fazia algumas falas que eram bem pertinentes, então ele me convidou. Com 18 anos eu assumi o meu primeiro colegiado no CEDCA e foi ai que eu percebi o que eu queria fazer da minha vida.

A partir do momento que eu entrei pra FACC foi que eu abri e ampliei o meu olhar de mundo, foi que realmente eu despertei para o que eu queria [...] eu passei a ser a educadora do espaço de leitura, eu que cuidava do espaço de leitura, fazia mediação, eu comecei como uma adolescente que só contava história, que era parte de um grupo, pra ser a educadora. [...] É muito gratificante por que eu aprendi aquilo que a FACC pode me propiciar e consegui replicar para outras crianças. Hoje eu posso ver a Leticia contando historias, o Davi muito cheia de orgulho; meus olhos se enchem de lágrimas quando eu vejo eles contando histórias e ver que eles também estão passando pelo que eu passei, só que eles estão deste pequenininhos, já eu entrei na FACC já era com 14 ,15 anos. Eles estão podendo ter essa vivência desde pequenos, que pra mim é de grande importância.

O que a FACC pode me proporcionar enquanto cultura de paz foi o aparato mais teórico, não só o conservador e religioso que a igreja trazia, mas também complementando que não é só desse jeito, mas também é uma teoria que pode ser boa para todo mundo e que ela deve sim ser propagada, a cultura de paz. Eu acho ela muito essencial e para o nosso trabalho ela é de extrema importância, por que esses meninos normalmente aprendem a se conformar como a vida é aqui na comunidade; que aqui eles morrem; que é assim mesmo; todo dia vai morrer mesmo; se envolve por que é isso mesmo não tem outra coisa pra acontecer e vai sempre neste ciclo se alimentar; tipo as meãs já foram alimentadas com isso; e as mães vão alimentando os filhos e os filhos vão começando a replicar isso e é sempre essa bola de neve. O que a FACC traz com essa promoção da cultura de paz é que mude, e que eles possam perceber que não é isso e que existem virtudes sim, que existe pessoas que pensam nelas sim, que pensam que podem sim ter um futuro e que elas podem ser protagonista disso. E com a cultura de paz a gente simplesmente tenta fazer o contra ponto do que é colocado dentro da nossa comunidade, onde a FACC está inserida e por mais que ela seja pequena, consegue tomar uma grande proporção e ter referência na comunidade; das pessoas saberem que lá podem contar com pessoas que pensam nelas; que pensam que elas possam mudar, mas não que elas possam mudar, tipo assim: eu, Fulana, como educadora de dança vou mudar a vida do meu aluno, do meu educando, mas não é isso. O que a FACC tenta mostrar com a cultura de paz é que existe outra perspectiva de mundo, que por mais que o mundo

esteja bem bagunçado existem virtudes e existem pessoas que pensam nestas virtudes enquanto cultura; mesmo por que não é cultural da gente esse jeitinho brasileiro? A gente tem que implantar a paz, implantar as virtudes enquanto cultura para que possa dar um embasamento forte nas nossas outras políticas por que o que a gente mais ver é corrupção, as pessoas não se importando, um egoísmo muito forte de só pensar em si, e com tudo isso as pessoas só pensam em dinheiro, só pensam em trabalhar; as relações são muito efêmeras, são muito passageiras, não sabem mas que existem virtudes (Entrevistado 7).

Busquei conhecer, ainda, o resultado dessa formação humana na vida dos atendidos, questionando-os acerca dos seus sonhos e projetos de vida. Afinal durante toda vigência da proposta, a instituição introduziu a temática dos sonhos, desejos de felicidades e projetos de vida para crianças, adolescentes e jovens, inquirindo-os anualmente.

Esse aspecto a ser avaliado passa a ter alta relevância porque partindo do DRP, que podemos considerar de marco zero da revisita programática institucional, o desafio-chave que se apresentava era “mexer” com esta estrutura, no tocante às condições humanas e sociais, como forma de propor uma espécie de reprogramação nos padrões de sociabilidade dos grupos envolvidos.

Se a juventude estava apresentando altos índices de envolvimento com atividades ilícitas, desinteresse pela educação formal, dificuldades extremas nas suas relações afetivas, com suas famílias ou até em não pensar em construir novas famílias por não acreditarem num mundo possível de significados e de esperança, revisitar intenções, desejos, sonhos, aspirações e projetos de vida, parece-me ser como fechar um momento cíclico desta análise.

Faculdade, eu ainda não fiz, mas eu pretendo fazer. Têm três coisas, eu ainda não escolhi. Eu queria fazer Direito, queria fazer Engenharia Civil ou então Administração. Eu já queria estar fazendo o cursinho, mas eu não consegui fazer por que eu não tenho dinheiro, e eu acho que esse negócio do FIES é uma enrolação [...]

O meu sonho é que eu arrume um trabalho bom que eu possa pagar o meu curso e que eu possa colocar a minha filha no colégio que ela não estuda ainda, é o meu maior sonho que vive me pedindo pra ir pro colégio e não posso levar por que eu não tenho como pagar. E eu sonho em fazer um curso técnico (Entrevistado 1).

Espero um dia ser campeão sul-americano, mundial (*muay thai*) e daqui a dez anos ter uma casa boa, dar uma casa pra minha mãe. Eu digo pra ela que um dia vou dar uma boa vida pra ela, que ela vai parar de trabalhar e meu pai também. E vou mandar ela para o interior, pois ela gosta muito.

É eu fiz ate a oitava série. Eu nunca fui de estudo, eu priorizei muito o trabalho, sempre desde pequeno ajudei meu pai na borracharia, desde meus cinco anos de idade. Agora eu tenho vinte e um e venho ajudando na

borracharia. E sobre faculdade, eu não vou fazer faculdade, por que eu não tenho estudo completo e tal (Entrevistado 2).

Eu tenho vários sonhos, sonho para mim é muita coisa, quando eu era criança eu sonhava em ser bombeiro, em ser doutor, em ser ator, agora eu tenho outro sonho, sonho de ter minha família de ser pai. E o sonho de querer mudar o mundo; mudar o mundo como? Não eu sozinho. Mas começa por você mesmo, se você mesmo começa a ser diferente, tiver atos diferentes que possam vim trazer melhorias pra você para outras pessoas, e que outra pessoa possa ver isso em você e querer tentar fazer a mesma coisa, imitar; se você é uma pessoa boa, faz atos bons e outras pessoas tentarem fazer isso; serem mais amigas, mais unidas. Assim muda o mundo. Assim eu acho que o mundo vai mais pra frente. Um mundo sem drogas, sem violência, assim o mundo fica melhor.

Estou trabalhando, tenho minha carreira profissional e quero crescer cada vez mais e essa foi minha história de vida. Quero continuar estudando e ser Odontologista (Entrevistado 3).

[...] Eu sabia que agora eu tinha que estudar e tentei fazer minha faculdade. Foi bastante complicado por que apesar de sempre ter estudado pouco eu sempre quis conseguir algo mais acima do que eu esperava e tentei fazer o vestibular. Eu tentei seis vezes e graças a Deus na sétima vez eu consegui e mesmo assim eu pensava que iria ser fácil, é fácil, mas não tanto. [...] E eu pensava que a vida iria ser bastante fácil, mas depois quando eu percebi que eu tinha que construir meu próprio futuro e que não podia depender dos meus pais para sempre, Infelizmente pais não são para sempre. Eu que tinha que construir a minha vida

Bem eu quero ser um futuro contador, na verdade eu quero continuar minha vida acadêmica, ser mestre, ser doutor e me colocar na carreira publica ser um auditor fiscal ou da receita federal para que eu possa trabalhar em bancos e na minha vida religiosa quero ser professor da escola dominical que é usando parte da minha vida religiosa ajudando outras pessoas (Entrevistado 4).

O que eu penso para o meu futuro, eu não sei ainda, por que está tudo muito difícil; a gente ver tanta violência; pai matando filho é filho matando pai; homem esfaqueando mulher; é droga; tráfico e eu não sei nem distinguir o que realmente eu quero pra mim. Quando criança eu sonhava em ser modelo, mas nas situações vividas na adolescência (e não foi nada fácil e nem está sendo) me fizeram desistir disso (Entrevistado 5).

Antes eu tinha várias aspirações: eu queria fazer pedagogia por gostar de crianças; eu queria fazer fisioterapia, mas era tudo muito no plano ideológico, nada ao certo. Foi no momento que eu conheci a Mônica e entendi o que era o Serviço Social, eu me identifiquei com a profissão. Praticamente o meu futuro foi pensado no momento que vivenciei essa experiência na FACC, eu quis ter aspirações ainda maiores e foi ao conhecer a Mônica e como é a atuação do Serviço Social com o que ele se compromete que eu decidi que eu queria fazer Serviço Social, então eu me dediquei aos estudos e fui atrás de um cursinho. Fiz um cursinho de um mês e fiz a prova da UECE. Eu já tinha feito uma vez sem nem ter estudado só por fazer e não passei. Como eu decidi que era aquilo mesmo que eu queria então eu fiz em 2013.1 e passei. Entrei na UECE e realmente vi que era aquilo mesmo que eu queria, vi que era aquilo mesmo que eu desejava para a minha vida.

Eu quero atuar enquanto assistente social na área da assistência social na proteção especial dentro dos centros educacionais e a minha monografia ia ser voltada para isso. [...] Mas eu queria que fosse sobre a FACC, sobre o papel das ONG's e a importância que elas têm na inserção política da juventude. [...] Por que a minha inserção foi através disso aí. Foi a influência

dentro do conselho de direitos, dentro das conferências, que a maioria dos adolescentes, dos jovens que participam politicamente do dialogo nas conferências querendo reivindicar seus direitos é através das ONG's. Foi aí que eu pude ter uma dimensão, tipo assim: "MEU DEUS É ISSO QUE EU QUERO FAZER!"... Academicamente falando o meu trabalho tem sido voltado para isso, qual é o papel nesta participação de política de criança e adolescentes e aí fazendo recorte na FACC foi que eu pude ter uma vivência maior [...] me inserir no conselho municipal de juventude, participar do meu segundo colegiado no conselho estadual, ir para Brasília participar da conferência nacional, construir a conferência estadual de direitos de crianças e adolescentes, fazer a conferência magna dentro da conferências regionais aqui dentro do estado do Ceará, e a coisa mais relevante era ter participado do Fórum Mundial dos Direitos Humanos que aconteceu ano passado, poder tanto levar a FACC e mostrar como era essa experiência com a juventude, mostrar o espetáculo Reflexus que já é uma referência internacional, que a gente já foi até para Guatemala, mesmo que em vídeo. E ganhar esse referencial para poder ir sozinha, já que o espetáculo todinho não pode ir, (que foi uma pena). Poder representá-los foi muito bom. E ainda participar de uma mesa como conferencista que era também pra falar das ONG's fazendo esse recorte na FACC e como foi importante essa ação política, sendo a pessoa não só falando, não especulando, mas sendo a pessoa que vivenciou isso e que pode hoje falar um pouco disso aí. [...] (Entrevistado 6).

O que eu quero para o meu futuro, acredito com a ajuda da FACC tive oportunidade e ter contato com diversas áreas, como Jornalismo, Serviço Social, e até mesmo Pedagogia, entre outros. A FACC de certa forma nos ajudou nos mostrando e nos direcionando para alguns pontos. Todos nós que passamos por aqui sabemos que a educação é um ponto primordial para que a gente possa pensar nos nossos sonhos e nossos desejos. Hoje em dia pretendo fazer minha faculdade, uma pós graduação. A FACC sempre nos orientou a buscar uma área que sempre nos agradasse, tanto na parte financeira como na parte que eu gostasse; não adianta de nada eu fazer uma coisa que me renda bons frutos, mas que eu vou passar o resto da minha vida de certa forma infeliz. Eu acredito que trabalhar o que a gente gosta muitas vezes vale, não apenas pelo valor material, mas também pelo valor sentimental. Eu acredito que o valor material fique para trás, e que outros valores a gente possa dar importância. Quanto ao que eu vou fazer e o que eu quero ser ainda tenho muito tempo para decidir, muito tempo entre aspas eu tenho cinco, seis ou sete anos para decidir (Entrevistado 7).

Todas as respostas que foram dadas a esse questionamento tão difícil que foi feito a essas meninas e meninos moradores de uma das maiores favelas de Fortaleza, traz nas entrelinhas o forte desejo de não conformidade com suas condições sociais. São reveladoras de uma força que vem sendo alimentada cotidianamente em meio a tantas adversidades vividas. Para quem não conhece a realidade vivida nos becos da comunidade do Lagamar, podem parecer respostas simples para quem se é jovem. Mas a juventude de que trata este trabalho é aquela que teve muitos dos seus direitos negados, que não teve as mesmas condições e oportunidades de preparação e escolha de quem vive uma vida plena de possibilidades, de proteção e de tempo para crescer e tornar-se.

Essa juventude de que trata este trabalho dissertativo pertence aquele setor da sociedade que está excluída de iguais condições e direitos. São pessoas que mesmo com pouca idade precisa assumir o papel do mediador do conflito, do responsável pela família, do cuidar de si mesmo, do “braço direito” que sustenta. Alguns desde cedo já são arrimo de família e muitos outros são os que sustentam e interferem positivamente na harmonia do lar, que apaziguam os confrontos corporais dos entes queridos. Essa juventude é aquela que ver morrer seus colegas de sala de aula, vizinhos, amigos de infância e familiares ceifados pelo abandono ou pela ineficácia das políticas públicas para esse setor da sociedade.

No Lagamar, além da FACC, CUFA Lagamar, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMRR) e Fundação Marcos de Bruin não há outra organização com interesse voltado para infância e juventude. O Poder Público ainda não chegou para este público. É necessária muita esperança e crença de que a mudança é possível para que eles consigam tal feito, que no meu modo de ver, caracteriza-se enquanto heroísmo, não se deixar à deriva de tanta interferência negativa.

Para ilustrar o quanto esses jovens têm a capacidade de contribuir para as mudanças sociais que acreditam trouxe o depoimento espontâneo feito nas redes sociais por uma jovem que compôs o Grupo Juventude Positiva, e que não se encontra no mesmo contexto social da maioria dos atendidos:

Não, eu não ligo pra sua opinião se faço parte de um grupo de jovens que moram no Lagamar, eu não ligo se você diz que ando com gente ruim, porque eu sei que eles não são ruins porque sou eu que ando, sei o que faço e amo quem conheço ali e se você quiser dizer que o grupo me mudou, você está COMPLETAMENTE CERTO, me mudou pra melhor e eu só tenho agradecer às pessoas que me acolheram lá e que não olharam para o que eu tinha, onde morava e sim o que eu era e que hoje me ensinam muitas coisas ótimas, como amar, como me expressar e etc. Que nunca esquecerei, e tenho todos como meus irmãos, não que seja de sangue, não da mesma mãe, mas de afeto, de amor, de carinho e compreensão, então parem de falar que o Grupo JUPOS não vai me levar a lugar nenhum, porque não foi nem um riquinho que me deu o que eu precisava não, foi uma pessoa humilde com coração bom. Quero muito agradecer a toda Frente de Assistência à Criança Carente - FACC, por ter me aceitado no grupo e ter me dado essa e muitas outras oportunidades. Muito obrigada! [sic].

O caso dessa adolescente diferencia-se bastante dos demais, ela não mora dentro da comunidade, tem um padrão de vida diferente dos jovens que habitam no Lagamar. Contudo, a proposta não estabelece distinção entre os

participantes, inclusive para a proposta de socioeducação a interface entre juventudes de situações diferentes, pessoal e socialmente, favorece a abertura de diálogo e dissipa as formas de discriminação e desigualdade territorial e social.

Por fim, busquei nas lideranças respostas para perguntas semelhantes as que foram feitas para as crianças e jovens, no que remete à proposta da FACC e acredito que os depoimentos dispostos abaixo traduzam o olhar desse segmento:

A proposta da FACC contribui sim, porque a gente vê o envolvimento deles, aquela alegria deles irem para lá, aquele comportamento, sei que é bom porque tem rapaz bem adiantado no judô, os jovens aqui da minha rua eu acho bonito eu gosto. Que pena que não é pra todos eles, pois tem muita criança que fica solta na rua. [...] meus dois netos gostam de ir, a minha neta chora quando não vai, eu acho muito bom, era bom que tivesse era mais esse tipo de coisa (Entrevistado – Liderança).

Olá meu nome é Fulana, tenho 32 anos e venho aqui deixar meu agradecimento ao ChildFund Brasil e em especial à Frente de Assistência à Criança Carente (FACC) diante de toda construção à minha personalidade, caráter e aprendizado de cultura de paz e lutas pelos direitos de nossas crianças e adolescentes. Fui uma criança inscrita e apadrinhada, minha mãe é analfabeta, trabalhava de lavadeira e meu pai era pintor e só havia cursado até a 4º série do ensino fundamental. Pessoas simples, mas dignas e que encontraram na FACC um aliado para auxiliar e colaborar para a formação pessoal minha e de meu irmão.

Nós não adquirimos riquezas financeiras, porém muito mais importante, adquirimos riquezas racionais e espirituais e ensinamentos valiosos que vão muito além do que o dinheiro poderia nos proporcionar. E passado tantos anos o elo em nenhum momento foi cortado, pois meus filhos de 10 anos, de 9 anos e de 6 anos são hoje crianças inscritas e frequentadoras das atividades realizadas na Frente de Assistência à Criança Carente e que a cada dia eles aprendem mais e mais e praticam com exatidão todos os assuntos abordados na instituição.

Eu tive o prazer de fazer parte da diretoria da instituição durante os anos de 2010 a 2012 e fiquei bastante feliz e satisfeita em ver pessoalmente a transparência, dedicação e amor ao trabalho de Mônica Sillan, Ana Lídia Honorato, Mauricélia Lemos, Maria Oliveira Pereira, Fernando Prado, Sara Leite, Edgle Chagas, Evellyn Ramos, Biro Araujo, Carlos Zanata, Ada Melo, Rose Barbosa Barbosa, Cláudia e Fernanda. Colabores ímpares, que sempre buscaram fazer a diferença nas atividades e enriquecer culturalmente e eticamente nossas crianças e jovens, além de abordar temas e questionamentos levando todos ao exercício da cidadania e entendimento da cultura de paz e sempre na luta pela garantia dos direitos humanos e a extinção da violação dos mesmos.

Obrigada Frente de Assistência à Criança Carente por transformar vidas e sonhos em realidade (Depoimento espontâneo).

Para concluir apoio-me nas palavras de Freire (1996, p. 46):

Um dos saberes primeiros, indispensáveis a quem, chegando a favelas ou a realidades marcadas pela traição a nosso direito de ser, pretende que sua presença se vá tornando convivência, que seu estar no contexto vá virando estar com ele, é o saber do futuro como problema e não como

inexorabilidade. É o saber da História como possibilidade e não como determinação. O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da História mas seu sujeito igualmente. No mundo da História, da cultura, da política, constato não para me adaptar, mas para mudar. No próprio mundo físico minha constatação não me leva à impotência.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Enquanto necessidade ontológica a esperança necessita da prática para tornar-se concretude histórica. É por isso que não há esperança na pura espera, nem tampouco se alcança o que se espera na pura espera, que vira assim, espera vã”.
(FREIRE, 2000, p. 5).

A análise e reflexão dos dados colhidos neste trabalho, tanto na “garimpagem” dos documentos, como na coleta dos depoimentos e também da observação cotidiana me permitiu visibilizar nuances imperceptíveis no decorrer dessa experiência profissional, constatar aspectos que permaneciam no campo da dubiedade, desmitificar e desvelar muitos detalhes que aparentavam ser verdades inquestionáveis. Para mim, é como se estivesse a conhecer uma outra FACC, ou ainda, como se eu estivesse sendo apresentada hoje à organização. Foi uma aventura pela arqueologia institucional e também um confronto com sua maturação, que me possibilitou ganhos extras, no que remete ao papel institucional e seu imbricamento com as demandas e questões das gentes do Lagamar, num “rasante” por quase três das suas cinco gerações.

O primeiro entendimento que trago centra-se na constatação de que no referente aos movimentos políticos do Lagamar, a organização apresentou uma oscilação no seu envolvimento e empoderamento. E este aspecto é relevante para desencadear as considerações posteriores porque por si só explica alguns passos estratégicos e táticos dados na cultura organizacional. Somando-se a esse, e também cumprindo com a mesma função, trago a questão do gerenciamento financeiro, programático e operacional exercido sobre a organização pela agencia de apadrinhamento que lhe deu origem, manteve-lhe majoritariamente, ao mesmo tempo em que, em certa medida, tolheu-lhe a autonomia e incidiu fortemente na cultura e modelo de governança institucional.

Acredito que as considerações apresentadas inicialmente guardam grande relevância e até determinam, em muitos aspectos, o resultante do trabalho da organização no quinquênio avaliado. Há uma especificidade no fazer institucional da FACC, em decorrência dessas condicionantes, por exemplo, a constatação de que durante anos a organização atuou isolada das demais organizações, movimentos e agendas pertinentes aos setores atendidos, sendo interpretada essa

ausência por determinados atores locais como arrogância e desrespeito da parte do “primo rico”, (como era tratada por receber recurso da cooperação internacional), devia-se em parte por falta de compreensão dessa necessidade por parte dos gestores, por ausência de investimento em formação dos mesmos, ou pela crença de que a organização tinha que cumprir com sua competência e, para tanto, entrar em outras pautas poderia significar seu afastamento do foco de atuação.

Dos quase trinta anos de trabalho social no Lagamar, mais de duas décadas foram de atuação focada na lógica assistencialista, gerando insatisfação, incompreensão e resistência na participação das famílias quando foram colocadas as atividades baseadas na proposta *freiriana*. O estranhamento das famílias para com essa nova abordagem também foi um forte fator para a não adesão imediata nas atividades propostas.

Diante desses desafios, a estratégia de convencimento à participação nas ações propostas utilizada pela organização foi a do encantamento das crianças, adolescentes e jovens que conseguiram chegar, através de atividades inovadoras e lúdicas. E desse modo, pausada e processualmente, uns foram convencendo a outros da sua mesma idade e os seus próprios pais e/ou responsáveis acerca da novidade programática.

Os fatores tempo e paciência histórica foram ingredientes cruciais nessa nova empreitada, mas indubitavelmente o elemento imprescindível foi o do convencimento da equipe e do seu debruçamento sobre o processo educativo e formativo, de modo insistente e contínuo. Nesse sentido evidenciou-se, pelos registros, que no percurso da elaboração, implementação e revisita da proposta, o pensamento de Freire, principalmente, na “Pedagogia da autonomia” e do Comte-Sponville, com o “Pequeno tratado das grandes virtudes” foram marcos referenciais, construtores da orientação pedagógica no caminho trilhado nessa socioeducação infanto-juvenil.

Portanto, a experiência de educação social desenvolvida pela FACC tem contribuído para o empoderamento, formação cidadã e construção de projetos de vida afirmativos de crianças, adolescentes e jovens, na busca da sua autonomia, visando uma convivência social diferenciada frente às adversidades vividas pelos mesmos no seu contexto local. Isso é validado quanto se comparam as respostas dadas pelas crianças, adolescentes e jovens no primeiro Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) no ano de 2006 e as últimas no DRP de 2013, e evidencia-se que ambas revelam

aspectos negativos percebidos pelos mesmos, principalmente quando diz respeito às suas relações familiares e a dinâmica comunitária, contudo apresentam um outro panorama quando diz respeito aos seus sonhos, aspirações e/ou projetos para o futuro. Consegui perceber que a análise da realidade feita pelos meninos e meninas também registrou mudanças no foco. Aspectos antes não perceptíveis, por parecer naturais ou normais, agora povoam as preocupações dos mesmos, o que traduzo como sendo um despertar para uma desnaturalização e consciência das limitações e potencialidades nos seus contextos familiar e comunitário, o qual interpreto como algo positivo por acreditar que não se concebe a ideia de autonomia dos sujeitos sem contar com sua plenitude de consciência e de pertencimento.

A pesquisa realizada com os egressos revelou que o esforço da FACC nessa nova formatação de intervenção socioeducativa que leva em consideração o indivíduo enquanto ser espiritual, sinaliza a possibilidade de um novo direcionamento das políticas sociais voltadas para esse segmento, no sentido de contribuir para o processo de mudança de realidades sociais de grupos em situações de exclusão social, todavia a experiência da organização demonstrou que não estratégia pronta, fazendo-se necessárias várias “idas e vindas” no processo de implementação das estratégias. E nesse ir e vir na sedimentação da proposta, a escuta qualificada dos grupos atendidos foi imprescindível para estabelecer os passos, além da cultura da crença no indivíduo e na capacidade de inovação e criatividade de toda equipe envolvida, e quando se “toda”, diz respeito a todos os profissionais que têm contato com os educandos, desde o porteiro até a coordenadora geral. Ainda em relação a esse cuidado com a equipe, é importante salientar que nos mais diversos momentos da jornada pedagógica os profissionais necessitaram ser escutados e submetidos ao aprendizado por especialistas que tinham afinidade com os conceitos adotados pela proposta, mas que não estavam envolvidos diretamente com a mesma. Esse olhar de “fora” trouxe contribuições contundentes para fazer com que a equipe recuperasse a rota, muitas vezes, “perdida” em decorrência do “nevoeiro” da cotidianidade que enturvava o discernimento do grupo. Logo, o estudo revelou que é possível contribuir para o processo de mudança de realidades sociais, através da implementação de políticas sociais aliadas a estratégias que considerem o indivíduo enquanto ser espiritual, desde que se considere, em primeira mão, que não há “receituário” para sua aplicação, que requer pessoal comprometido e qualificado.

A socioeducação dos grupos atendidos pela FACC alcançou de forma exitosa resultados na mudança de visão de mundo e de adoção de novas posturas sociais, a partir das aprendizagens realizadas com o estudo das virtudes associando-as aos desafios cotidianos de cada ser e através da construção de soluções na coletividade. Esse resultado foi constatado, principalmente, nos jovens cuja frequência ultrapassou 70% de atendimento por duas vezes na semana, revela que a proposta somente se efetiva pelo trabalho sistematizado, cotidiano e processual. Toda celeridade possível para esta abordagem ser efetiva requer, minimamente, um ciclo quinquenal. Então, o estudo comprovou que aliar políticas sociais a práticas educativas que tratam do indivíduo enquanto ser multidimensional, ressaltando a sua dimensão espiritual, traz contribuições para maior agilidade no processo de conquista de melhores condições humanas e sociais dos grupos atendidos, porém o a reverberação dessa proposta no que remete à propositura de construção de uma sociedade pacífica aconteceu de forma pontual e lenta. Mesmo com fortes evidências da mudança positiva de atitude conseguida junto aos indivíduos atendidos, as mudanças sentidas e referidas pelas lideranças do Lagamar em relação a essa abordagem no cenário comunitário dão conta de que houve contribuição de grande valia, mas ainda não foram percebidos grandes impactos.

A partir do presente trabalho, sinto-me mais curiosa continuar a investigação no que remete à contribuição que a FACC tem dado quando propõe tecnologias sociais que se contrapõem à lógica do capital e em conhecer outras possibilidades pedagógicas enveredando por essa linha de atuação, que estão sendo buscadas e testadas por organizações que tem finalidade semelhante à da FACC. Recorrem-me as seguintes indagações: A proposta pedagógica da FACC é reaplicável em outros cenários sociais, em outras localidades, com outros desafios e complexos estruturais e culturais? Que papel terá a socioeducação nesse cenário sociopolítico e cultural que se descortina em meio a essa inadiável *tecnologização*, que ameaça sua sobreposição frente à humanização? Há esperança para a fomentação de novos padrões de sociabilidade, que ensejam uma cultura de paz, a partir da proposta de se investir num modelo de socioeducação que coloque a formação ética enquanto atividade fim?

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, C. R. **A modernidade e as favelas**: a produção do espaço urbano de Fortaleza a partir da seca de 1932. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História) – Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013.
- AMADO, J. **Capitães da Areia**. 57 ed. Rio de Janeiro: Record, 1983.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- AVELAR, N. J. Lutas sociais no Lagamar: Demarcando diferenças e constituindo identidades juvenis. In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE e PRÉ-ALAS BRASIL, 15., 4 a 7 de setembro de 2012, Teresina. **Anais...** Teresina: UFPI, 2012.
- BAUMAN, Z. **Fronteiras do pensamento** – entrevista. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=POZcBNo-D4A>>. Acesso em: 20 jun. 2014.
- _____. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOBBIO, N. **A Era dos Direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 1992.
- BRAGA, Letícia Junqueira; SOSA, Maria Eugenia; NOGUEIRA, Renata de Menezes. **Na escola – 8 jeitos de mudar o mundo**. Nós podemos. Colaboração de Priscila Fonseca da Cruz, Maria Lúcia Meirelles Reis, Kátia Regina Gonçalves Mori. Campinas, SP: Fundação EDUCAR DPaschoal, Faça Parte - Instituto Brasil Voluntário, 2005. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139486porb.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2014.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Bolsa família**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 20 maio 2014.
- _____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 ago. 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em: 20 maio 2014.
- _____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. 35. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012a. 454 p. (Série textos básicos, n. 67).

BRASIL. Palácio do Planalto. Presidência da República. Melhoria na qualidade de vida ganha mais evidências. Brasília, 31 jul. 2012b. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/caderno-destaques/julho-2012/novos-indicadores-sociais>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

_____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. **Relatório disque direitos humanos – módulo criança e adolescente**. Brasília, 2011.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. Fundo das Nações Unidas para a Infância. Observatório de Favelas. Laboratório de Análise da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. **Índice de Homicídios na Adolescência [IHA]**: análise preliminar dos homicídios em 267 municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/br_IHA.pdf>. Acesso em: 20 maio 2014.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008. Regulamenta os artigos 3º, alínea “d”, e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto nº 3.597, de 12 de setembro de 2000, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 jun. 2008 e retificado em 23 out. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 20 maio 2014.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 dez. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm>. Acesso em: 20 maio 2014.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jul. 1990 e retificado em 27 set. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 20 maio 2014.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979. Institui o Código de Menores. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 out. 1979. Revogada pela Lei nº 8.069, de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm>. Acesso em: 20 maio 2014.

CAMARGO, Paulo de. **Na escola – 8 jeitos de mudar o mundo**. Nós podemos. 1 – acabar com a fome no mundo. Revisão de Fátima Mendonça Couto; produção de Dirk Hegmanns, Katia Gonçalves Mori, Maria Lucia Meirelles Reis, Priscila Cruz,

Renata Nogueira, Suzanne Locke. Campinas, SP: Faça Parte - Instituto Brasil Voluntário, Programa dos Voluntários das Nações Unidas, 2005. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139485porb.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

CEARÁ. Ministério Público da União. Ministério Público do Trabalho. Procuradoria Regional do Trabalho – 7ª Região. Coordenadoria Regional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente. Disponível em: <<http://www.fnpeti.org.br/arquivos/biblioteca/db4be485fecddc47e2f603c449db2eac.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2014.

CHILFUND BRASIL. Quem somos. Informações importantes. Disponível em: <<https://www.childfundbrasil.org.br/quem-somos/informacoes-importantes>>. Acesso em: 20 maio 2014.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (Brasil). Resolução nº 113, de 19 de abril de 2006. Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.mprs.mp.br/infancia/legislacao/id2410.htm>>. Acesso em: 20 maio 2014.

COSTA, A. C. G. **20 anos do ECA**: Professor Antonio Carlos Gomes da Costa relembra a mobilização da sociedade civil para a criação do Estatuto. [S.l.], 2010. Disponível em: <<http://www.viablog.org.br/20-anos-do-eca-professor-antonio-carlos-gomes-da-costa-relembra-a-mobilizacao-da-sociedade-civil-para-a-criacao-do-estatuto/#sthash.V0Zu7Lvg.dpuf>>. Acesso em: 26 set. 2014.

DIAS, A. V. Da educação como direito humano aos direitos humanos como princípio educativo. In: EDUCAÇÃO em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos. Disponível em: <http://www.redhbrasil.net/educacao_em_direitos_humanos.php>. Acesso em: 2 nov. 2012.

DIÓGENES, S. M. G. **O “eu” e o “outro”**: a constituição da identidade nos movimentos sociais urbanos. 1989. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Departamento de Ciências Sociais, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1989.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Organizado por Michael Schöter; tradução de Vera Ribeiro; revisão técnica e notas de Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. **O processo civilizador**: formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. v. 2.

FORTALEZA. Secretaria Municipal da Assistência Social. **Diagnóstico territorial do CRAS Lagamar 2012**. Fortaleza, 2012.

FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DE ENTIDADES NÃO-GOVERNAMENTAIS DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Quem somos**.

Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.forumdca.org.br/quem-somos>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DE ENTIDADES NÃO-GOVERNAMENTAIS DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **História.**

Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.forumdca.org.br/historia>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e terra, 1996.

FREITAS, M. C. (Org.). **História social da infância no Brasil.** 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2003. 334 p.

FRENTE DE ASSISTÊNCIA À CRIANÇA CARENTE. **Release da organização.** [Fortaleza], 2013.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório sobre a situação da população mundial 2012.** [S.l.], 2012.

GOIÁS. Ministério Público. **Histórico da política de assistência social.** Goiânia, 2000. Disponível em: <http://www.mpggo.mp.br/portalweb/hp/41/docs/historico_da_politica_de_assistencia_social_-_2000.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2014.

GROPPO, A. L. Desigualdade, exclusão e educação: algumas considerações inspiradas pela questão da inclusão. **Revista @mbienteeducação**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 79-90, ago./dez. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2013.** Rio de Janeiro, 2013. (Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 32). Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv66777.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2014.

_____. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2012.** Rio de Janeiro, 2012. (Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 29). Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2012/SIS_2012.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2014.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Síntese de indicadores 2009. Rio de Janeiro, 2010a. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/pnad_sintese_2009.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2014.

_____. **Síntese dos Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2010.** Rio de Janeiro. 2010b. 317 p. (Estudos e Pesquisas,

Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 27). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoadevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2010/SIS_2010.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Perfil Populacional do Ceará**. Organização de Leandro Oliveira Costa, autores Leandro Oliveira Costa, Eveline Barbosa Silva Carvalho, Elisa de Castro Marques Ribeiro, Daniel Cirilo Suliano, Raquel Silva Sales, Vitor Hugo Miro, Jimmy Lima Oliveira. Fortaleza, 2010. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/Perfil_Populacional_do_Ceara.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2014.

JAPPE, A. **Crédito à morte**. A decomposição do capitalismo e suas críticas. Tradução de Robson J. F. de Oliveira. São Paulo: Hedra, 2013.

JOEL, P. P. **Lagamar**: cenários de vida. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2009. 136 p.

LAFER, C. A reconstrução dos direitos humanos: a contribuição de Hannah Arendt. **Estudos Avançados**, v. 11, n. 30, 1997.

LINHARES, A. **Acolher o outro** – algumas reflexões. [S.l.: s.n.], 2010.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo**: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, 1995.

MARTINS, S. J. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo. Contexto, 2008.

MÁXIMO, R. **Moradia, arquitetura e cidade**: mudanças e permanências na produção da habitação social no espaço urbano metropolitano de Fortaleza. 2012. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

MEDEIROS, M. **Trabalho infantil**: problema está ligado a questão cultural, e não à baixa renda familiar. [S.l.: s.n.], 2011. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2011/12/29/trabalho-infantil-problema-esta-ligado-a-questao-cultural-e-nao-a-baixa-renda-familiar-artigo-de-marcelo-medeiros/>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

MELO, Dorian Luis Borges de; CANO, Ignácio (Orgs.). **Índice de Homicídios na Adolescência**: IHA 2009-2010. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2012. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/br_indiceha10.pdf>. Acesso em: 20 maio 2014.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Sobre a ONU – Conheça a ONU**. [S.l.], 2014. Disponível em: <<http://nacoesunidas.org/conheca/>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

NASPOLINI, Antenor. A reforma da educação básica no Ceará. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 169,186, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n42/v15n42a06.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2014.

NOGUEIRA NETO, W. **Direitos humanos de geração**. Fortaleza: CEDCA-CE & SEDH-PR, 2004.

PEREIRA-PEREIRA, P. A. Políticas públicas e necessidades humanas com enfoque no gênero. **Revista Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 12, n. 1, p. 67-86, jun. 2006.

PINHO, B. F. V. **Do Projeto Fome Zero (PFZ) ao Programa Bolsa Família (PBF): o assistencialismo tomando forma de cidadania**. 2011. 95 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011. Disponível em: <http://www.uece.br/politicasuece/dmdocuments/vicente_flavio.pdf>. Acesso em: 20 maio 2014.

PORTAL BRASIL. Cidadania e Justiça. **Novo hotsite marca 10 anos do Bolsa Família**. Brasília, 02 set. 2013. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013/09/novo-hotsite-marca-10-anos-do-bolsa-familia>>. Acesso em: 20 maio 2014.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. Tradução de Maria Therezinha Janine Ribeiro; revisão técnica de Dea Ribeiro Fenelon. **Proj. História**, São Paulo, v. 4, p. 25-39, fev. 1997. Disponível em: <https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/819741/mod_resource/content/1/PORTELLI,%20Alessandro%20%E2%80%93%20O%20que%20faz%20a%20hist%C3%B3ria%20oral%20diferente.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude. **Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem Urbano)**. Fortaleza, 2014a. Disponível em: <<http://www.fortaleza.ce.gov.br/servicos/cidadao/capacitacao/programa-nacional-de-inclusao-de-jovens-projovem-urbano>>. Acesso em: 20 maio 2014.

_____. **Mapa da Regional II**. Fortaleza, 2014b. Disponível em: <http://www.fortaleza.ce.gov.br/sites/default/files/pmf/arquivos_conteudos/mapa-regionalii.png>. Acesso em: 20 maio 2014.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CONTRA A EXPLORAÇÃO O TRABALHO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Redução do trabalho infantil nos estados brasileiros entre 2006 e 2011**. Postado por Antonio Lima, em 26 de setembro de 2012a. Disponível em: <<http://peteca2008.blogspot.com.br/2012/09/reducao-do-trabalho-infantil-nos.html?spref=bl>>. Acesso em: 20 maio 2014.

_____. **Redução/aumento do trabalho infantil nos Estados brasileiros entre 2009 e 2011**. Postado por Antonio Lima, em 26 de setembro de 2012b. Disponível em: <http://peteca2008.blogspot.com.br/2012/09/reducaoaumento-do-trabalho-infantil-nos_26.html?spref=bl>. Acesso em: 20 maio 2014.

_____. **Ranking nacional do trabalho infantil - PNAD 2012**. Postado por Antonio Lima, em 02 de outubro de 2013. Disponível em: <<http://peteca2008.blogspot.com.br/2013/10/ranking-do-trabalho-infantil-no-brasil.html>>. Acesso em: 20 maio 2014.

PROMENINO. FUNDAÇÃO TELEFÔNICA. **Entrevista com Mario Sergio Cortella sobre trabalho infantil**. Créditos de Tatiana Ferro. Vídeo no youtube (36 min 24 seg.), son., color. Disponível em: <<http://www.promenino.org.br/trabalho infantil/entrevista-com-mario-sergio-cortella-sobre-trabalho-infantil>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

REDE NACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA. Plano nacional pela primeira infância – versão resumida. Proposta elaborada pela Rede Nacional Primeira Infância com ampla participação social. Brasília, dez. 2010. Disponível em: <<http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/PPNI-resumido.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2014.

ROSA, Conrado Paulino da. **Pais são principais responsáveis por violações aos direitos da criança**. 22 abr. 2014. Disponível em: <<http://www.conradopaulinoadv.com.br/index.php/tag/conselho-tutelar/>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

SANTOS, B. S. Direitos humanos: o desafio da interculturalidade, **Revista Direitos Humanos**, v. 2, 10-18, 2009.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA CONSELHO TUTELAS WEB. Disponível em: <<http://www.sipia.gov.br/CT/?x=WeSDRmIsP-fcUG5rB1YC8g>>. Acesso em: 19 jun. 2014.

SOUZA, F. A. de H.; PONTES, Y. X. Violência urbana e vulnerabilidade em Fortaleza - BRASIL. In: ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI, 19., 9 à 12 de junho de 2010, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: CONPEDI, 2010. Disponível em: <<http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/fortaleza/4058.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2014.

THIOLLENT. M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

UNICEF BRASIL. **Quem somos – UNICEF no Brasil**. Disponível em: <<http://www.unicef.org/brazil/pt/overview.html>>. Acesso em: 20 maio 2014.

UNICEF. **A Convenção sobre os Direitos da Criança**. Adoptada pela Assembleia Geral nas Nações Unidas em 20 de Novembro de 1989 e ratificada por Portugal em 21 de Setembro de 1990. [Lisboa, 2004]. Disponível em: <https://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf>. Acesso em: 20 maio 2014.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética da Universidade Estadual do Ceará. Laboratório de Estudos da Conflitualidade da Universidade Estadual do Ceará. Universidade Federal do Ceará. Laboratório de Estudos da Violência. **Mapa da Criminalidade e da Violência em Fortaleza**: perfil da SER II. Fortaleza, 2011. (Cartilha da Regional II). Disponível em: <http://www.uece.br/covio/dmdocuments/regional_II.pdf>. Acesso em: 20 maio 2014.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2014** – os jovens do Brasil. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República/Secretaria Nacional de Juventude/Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2014. Disponível em:

<http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil.pdf>. Acesso em: 18 maio 2014.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2013** – homicídios e juventude no Brasil. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República/Secretaria Nacional de Juventude, 2013. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_homicidios_juventude.pdf>. Acesso em: 18 maio 2014.

_____. **Mapa da violência 2012** – crianças e adolescentes do Brasil. Rio de Janeiro: CEBELA/FLACSO, 2012. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_Crianças_e_Adolescentes.pdf>. Acesso em: 18 maio 2014.

_____. **Mapa da violência 2010** – anatomia dos homicídios no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2010. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/agencia/docs/MapaViolencia2010.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2014.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo**: um guia prático. Brasília: Secretaria de Agricultura Familiar/MDA, 2006.